

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----
----- **Mandato 2013-2017** -----
**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E QUATRO DE
JULHO DE DOIS MIL E CATORZE** -----
----- **ATA NÚMERO TRINTA E OITO** -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de julho de dois mil e catorze, e em cumprimento do disposto no artigo quadragésimo quinto da Lei número cento e sessenta e nove de mil novecentos noventa e nove, de dezoito de setembro, com a redação dada pela Lei número cinco-A de dois mil e dois, de onze de janeiro, em vigor, *a contrario*, por força da norma revogatória constante do artigo terceiro, da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em sessão extraordinária, primeira reunião, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Manuel de Freitas Arruda, António Manuel Alves, António José do Amaral Ferreira de Lemos, António Modesto Fernandes Navarro, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cândida Cavaleiro Madeira, Carla Sofia e Silva Rothes Ladeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Emília Cristina Antunes Serra, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Fernando José da Silva e Nunes da Silva, Floresbela Mendes Pinto, Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida de Morais, Margarida Maria Moura Alves Saavedra, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Margarida Matos Mota, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Tiago Crispim Rosado, Natacha Machado Amaro, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Nelson Pinto Antunes, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Paulo Manuel Valente da Silva, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo,

Susana Maria da Costa Guimarães, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves e Patrícia Caetano Barata. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista.-----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8º. Do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- Simoneta Luz Afonso (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cândida Cavaleiro Madeira.-----

----- Hugo Lobo (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Susana Guimarães.-----

----- Diogo Leão (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Margarida Mota. -----

----- Tiago Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes.-----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Natacha Amaro.-----

----- Miguel Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- Sobreda Antunes (Os Verdes), entre 21 e 25 de Julho de 2014, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Frederico Lira. -----

----- Cláudia Madeira (Os Verdes), entre 21 e 25 de Julho de 2014, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Cristina Serra. -----

----- Maria Luísa Aldim (CDS), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal João Diogo Santos Moura.-----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS/PP), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal António José do Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- José António Cardoso Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, por Paulo Manuel Valente da Silva.-----

----- Inês Drummond (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Benfica, por Carla Rothes.-----

----- Davide Amado (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara, por Margarida de Moraes. -----

----- Solicitaram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite pelo Plenário da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 77º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *à contrário sensu*, na alínea d), do nº. 1, do artigo nº. 3º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 7º. do Regimento da Assembleia Municipal, o seguinte Deputado Municipal:

----- O Senhor Deputado Municipal Belarmino Silva (PS), relativamente aos impedimentos no período entre onze de julho a vinte de agosto de 2014.-----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro e Manuel Salgado. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Carlos Moura, João Pedro Gonçalves Pereira e Rui Franco.-----

----- Às catorze horas e cinquenta minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a reunião.-----

----- Seguidamente, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Temos uma Sessão intensa hoje, como habitualmente sendo uma Sessão Extraordinária temos naturalmente também inscrições do público e é por esse ponto que vamos começar. Temos cinco inscritos, a Mesa tinha previsto um período de quinze minutos para as inscrições do público, sendo assim os cidadãos ou cidadãs que vão falar terão apenas três minutos cada um e peço para respeitarem este tempo, sendo que se tiverem algum documento para apresentar o poderão deixar na Mesa, para a Mesa dar devido encaminhamento.”-----

-----Seguidamente, a **Senhora Presidente** nos termos regimentais abriu o período destinado à intervenção do Público.-----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Senhor Jorge Teixeira Pinto**, residente na Rua Cecílio de Sousa, 83, 2º, 1200-100 Lisboa, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Chamo-me Jorge Teixeira Pinto e estou aqui como representante da Plataforma contra o Parque automóvel Subterrâneo ao Príncipe real. Plataforma que congrega cinco organizações, a saber, Amigos do Príncipe Real, Fórum Cidadania Lisboa, Liga dos Amigos do Jardim Botânico, Associação Lisboa Verde e Árvores de Portugal, representando aí, os mais de três mil e duzentos cidadãos, que já subscreeveram a petição *online*, como referiu a Senhora Presidente.-----

----- Como representante da Plataforma, gostaria de expor brevemente porque é que estamos contra o parque, e antes de mais estamos contra o parque, porque é um caso claríssimo, caso se concretize como é claro, de favorecimento de interesse privado em detrimento do interesse público.-----

----- O interesse privado é óbvio, caso contrário, a Sociedade interessada no parque, há muito que teria desistido do projeto, dados os obstáculos que os técnicos do IPAR e da atual Direção Geral do Património Cultural lhe têm levantado, com toda a razão e pertinência.-----

----- E porque é que achamos que o interesse público é posto em causa pelo parque? Por cinco ordens de razões:-----

----- A primeira. Porque é do interesse público que a candidatura a Património da Humanidade do Aqueduto das Águas Livres, monumento nacional do qual o Reservatório da Patriarcal e as suas galerias subterrâneas fazem parte integrante, não seja posta em causa, por um parque automóvel subterrâneo situado a poucos metros de distância.-----

----- Segunda. Porque o património vegetal do jardim, onde se inclui sete árvores classificadas, já está muito fragilizado com a intervenção de dois mil e nove, e será sem qualquer dúvida fortemente prejudicado, senão feridas de morte, algumas dessas árvores, como será o caso do plátano, filho do Plátano de Hipócrates, rebento do maior plátano do Mundo, oferta do Rei Paulo da Grécia a Lisboa, à sombra do qual, Hipócrates, o Pai da Medicina, dava consultas e ensinava Medicina. Este Plátano de Hipócrates fica a menos de um metro das paredes do parque, caso ele seja construído. -

----- Terceiro. Os edifícios centenários, nas margens Sul e Nascente da Praça, são afetados por uma construção que se desenvolverá até quinze metros de profundidade, as estacas irão até quinze metros de profundidade, num terreno de aterro e as paredes desse parque ficarão a um, dois metros, das fundações desses edifícios.-----

----- Quarto. A construção do parque, com as suas entradas e saídas e os seus pórticos à superfície e respetiva sinalética, contribuirá decisivamente para a completa

descaracterização da praça jardim, um jardim romântico, que integra o conjunto dos passeios públicos construídos no século dezanove e que são um dos orgulhos da cidade.

----- Quinto. A oferta de mais trezentos lugares de estacionamento promoverá um acréscimo de tráfego, constantes engarrafamentos e conseqüente aumento do nível de poluição atmosférica, no eixo Rato-Chiado e áreas limítrofes, eixo, já agora congestionado e vai ao arrepio das boas práticas internacionais, sobre a construção de parques e estacionamento no centro da cidade e zonas históricas, e o que se desejava, é mais e melhor transporte público. -----

----- A oferta, entre aspas, de noventa e três lugares para residentes, é um logro, como prova, a existência de experiência negativa dos residentes em casos similares. -----

----- As afirmações que aqui enumerámos, não são afirmações gratuitas, todas elas se baseiam em pareceres e opiniões de reputados técnicos, que se prontificaram a secundar-nos nesta área em defesa do interesse público. -----

----- O que pedimos à Direção Geral do Património Cultural e ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, é que não se demitam das suas obrigações e responsabilidades e que de uma vez por todas digam não ao parque, pois este projeto põe em causa a Praça do Príncipe Real, como um todo único que é, e que só por si merece ser protegido e classificado. -----

----- O que é que pedimos à Câmara Municipal de Lisboa? -----

----- Que na decisão final que lhe cabe em relação a este projeto, tenha em devida conta os sérios riscos, que o mesmo comporta para a integridade da Praça-Jardim do Príncipe Real. -----

----- E o que pedimos finalmente à Assembleia Municipal de Lisboa? -----

----- Que a Assembleia Municipal, delibere sobre este assunto na medida das suas competências, atribuições e missão, enquanto Câmara dos Representantes eleitos pela população de Lisboa, propondo o arquivamento definitivo do projeto. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, muito obrigado Senhores Deputados Municipais.” -----

----- **O Senhor António Horta Pinheiro**, residente na Rua Pedreiro do Fernandinho, nº 10-A, 1070 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Ora boa tarde, antes de mais desejar à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Vereadores e o público presente. -----

----- Passados vinte anos, volto a esta Assembleia Municipal para tratar do mesmo assunto. Cedência dos terrenos em direito de superfície por parte da CML. -----

----- Lembro que a cooperativa da Bela Flor, em Campolide, foi criada em mil novecentos e setenta e seis no âmbito do processo SAAL, financiada através de um empréstimo do Ex Fundo de Fomento e Habitação, hoje IHRU. -----

----- Tendo construído doze prédios em mil novecentos e oitenta e cinco, de habitação em regime de custos controlados, para duzentas e trinta e nove famílias, numa zona degradada e para pessoas de fracos recursos e por elas pago. -----

----- Em mil novecentos e setenta e sete, foi feita a escritura de cedência de nove dos doze terrenos para a cooperativa, ficando os restantes três, de ser transferidos logo que a CML tomasse posse destes terrenos. -----

----- Segundo a proposta 94/94, aprovada nesta Assembleia Municipal, corrigindo a aprovada em mil novecentos e oitenta e sete, apesar da insistência junto da CML, não foi possível regularizar a situação. Com a não cedência dos terrenos, dos três blocos, não é possível constituir propriedade horizontal, passando a estar registados nas finanças como blocos e através dos respetivos artigos. Sendo a sua avaliação feita por bloco e os seus valores superiores a um milhão de euros cada. -----

----- Com a publicação da Lei nº 55-A/2012, é-nos aplicado um imposto de selo, de que as cooperativas serão isentas, de um por cento sobre o valor dos três blocos, por valerem mais de um milhão de euros, não obstante termos feito as respetivas reclamações, tratando habitação social, como se de luxo se tratasse.-----

----- Em dois mil e treze, o imposto de selo que a cooperativa foi obrigada a pagar, foi cerca de quarenta mil euros, devido à não cedência dos terrenos e pela aplicação do referido imposto. Valor igual a pagar este ano e que a não resolução urgente deste problema, colocará em causa a sobrevivência da cooperativa, o que não nos parece correto, pedir aos cooperantes moradores dos três blocos, visto os mesmos já terem pago as suas casas há cerca de um ano. -----

----- Pelo exposto, pedimos a esta Assembleia que interceda junto da CML, para a resolução urgente deste problema, cedência dos terrenos, visto a cooperativa não ter capacidade para continuar a pagar este imposto, e o mesmo terá de ser colocado, a decisão terá de ser colocada aos duzentos e oitenta e nove cooperantes. -----

----- Pronto, é esta a situação que se passa na cooperativa, já relatei, e este caso está em causa a sua própria sobrevivência visto que o imposto de selo que nos é aplicado, não há capacidade e a Câmara não nos responde. Era para ir à reunião, e a reunião de Câmara foi alterada à última hora. Temos vários documentos escritos à Câmara, não há resolução do problema e andamos há vinte e sete, vinte e oito anos a tratar deste assunto.

----- Por isso pedia à Assembleia que intercedesse junto da CML. Obrigado. -----

----- **O Senhor Pedro Guerra**, residente na Rua Manuel Ferreira, 17 – 2ºA, 2795-229 Linda-a-Velha, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde a todos, Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta de Freguesia e Senhores Vereadores. -----

----- Venho aqui hoje para vos falar de um tema que me preocupa particularmente, o Pátio Dom Fradique. -----

----- Sempre que lá passo, não posso deixar de constatar o estado ruinoso, em que o local se encontra. Haverá certamente alguma beleza naquelas ruínas, mas convenhamos meus senhores, que a atual situação do Pátio não é adequada a uma cidade como Lisboa, que se tem afirmado em roteiros turísticos por todo o Mundo, especialmente nesta época de Verão. -----

----- São as ruínas aquilo que temos para oferecer, aos turistas alojados no Palácio Belmonte? Será um espaço cheio de lixo, aquilo que Lisboa tem para oferecer, aos inúmeros turistas e moradores que usam o Pátio, como passagem das Portas do Sol para o Castelo de São Jorge, e vice-versa? -----

----- Não obstante, o motivo pelo qual trago este tema a esta Assembleia, é a ausência de notícias nos últimos tempos, sobre a requalificação do Pátio. Efetuei uma pesquisa na internet e a última notícia, data de dois mil e oito, dando conta que a Câmara de Lisboa poderia ficar sem o Pátio, caso não realizasse as obras a que se comprometeu, aquando da expropriação do local. -----

----- Deste modo, venho por este meio solicitar esclarecimentos, sobre a atual situação do Pátio. -----

----- Primeiro. O Pátio ainda é propriedade da Câmara Municipal? -----

----- Segundo. Está prevista a realização de obras num futuro próximo? -----

----- Terceiro. Quais os projetos da Câmara Municipal para a requalificação do local? --

----- Lisboa, os Lisboetas e aqueles que nos visitam, merecem melhor. -----

----- O património da Cidade tem uma carga histórica fortíssima, e merece ser tratado com dignidade, especialmente quando está classificado como imóvel de interesse público, caso contrário, não faz jus a essa mesma classificação. -----

----- Obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **O Senhor Carlos Gaivoto**, residente na Rua 1º de Maio, nº101 Alcântara, 1300-472 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde. Boa tarde aos membros desta Assembleia Municipal, boa tarde a todos. -----
----- Eu trazia por acaso aqui um texto, mas vou deixá-lo, porque é uma resposta digamos, a todo este processo que durante sete anos foi o PUA, o Plano de Urbanização de Alcântara. -----

----- Teve particularidades, uma delas foi o exercício do direito de cidadania, com duas Assembleias que juntaram mais de quatrocentos moradores, organizado pelo grupo de moradores e que trouxe também alguns especialistas, para se pronunciarem sobre o plano, nomeadamente o Arquiteto Ribeiro Telles, o Geógrafo João Seixas, o Engenheiro Magalhães Raposo e o Engenheiro Mário Alves. -----

----- Todos estavam de acordo que este plano, de facto, não cumpre um conjunto de quesitos, daquilo que a cidade de Lisboa se propõe a fazer, nomeadamente aquilo que tem sido dito, quer através da Carta Estratégica da Cidade de Lisboa, quer através de outros planos, que é preciso haver maior coerência, maior coesão social e territorial, maior respeito pelas questões ambientais e ecológicas. O Plano Verde da Cidade, por exemplo, não é cumprido, o Plano de Acessibilidade Pedonal, por exemplo, não é sequer referido. E portanto, temos aquilo que se resume, ali no plano de Urbanização de Alcântara, a um conjunto de propostas, sobretudo, propostas que foram fortemente condicionadas por um projeto faraónico da Refer, que seria o desnivelamento da linha ferroviária, para ligar a Linha de Cintura á Linha de Cascais e que nós demonstramos que com outras propostas, que era possível, ter um conjunto e um programa completamente diferente, de menores custos e com maior eficiência social e económica.

----- Tal foi, digamos, minorizado naquilo que foi o relatório da ponderação, ao qual eu, no texto que aqui deixo, deixo a devida resposta aos serviços de Urbanismo, que fizeram o favor de dedicar três páginas de relatório, embora no nosso resumo, do nosso parecer, só tenham dedicado catorze linhas, mas, deixo aqui a resposta devida, sobretudo à incompreensão e ao desconhecimento, que há sobre aquilo que no fundo era a essência da nossa proposta. Ou seja, nós tentaríamos através de uma proposta de modos alternativos ao automóvel, e com pequenos esquemas de circulação e simplificação, quer na área do ordenamento de circulação, quer dos estacionamento, resolver o tipo de problemas que existem, num tecido urbano tão importante e tão sensível como Alcântara. -----

----- Alcântara que aliás, não faz parte só de uma Junta de Freguesia, faz parte de duas Juntas de Freguesia, de uma fronteira está alcântara, do outro lado, está agora a Freguesia da Estrela. -----

----- De referir que para esta Assembleia, a própria Junta de Freguesia de Alcântara, pediu que este processo fosse adiado e que não houvesse esta votação hoje. Tanto quanto eu sei, o próprio Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara recusa-se a vir a esta Assembleia, para não ter que votar contra. Obrigado" -----

----- **O Senhor Professor António Rendas**, residente na Av. De Roma nº14L, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito boa tarde Senhora Presidente, muito obrigado Senhores Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Eu agradeço muito esta oportunidade de vir aqui, vou procurar respeitar os três minutos, mas, queria começar por dizer que estive há uns meses, nesta mesma Assembleia, a defender a reabilitação da Colina de Santana, e a Universidade Nova de Lisboa tem uma folha de serviços exemplar em relação a reabilitação na cidade, e continuará, pelo menos enquanto eu nos próximos três anos for Reitor desta mesma Universidade. -----

----- Eu queria pedir à Assembleia, que tivesse em conta esta coerência e vou então passar três mensagens em três minutos. -----

----- A primeira mensagem, pela qual esta expansão legítima da Universidade Nova de Lisboa em Campolide é muito importante, tem a ver com a fixação dos estudantes em Lisboa. -----

----- Nós estamos a competir a nível internacional. Lisboa, não é uma cidade internacional do ponto de vista dos estudantes e o Plano envolve exatamente a possibilidade de uma fixação crescente de estudantes, com qualidade, não apenas para as aulas, mas, para espaços de lazer e para que possam fruir realmente a cidade, para ver se a cidade não se desertifica cada vez mais. Este é o primeiro ponto. -----

----- O segundo ponto tem a ver com a reabilitação de um espaço que é único, que é o Campus de Campolide e a toda a região de Campolide. Eu acompanhei nestes últimos anos, já quando era diretor da Faculdade de Ciências Médicas, todo este processo e posso testemunhar que do lado da Universidade houve um maior rigor, aliás, na linha do que aconteceu na Colina de Santana e esse está bem visível, e portanto, desse ponto de vista, o Plano para nós como Universidade é essencial e a maneira como se vai desenvolver também no tempo é muito importante. -----

----- Terceiro ponto. Temos que ter competição na cidade. Existem várias Universidades na cidade de Lisboa. A Assembleia Municipal tem uma responsabilidade civil, política e social, para permitir que todas as instituições que estão a competir na cidade, possam ser tratadas de maneira igual e deste ponto de vista, eu não estou a levantar aqui nenhum juízo de intenção, estou a dizer que a Nova se tem portado de uma forma muito séria e muito rigorosa neste processo, mas, que estará atenta à maneira como a própria cidade a trata neste contexto. -----

----- Último ponto, Senhora Presidente, como Arquitecta, eu vou-vos pedir que olhem para lá do cimento e mais não digo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente** agradeceu: -----

----- “ Muito obrigada, Senhor Reitor, pela intervenção e sobretudo pelo esforço da concisão que teve. A mensagem está apresentada.” -----

-----Seguidamente, a **Senhora Presidente** nos termos regimentais encerrou o período de Intervenção do Público e abriu o: -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- A **Senhora Presidente**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Entramos então agora na nossa Ordem de Trabalhos, nós temos hoje na nossa Ordem de Trabalhos quatro pontos, dos quais três são Planos e há um aditamento e eu ia começar por explicar o que é este aditamento e pedir a vossa atenção para ele.-----

----- Trata-se de uma providência cautelar que recebemos no princípio desta semana no sentido de ser suspensa a eficácia de um Plano de Pormenor, que foi aprovado por esta Assembleia em 2011, portanto, noutra mandato, e há um cidadão descontente com o problema da perequação dos terrenos do Plano e pretende suspender tudo o que está em curso na zona do Aterro Boavista Nascente. -----

Evidentemente que suspender obras que estão em curso tem encargos grandes, há lesão do interesse público e, portanto, a Mesa preocupou-se em preparar rapidamente aquilo que a Lei prevê, que é uma resolução fundamentada para apresentar no Tribunal no sentido de podermos continuar tudo o que está a ser feito naquela zona e depois o Tribunal apreciará o mérito da providência cautelar e da ação principal e informará a Câmara dos resultados dessa apreciação, mas uma resolução fundamentada permite-nos não sermos obrigados a suspender tudo o que está em curso na zona, portanto, continuar-

se a fazer o que está a ser feito na sequência da aprovação do Plano publicado em Diário da República e, portanto, penso que isso defenderá melhor os interesses do Município.

----- Foi nesse sentido que a Câmara preparou a proposta 6/AM/2014 que está no ponto 5 da Ordem de Trabalhos.” -----

----- **Ponto 5 – Proposta n.º 6/AM/2014 -Apreciar a Resolução Fundamental sobre o requerimento de suspensão de eficácia da alínea b) do n.º 2 do artigo 31.º do Regulamento do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente e, em sequência, da Unidade de Execução delimitada e definida pela Deliberação n.º 77/AM/2011 (sobre a Proposta n.º 613/CM/2011), através da qual foi aprovado o Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente (PPABN), ao abrigo do n.º 2, alínea k) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado em anexo à Lei 75/2013 de 12 de setembro, conjugado com os n.º 1 do artigo 128.ª e n.º 1 do artigo 130.º do Código de Processo dos Tribunais Administrativos.** -----

----- (A Proposta n.º 6/AM/2014, é anexada à presente ata como anexo I e dela faz parte integrante); -----

----- A **Senhora Presidente** continuou a sua intervenção:-----

----- “A primeira questão que a Mesa vai pôr à vossa consideração é se autorizam que este ponto 5 seja apreciado já em primeiro lugar. Estamos só a ver se podemos passar a discussão desta proposta para primeiro lugar, não estamos a discutir a proposta em si. -

----- Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal José Casimiro do Bloco de Esquerda.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este assunto foi objeto na Conferência de Líderes ou de Representantes se este ponto era admitido ou não, a posição do Bloco de Esquerda, que então manifestámos e que agora de uma forma mais fundamentada eu trago aqui. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal Lisboa na sequência da citação do Município de 14 de julho, para a providência cautelar visando a suspensão da eficácia da alínea b) n.º 2 do Artigo 31 do Regulamento do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, vem propor a resolução fundamentada sobre o tal requerimento da providência cautelar evocando grave lesão para o interesse público. -----

----- Ora esta resolução fundamentada deve ser tomada no prazo de quinze dias após a citação. Sendo certo, com o já disse, que a citação ocorreu no dia 14 de julho, assim e pese embora os prazos curtos a que estes atos estão sujeitos já poderia e deveria a Assembleia Municipal ter conhecimento deste processo, designadamente da petição inicial da providência cautelar, ao invés a proposta da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, apenas é remetido aos Membros desta Assembleia a 23 de julho de 2014, às 16 horas e 8 minutos, para ser apreciada e votada em Sessão Extraordinária a realizar no dia 24 de julho de 2014, em clara violação com o Artigo 53 n.º 2 do anexo 1 da Lei 75/2013, de 13 de setembro que prescreve a antecedência de três dias úteis para o efeito. -----

----- Mais, a alteração à Ordem de Trabalhos de uma sessão Extraordinária viola o Artigo 50 n.º 1 do anexo 1 da Lei 75/2013, de 13 de setembro, apenas podendo ser sanada a ilegalidade decorrente da inobservância destas formalidades se todos os membros dos órgãos comparecerem e não suscitem oposição à inclusão do assunto na Ordem de Trabalhos, nos termos do Artigo 51, anexo 1 da Lei 75/2013, de 13 de setembro. -----

----- Isto dito, a representação do Município em juízo competente ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Artigo 35 n.º 1 alínea a), anexo 1 da Lei 75/2013, de 13 de Setembro, pelo que no mínimo a proposta aqui trazida à discussão e votação devia ser da iniciativa do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa ou da própria Câmara Municipal.-----

----- Acresce que as competências da Assembleia Municipal em matéria de regulamentos com eficácia externa, planos urbanísticos dependem da iniciativa da Câmara Municipal, ao Artigo 25 n.º 1 da alínea g) e h) do anexo 1 da Lei 75/2013, de 13 de setembro, pelo que tratando-se da deliberação que põe em causa a eficácia de uma norma nesta matéria muito se estranha que não seja da iniciativa da Câmara Municipal, sendo até defensável que dependa desta iniciativa.-----

----- Por último, e não menos importante, não se vislumbra fundamentação suficiente do grave prejuízo para o interesse público da suspensão de eficácia desta norma regulamentar que não seja o alegado prejuízo de quatro milhões de euros referidos no considerando 20 da proposta, sem qualquer arrimo fático comprovadamente comprovado documentalmente. Disse.”-----

----- A **Senhora Presidente** esclareceu:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal.-----

----- Julgo que há duas coisas a esclarecer, não há nenhuma ilegalidade na inclusão deste ponto na Ordem de Trabalhos de hoje porque a Sessão Extraordinária foi convocada com a antecedência devida, o que foi acrescentado um aditamento, no decurso da convocatória e da realização da reunião, o que muitas vezes acontece, portanto, não se trata de convocar uma sessão ilegalmente, porque isso a Mesa não poderia fazer. Foi aditado um ponto, o ponto foi informado a toda a gente.-----

----- A segunda questão que eu vos queria informar, eu só tive conhecimento da citação do Município na terça-feira, porque a citação foi para a Câmara, depois da Câmara é que veio para aqui, só na terça-feira é que tive conhecimento e, portanto imediatamente, foi o Senhor Vereador Salgado que me transmitiu, o próprio Gabinete do Vereador Salgado já tinha preparado uma resposta, estivemos a ver, juridicamente a resposta não pode ser do Vereador nem da Câmara, portanto, aqui não há iniciativa da Câmara, a resposta tem que ser do mesmo órgão que tomou a decisão e portanto, nós assumimos a iniciativa que a Câmara nos fez chegar mas não a podíamos transformar em proposta, não podia ser uma proposta porque não é esse órgão que tem que responder. O Município é citado na pessoa do Senhor Presidente, que o representa, mas depois quem tem que responder é o órgão responsável pela Deliberação 77/2011, porque é essa Deliberação que é evocada, portanto, por essa razão é que essa razão que é apresentada pela Mesa da Assembleia, tenho naturalmente o apoio da Mesa para a apresentação e tenho que lembrar também que há interesse público grave nesta matéria e que isto só é agendado hoje por uma razão muito simples, o prazo da citação termina na segunda-feira da semana que vem e, portanto, não haveria materialmente tempo de agendarmos isto para terça-feira, tomara eu ter mais tempo para vermos as propostas todas.-----

----- Portanto a razão é esta, os Senhores Deputados Municipais julgarão evidentemente em plena liberdade se aquilo que eu estou a pedir faz sentido ou não, eu queria só refutar a questão da ilegalidade, porque não houve!-----

----- Tenho pessoas inscritas sobre esta matéria? Faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Obrigado Senhora Presidente.-----

----- Nós votámos contra o Plano de parecer da Boavista Nascente, eu assisto todas as manhãs ao crescimento da sede da EDP, que já adivinhávamos na proposta, que é um

monstro sobre a cidade e sobre beira-rio, mas em relação a esta matéria nós estamos de acordo com a Mesa da Assembleia, estamos de acordo com a proposta e estamos de acordo com a passagem para o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos porque há de facto urgência jurídica em resolver a questão e, portanto, nesse sentido nós iremos abstermo-nos, mas estamos de acordo que seja votada aqui hoje essa proposta. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde senhores Deputados Municipais, eu queria só esclarecer a razão pela qual a citação só chegou neste momento à Assembleia Municipal, é que quando ela chegou à Câmara havia dúvidas de quem era a competência para apresentar a resolução fundamentada. -----

----- O processo teve que ir ao departamento Jurídico, só depois de vir do departamento Jurídico, que disse que a competência era da Assembleia veio ao meu Gabinete para preparar uma pré-resposta que depois foi entregue na Assembleia. Foi essa a razão pela qual isto demorou os dias que demorou. Muito obrigado.” -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em qualquer caso no total foram quinze dias entre a entrada da citação, o ser entregue ao Gabinete do senhor Vereador, vir para aqui e terminar o prazo da citação na próxima segunda-feira. -----

----- Senhores Deputados Municipais, não temos mais ninguém inscrito, portanto o que a mesa vai pôr à consideração neste momento é se -----

----- Os deputados Municipais do Bloco de Esquerda pedem a palavra, o microfone para lá se fazem favor.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, nós temos apenas uma questão, estamos a votar um texto que não conhecemos, o Bloco de Esquerda não...” -----

----- A **Senhora Presidente** esclareceu: -----

----- “Nós neste momento não estamos a votar absolutamente nada! Estamos a votar apenas a alteração da Ordem de Trabalhos e depois iremos votar a proposta.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)** continuou: -----

----- “Então estamos a votar a possibilidade de vir a votar uma suspensão de um processo cujo texto não temos conhecimento com base num argumento que diz que pode trazer custos para o erário público, nomeadamente de quatro milhões, mas em que não nos é justificado de onde vêm os quatro milhões. O nosso argumento é que não há documentação que permita às forças partidárias analisar o processo atempadamente e de forma sensata e refletida e em consciência, esse é o nosso problema. -----

----- Se nos fornecerem a documentação nós poderemos então analisar e fazer uma votação em consciência.” -----

----- A **Senhora Presidente** esclareceu: -----

----- “Senhora Deputada Municipal, informo apenas que a documentação foi toda colocada no site da Assembleia e a documentação relacionada com esta resolução fundamentada, nomeadamente a deliberação anterior da Assembleia Municipal, onde eu também não participei, em 2011, e apenas o que estamos aqui é a dizer ao Tribunal que nós mantemos a deliberação anterior da Assembleia Municipal, até ver, o Tribunal agora apreciará depois o mérito da questão. -----

----- Mas neste momento o que a Mesa quer pôr à votação é se autorizam que este ponto seja o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos de hoje, é apenas isto que a Mesa quer pôr

à votação e vou passar à votação Senhores Deputados Municipais, chamo a vossa atenção por favor. -----

----- A Mesa põe à votação **a passagem do ponto 5 da Ordem de Trabalhos para ponto 1** pelas razões apresentadas. Quem vota Contra? O Bloco de Esquerda. Quem se abstém? Não há abstenções. Portanto, votaram favoravelmente PS, PSD, PCP, CDS/PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6 IND, está **aprovado por maioria** que seja o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- “Entramos então na matéria em si, a **Resolução Fundamentada**, eu já fiz uma documentação sumária da Resolução, a resolução Fundamentada baseia-se e é a única razão que a Lei prevê para qualquer órgão da Administração Pública poder solicitar que não seja eficaz uma providência cautelar em termos de suspender a eficácia do ato, tem que haver lesão do interesse público. A lesão do interesse público trem a ver com que teriam que ser imediatamente paradas as obras que já estão em curso, obras de urbanização, obras feitas na sequência da aprovação do plano, há um contrato de urbanização em elaboração com os proprietários todos do plano. Prevêem-se o início das obras a curto prazo e efetivamente esta providência cautelar é interposta apenas por uma das parcelas de uma das pessoas que não ficou de acordo com a maneira como foram distribuídos na perequação do plano os direitos de construção. -----

----- A não concretização daquilo que foi aprovado pela Assembleia em 2011 pode efetivamente lesar o interesse público, como está aqui na proposta, em matéria das obras que estão em curso relacionadas com infraestruturas, há aqui uma estimativa de seis milhões de euros de prejuízo e havia uma outra estimativa de indiretos a um prejuízo de quatro milhões relativamente a obras que também decorrem da aprovação do plano, portanto, na prática há aqui dez milhões de euros em curso que poderão ser afetados por esta suspensão e, portanto, nós propomos à Assembleia, que mantenha a decisão de 2011 e o Tribunal decidirá quem é que tem razão. -----

----- Não há pedidos de palavra, a Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 6/AM/2014 - Resolução Fundamentada** do requerimento interposto, conforme foi explicado. Votos contra? Do Bloco de Esquerda. Votos de abstenção? Do MPT, do CDS/PP, do PSD e do PCP. Votos favoráveis do PS, PEV, PAN, PNP e 6 IND. A **Resolução Fundamentada foi aprovada por maioria**. -----

----- O Bloco de Esquerda apresenta Declaração de Voto; o Partido Socialista apresenta Declaração de Voto e a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD) apresenta também uma Declaração de voto.” -----

----- **O Bloco de Esquerda entregou posteriormente a Declaração de Voto sobre a Proposta n.º 6/AM/2014.** -----

----- “*Considerando que:*-----

----- *1 - A Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa, na sequência da citação do Município, a 14 de Julho, para uma Providência Cautelar visando a suspensão da eficácia da alínea b) do n.º 2 do artigo 31.º do Regulamento do Plano de Pormenor do Aterro da Boavista Nascente, vem propor a resolução fundamentada sobre tal requerimento de Providência Cautelar, invocando grave lesão para o interesse público (proposta n.º 6/AM/2014, da Mesa da Assembleia Municipal).*-----

----- *2 - Ora, esta resolução fundamentada deve ser tomada no prazo de 15 dias após a citação, sendo certo, como já se disse, que a citação ocorreu a 14 de Julho.*-----

----- *3 - Assim, e pese embora os prazos curtos a que estes atos estão sujeitos, já poderia e deveria a Assembleia Municipal ter conhecimento deste processo, designadamente da petição inicial da providência cautelar.*-----

----- *4 - Ao invés, a proposta da Senhora Presidente da Assembleia Municipal apenas é remetida aos membros desta assembleia a 23 de Julho de 2014, às 16h 08m,*

conjuntamente com alteração à ordem de trabalhos da sessão, para ser apreciada e votada em sessão extraordinária a realizar no dia 24 de Julho de 2014, em clara violação do artigo 53.º, n.º 2 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, que prescreve a antecedência de dois dias úteis para o efeito. -----

----- 5 - A alteração à ordem de trabalhos de uma sessão extraordinária viola o artigo 50.º, n.º 1 do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, apenas podendo ser sanada a ilegalidade decorrente da inobservância destas formalidades se todos os membros do órgão comparecerem e não suscitem oposição à inclusão do assunto na ordem de trabalhos, nos termos do artigo 51.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro. -----

----- 6 – Os eleitos do Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa, quer em reunião de Conferência de Representantes, ocorrida a 24 de Julho de 2014, quer na própria Sessão Extraordinária de 24 de Julho se opuseram à inclusão deste assunto na Ordem de Trabalhos. -----

----- 7 - Isto dito, a representação do Município em juízo compete ao Presidente da Câmara Municipal (artigo 35.º, n.º 1, alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro), pelo que, no mínimo, a proposta aqui trazida à discussão e votação deveria ser da iniciativa do Presidente da Câmara Municipal ou da própria Câmara Municipal. -----

-----8 - Acresce que as competências da Assembleia Municipal em matéria de regulamentos com eficácia externa e de planos urbanísticos dependem de iniciativa da Câmara Municipal (artigo 25.º, n.º 1, alíneas g) e h) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 13 de Setembro, pelo que tratando-se de deliberação que põe em causa a eficácia de uma norma nesta matéria, muito se estranha que não seja da iniciativa da Câmara Municipal, sendo até defensável que dependa dessa iniciativa. -----

----- 9 - Por último, mas não menos importante, não se vislumbra fundamentação suficiente do grave prejuízo para o interesse público da suspensão de eficácia desta norma regulamentar, que não seja um alegado prejuízo de 4 milhões de euros, referido no considerando 20 da proposta, sem qualquer arrimo fáctico comprovado documentalmente. -----

----- Nestes termos, e pelas razões de legalidade supra apontadas, os eleitos do Bloco de Esquerda declaram votar contra a proposta n.º 6/AM/2014, da Mesa da Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD) entregou postariormente a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, declaramos ter votado favoravelmente a proposta n.º 6/AM/2014, por entendermos que o efeito suspensivo da providência cautelar acarretaria grandes prejuízos para a Câmara Municipal de Lisboa, sendo por isso, lesiva do interesse público. -----

----- Mais se declara manter a total oposição ao projeto que lhe deu origem, pelos motivos oportunamente expressos.”. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS) entregou posteriormente a seguinte Declaração de Voto:**-----

----- “DECLARAÇÃO DE VOTO SOBRE A DELIBERAÇÃO N.º 6/AM/2014-----

----- O Partido Socialista votou favoravelmente a proposta supra- identificada pelos seguintes motivos:-----

----- a) Os instrumentos de gestão territorial aprovados pelos órgãos do Município de Lisboa para a área denominada Aterro da Boavista Nascente visam dar continuidade a reconversão de usos industriais, desatualizados, em prol do reforço da regeneração do tecido urbano próximo do centro da cidade; -----

----- b) A execução destes instrumentos de gestão territorial prossegue um objetivo nuclear para a cidade de Lisboa: o seu rejuvenescimento populacional;-----

----- c) A Assembleia Municipal e demandada no âmbito de um processo cautelar, o qual se baseia em juízos perfunctórios; tais juízos, não definitivos, não devem prejudicar a eficácia de normas regulamentares vigentes, aprovadas pelo Município e ao abrigo das quais se promoveu uma unidade de execução, se contrataram trabalhos de construção e se promoveram outras expectativas jurídicas relativas a imputações de perequação;-----

----- d) Evidenciam-se, em particular, os prejuízos para o Município já identificados na proposta e outros potenciais relacionados com a suspensão de empreendimentos em curso.-----

----- e) Acrescem os efeitos nocivos relacionados com a suspensão de um movimento regenerador de uma zona relevante da cidade, impulsionado pela recente requalificação do Mercado da Ribeira e do Largo Vitorino Nemésio, com o seu estacionamento subterrâneo e arranjos exteriores da zona de superfície) -----

----- f) O prazo de pronúncia da Assembleia Municipal e processual, não esta dependente de conveniências relativas a uma reapreciação política apenas pretendida por grupos municipais com uma representação minoritária). -----

----- g) O Partido Socialista adere e revê-se no texto de resolução de interesse público elaborado pela Mesa da Assembleia Municipal.” -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Esta proposta a **Proposta n.º 306/CM/2014 – Apreciar a proposta de Contrato-programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental para 2014, nos termos do n.º 3 da parte deliberativa da proposta, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 32.º e dos n.ºs. 1 e 5 do artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;**-----

----- (A Proposta n.º 306/CM/2014, é anexada à presente ata como anexo II e dela faz parte integrante); -----

----- (O parecer da Terceira Comissão à proposta 306/CM/2014 é anexado a esta ata como anexo III e dela faz parte integrante);-----

----- (O parecer da Primeira Comissão à proposta 306/CM/2014 é anexado a esta ata como anexo IV) -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Esta proposta tem um parecer da Primeira e da Terceira Comissões Permanentes e tenho que perguntar aos Relatores das Comissões se podem informar das conclusões principais dos pareceres.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Irene Lopes (PS)**, Relatora da Primeira Comissão Permanente, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Coube-me a mim fazer o parecer, ser relatora do parecer desta Proposta na Terceira Comissão de Urbanismo e a Primeira Comissão subscreveu integralmente este parecer.

----- É com alguma alegria que eu estou aqui a apresentar este parecer na medida em que verso no fundo num trabalho desenvolvido por uma SRU, que tem executado bom trabalho, avaliado por todos, mesmo por aqueles que são contra as SRU, a existência de SRU para a reabilitação urbana. -----

----- Concretamente coube-me a mim fazer o parecer sobre o Contrato de Programa a celebrar entre a SRU Lisboa Ocidental para 2014, com cabimento na ação do Plano D1, P00308 da orgânica 0700 Económica do Orçamento em vigor. Eu ia simplesmente ler aqui as principais conclusões deste parecer.

Portanto, “ Compete à CML aprovar o Plano para 2014 da SRU Lisboa Ocidental que inclui diversos documentos de gestão provisional, um dos quais o Plano de Atividades para 2014, cuja concretização assenta na celebração de um contrato de programa a aprovar pela Câmara Municipal e que o submete a aprovação da Assembleia Municipal.

----- A nível de enquadramento e de orientação estratégica mantêm-se no Plano de Atividades para 2014 as definidas em anos anteriores que conduziram à definição dos projetos e atividades da SRU na sua área de Reabilitação Urbana com o financiamento assegurado.-----

----- O Contrato Programa tem como contrapartida uma participação pública no valor de 260 mil euros. Estes valores têm essencialmente a ver com os custos de estrutura e de gestão e têm cabimento na Ação do Plano que eu já disse, já discriminei, do Orçamento Municipal em vigor.-----

----- Chama-se a atenção que o valor global dos investimentos previstos para 2014 a cargo dos parceiros privados na área da Reabilitação Urbana da SRU Ocidental é de 11 milhões de euros.-----

----- O Fiscal Único da SRU emitiu parecer favorável sobre a celebração do Contrato de Programa considerando que o valor das indemnizações compensatórias a receber pela SRU está adequadamente calculado e decorre dos termos do Contrato de Programa.-----

----- A apreciação da proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo de disposto no Artigo 75 do Regimento, que está em emissão de parecer.-----

----- Portanto, face a tudo quanto foi exposto conclui-se que a Proposta está a cumprir os prazos regimentais aplicáveis e em condições de ser discutida e votada em Sessão Plenária da Assembleia Municipal.-----

----- Os Agrupamentos Municipais subscritores do presente parecer reservam para Plenário a expressão do seu sentido de voto e este parecer foi aprovado por maioria, com a abstenção do PCP, portanto, na Terceira Comissão, e a Primeira Comissão subscreveu integralmente, mesmo no que se refere à votação, a proposta de parecer da Terceira Comissão, portanto, ele foi aprovado por maioria com a abstenção do PCP, em ambas as Comissões.”-----

----- Eu há bocadinho esqueci-me de dizer que também a maior satisfação que eu tenho relativamente a ter-me cabido esta análise no fundo sobre um Contrato de Programa, mas para o qual eu tive de me debruçar também sobre o Plano de Atividades que lhe está subjacente, é pelo facto de esta SRU ser dirigida competentemente por uma mulher. Obrigada.”-----

----- A **Senhora Presidente** agradeceu:

----- “Muito bem Senhora Deputada Municipal, a Mesa solidariza-se com esse ponto final da sua apreciação, como é evidente, até porque estamos em maioria também aqui, duas mulheres na Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores e Senhores Deputados Municipais.-----

----- Em sede de Comissão de Finanças e de Urbanismo, ambas as Comissões, foi presente a proposta nº. 306/2014, que respeita ao estabelecimento do Contrato de Programa entre a Câmara Municipal e a Sociedade de Reabilitação Urbana de Lisboa Ocidental para o ano de 2014.-----

----- Estranha-se evidentemente que só decorrido, que já está, cerca de 60% deste ano civil se apresentem à Assembleia Municipal, com as condicionantes processuais e o montante calculado pela Sociedade como contrapartida de comparticipação pública

fixada em 260 mil euros, cuja justeza vem aliás confirmada pelo Fiscal Único, com data de cabimentação de 3 de junho, com a expressa referência no n.º. 2 da clausula 2ª. do Contrato de Programa com que a referida comparticipação pública, também chamada de indemnização compensatória, correspondente aos custos de funcionamento, neste caso de 20 mil euros mês, será ou seria transferida para a SRU até junho deste ano e então das duas uma, ou este montante já foi direta ou indiretamente transferido a favor da Sociedade e então foram desrespeitados os poderes desta Assembleia ou se não o foi a Câmara está a desrespeitar as obrigações que ela própria subscreveu com evidente prejuízo para a SRU e para a área da cidade que esta Sociedade serve, Uma trapalhada de datas, Senhora Presidente!... -----

----- Não estando em causa o índice de eficácia no exercício dos poderes e, portanto, do melhor ou pior cumprimento do objetivo setorial por SRU, o facto é que relevem dúvidas quanto aos fundamentos da concessão a uma sociedade exterior à Câmara, poderes executivos inerentes e indissociáveis do Município, como seja a capacidade de expropriação, o licenciamento e a imposição ao particular de reabilitar, assim como dúvidas quanto à aplicação da Lei n.º. 50/2012, de 31 de agosto, nomeadamente no n.º. 1 do artigo 62º.. -----

----- Algumas questões se têm também levantado quanto a problemas de arqueologia urbana e soluções que foram adotadas, assim como quanto aos critérios de demolição de bens de eventual interesse patrimonial. -----

----- Bem sabemos que o Senhor Presidente da Câmara declara já ter usado a influência e o peso da Câmara Municipal de Lisboa para o reconhecimento do estatuto especial desta Empresa Municipal, sem que lhe seja imposta uma qualquer comparticipação do Estado, mas o problema e é um problema que é constante é que condições espaciais tendem a causar num futuro mais ou menos próximo dificuldades e complicações também muito especiais. -----

----- Uma nota final para referir que a SRU enfrenta um cronograma apertado até 2015 e 2016 apresentando gastos anuais de 750 mil euros, tendencialmente crescentes por razões estruturais e que gastou já do empréstimo de 16 milhões de euros do IHRU/BEI 10, 7 milhões de euros, sendo que a Câmara se obrigou, através do Contrato Programa de 2009 a proceder ao pagamento nos prazos do vencimento das amortizações e juros desse empréstimo, assim o cumpra para descanso de todos. -----

----- Parece-nos assim que a ação reabilitadora desta Sociedade tem um saldo positivo, não permitindo porém pelos circunstancialismos descritos o apoio a esta proposta pelo nosso Agrupamento Municipal. Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais e Senhores Vereadores.-----

----- Em relação a esta proposta é bem conhecida a posição do PCP que apesar de reconhecendo aos méritos de alguns dados positivos da atividade da SRU Lisboa Ocidental não deixa de ser e de ir contra um princípio que nós temos de que as tarefas, as competências e as responsabilidades desta Sociedade ficariam melhor a cargo, e de quem são responsabilidade, da própria Câmara, por isso nós continuaremos a votar contra esta proposta.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José António Videira (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Assembleia, Senhores Vereadores do Executivo Municipal, Senhores Deputados Municipais e Estimado Público.-----

----- Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Ajuda venho manifestar a concordância com esta proposta. A SRU Ocidental tem realizado um notável trabalho

nas suas áreas de intervenção, que é a requalificação do espaço público e a reabilitação urbana, têm-se recuperado imóveis e prédios degradados, têm-se construído ruas de raiz, têm-se criado parques de estacionamento e têm-se criado novas zonas de lazer na zona Ocidental da cidade de Lisboa.-----

----- Das inúmeras obras que têm sido feitas permitam-me destacar duas que estão em curso, a requalificação da Calçada da Ajuda e a recuperação da Escola Primária Alexandre Herculano e por isso apelo, para além daqueles dogmas que muitas das vezes os partidos políticos e outros que têm a ver com financiamentos ou com posições partidárias muito dogmáticas, apelo a que se vote esta proposta favorável porque há gente, dirigentes, trabalhadores, funcionários de uma empresa que trabalham em prole e fazem a cidade de Lisboa, em particular da zona Ocidental dessa cidade, uma zona mais moderna, atrativa, competitiva e geradora de riqueza. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Membros da Mesa, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Está em discussão a proposta 306/2014, para aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Contrato de Programa a celebrar com a SRU Lisboa Ocidental 2014. -----

----- O Contrato de Programa em discussão visa assegurar a concretização dos planos de atividades no campo da gestão urbanística, empreitadas, reabilitação de espaço público, renovação das infraestruturas, reabilitação dos edifícios municipais e da SRU, além de outras atividades, sendo dotada de uma comparticipação pública de 260 mil euros do Orçamento Municipal, pese embora todos enaltecerem o bom trabalho desta SRU, que eu não vou aqui pôr em causa, quero no entanto chamar a atenção para dois factos: primeiro é que a sua taxa de execução é de cerca de 27% e daí a necessidade de novo financiamento para uma empresa que goza de autonomia financeira e patrimonial; segundo, tem que haver uma discussão que tem a ver com a discussão na Câmara, que é o de saber se a SRU, Empresa Municipal SA, se se aplica ou não a Lei 50/2012 e em consequência o artigo 62, nomeadamente no seu número 1- Dissolução de Empresas Municipais, pois pelo que li houve um chutar para canto da parte da SRU. -----

----- No entanto nota-se que há aqui uma certa simpatia e reconhecimento do trabalho de desenvolvimento por parte da SRU, mas como é do conhecimento de todos sempre defendemos que havia colocado no terreno uma visão nova programática no que diz respeito às políticas de habitação e reabilitação da cidade que passava na altura pela fusão da EPUL, GEBALIS e da SRU. -----

----- Chegámos a colocar essa nossa visão e propostas à anterior Vereação porque a nosso ver a cidade precisa, precisava e precisa, de um plano ambicioso e de uma estratégia para a reabilitação de velhas políticas para combater problemas que se vêm agravando no tempo e para enfrentar novos velhos problemas, nomeadamente desertificação da cidade. Estas pois são políticas e propostas públicas que consideramos que deviam ter saído, não deviam ter saído da esfera municipal, princípio de que não abdicamos e, portanto, consideramos que Lisboa precisa das pessoas e as pessoas precisam de Lisboa. Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal, a Mesa não regista mais inscrições. Estamos em condições de pôr à votação a **proposta n.º. 306/CM/2014** de Contrato de Programa para a SRU Ocidental, a Mesa vai pôr à votação. Quem vota contra? O Bloco de Esquerda e o PCP. Quem se abstém? O MPT, PAN, CDS/PP, PSD e PEV. Votos a

favor de PS, PNPB e 6 IND. Portanto a proposta é **aprovada por maioria** com a votação que acabou de ser dita. -----

----- O Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda está-me a fazer um sinal para quê? Se faz então o favor diga.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É que eu fiz duas perguntas à Câmara e ninguém respondeu e eu gostaria de saber por um lado em relação ao problema da taxa de execução e por outro tem a ver com o problema se se aplica ou não a Lei 50/2012.” -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:

----- “Senhor Deputado Municipal, a Câmara não usou da palavra durante o debate, não respondeu, o recurso que o Senhor Deputado Municipal agora tem é transformar essas perguntas num requerimento para obtermos resposta por escrito para poder ter essa informação, que tem direito a ela!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)**, no uso da palavra agradeceu: -----

----- “Sim Senhora, é que os Senhores Vereadores estavam ali a falar e não devem ter prestado atenção.” -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:

----- “Isso não aconteceu, portanto, agora terá que ser dessa maneira! Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Vamos passar então à Proposta nº. 314/CM/2040 que tem que ser em conjunto com a Proposta nº. 205/CM/2014. Chamo a vossa atenção para este ponto que é importante, a proposta 314 apenas alterou alguns elementos da proposta, mas a proposta 205 é que aprova a Alteração ao Plano de Pormenor do Eixo Luz/Benfica e, portanto, teremos que votar as duas em conjunto e não apenas uma delas, são as duas propostas, a 314 e a 205.” -----

----- **Proposta 205/CM/2014 – Aprovar o projeto de versão final de Alteração do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica para efeitos de envio à Assembleia Municipal para alteração;** -----

----- (A Proposta nº. 205/CM/2014, é anexada à presente ata como anexo V e dela faz parte integrante); -----

----- **Proposta 314/CM/2014 –Alteração do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica nos termos das propostas nº 205/CM72014 e nº. 314/cm/2014, ao abrigo da alínea h) do nº. 1 do artigo 25º. Do RJAL, publicado em anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- (A Proposta nº. 314/CM/2014, é anexada à presente ata como anexo VI e dela faz parte integrante); -----

----- (O parecer da Terceira Comissão relativo às propostas 205/CM/2014 e 314/CM/2014 é anexado a esta ata como anexo VII e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Obrigado Senhora Presidente, Caros Vereadores, Estimados Colegas Deputados Municipais. -----

----- Relativamente à proposta 314, essa é uma mera questão técnica que não levantou qualquer tipo de problema em Sede de Comissão. Debruçar-me-ei, como a Senhora Presidente disse, sobre a proposta 205. -----

----- O nosso parecer reflete um longo período e profícuo de discussão em sede da nossa Comissão, foi feita uma apresentação por parte da Câmara Municipal e as várias forças políticas manifestaram-se e colocaram as suas dúvidas e pedidos de esclarecimento ao

Senhor Vereador Manuel Salgado. O Senhor Vereador respondeu por escrito, houve ainda lugar a novo contraditório. -----

----- Analisado esse contraditório na proposta de conclusão tivemos o cuidado de refletir dois pormenores e duas recomendações para o futuro, uma que sejam tidas em atenção, se possível, as considerações da Junta de Freguesia de Benfica que foram referidas neste parecer e que a todos, sem exceção, pareceram bastante meritórias e uma recomendação ainda que o processo de implantação que este Plano de Pormenor seja precedido, no que refere à rede viária, ao sistema de circulação e acessibilidades, da elaboração de uma anteprojecto viário que dê resposta às questões suscitadas nos pareceres apresentados desta Comissão, nomeadamente no que se refere à ligação da Radial da Pontinha à 2ª. Circular e às ligações à Estrada do Poço do Chão e à zona das Pedralvas, a apresentar posteriormente à Assembleia Municipal para nova apreciação das Comissões Municipais de Urbanismo e Mobilidade. -----

----- Postas estas pequenas questões concluímos todos que a proposta estava em conclusão, estava em condições de ser discutida e votada nesta sessão Senhora Presidente. Muito obrigado.”-----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:

----- “Senhores Deputados municipais, um lapso meu hoje, o Senhor Vereador Manuel Salgado devia ter feito a apresentação da proposta antes do Relator apresentar as conclusões, como é evidente. -----

----- O Senhor Vereador Manuel Salgado tem a palavra para apresentar a 205 e a 314 e as problemáticas inerentes.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, muito boa-tarde Senhores Deputados Municipais.-----

----- Bom, este Plano ou esta alteração ao Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica foi iniciada, tem os termos de referência com uns largos anos e que foi uma alteração a um plano que tendia a resolver alguns problemas existentes à época, nomeadamente, licenciamentos que tinham sido feitos pela Câmara que contrariavam aquilo que estava disposto no plano e que, posteriormente, causaram problemas graves aos respetivos proprietários, porque não puderam ter as licenças de utilização de obras que entretanto foram feitas. Tinha também um problema relacionado com alguns equipamentos nomeadamente “O Pedrita”, que é uma creche que não podia ser legalizada por normas muito restritivas do Plano de Pormenor, e nesse sentido foi desenvolvida uma alteração ao Plano de Pormenor. -----

----- Sucede que entretanto, em 2010, o então Vereador responsável pelo Pelouro do Regimento dos Sapadores de Bombeiros, deu início a um estudo de reorganização do dispositivo de segurança do Município e nessa reorganização do dispositivo de segurança do Município que foi então trabalhado, ficou definido, aliás, através da proposta nº 569/2013, que depois foi aprovada em sessão de Câmara, e que define uma série de orientações para a reorganização futura do dispositivo do Departamento de Sapadores de Bombeiros. -----

----- Esta proposta prevê, nomeadamente, a localização do Centro de Coordenação e Controle, em Monsanto, mas apenas este centro, também a instalação do Comando e de todos os dispositivos de retaguarda por ampliação do quartel de Marvila, e a construção de três novos postos avançados, PSA (Postos de Segurança Avançados), distribuídos pela cidade.-----

----- Neste novo dispositivo diz expressamente na proposta aprovada em Câmara, que será desativado, portanto, a gestação da terceira companhia localizada em Carnide,

portanto o quartel junto ao Colombo, com a localização da sala de operações conjunta, numa primeira fase no quartel de Marvila e, numa segunda fase em Monsanto, no Edifício Panorâmico, e prevê a construção de mais dois postos avançados; um para substituir a situada na Defensores de Chaves, aliás, para substituir a Defensores de Chaves, localizado no Arco do Cego e outro que era para substituir o que está situado nas traseiras do Teatro D. Maria, e que iria ficar localizado num espaço que tinha ficado previsto no empreendimento do Martim Moniz. -----

----- Esta reorganização do dispositivo de segurança coincidiu com uma manifestação de interesse por parte do Hospital da Luz de proceder à ampliação das suas instalações, feita diretamente ao Senhor Presidente da Câmara. E foi na sequência dessa manifestação de interesse que coincidia com esta intenção municipal de reorganizar o dispositivo de segurança foi introduzida a possibilidade de ser utilizado o antigo quartel de bombeiros para outros usos. Colocava-se, portanto, a questão de saber como é que o Município iria alienar esse lote e com vista a defender o melhor possível todos os interesses do município chegou-se à conclusão que esse lote não deveria ter uso exclusivamente de equipamento, o que iria desvalorizá-lo, mas sim ter qualquer uso exclusivamente de equipamento, o que o iria desvalorizar, mas sim ter qualquer uso possível, com uma edificabilidade que ficou pré definida, podendo ser utilizado para habitação, comércio, serviços ou, eventualmente, para um equipamento. -----

----- A primeira versão do Plano e daí ter havido duas propostas, na primeira elaboração do Plano, que eu não acompanhei porque não estive presente na reunião de Câmara em que o plano foi aprovado, antes de ser enviado para a Assembleia Municipal, só detetei quando foi feita aqui a apresentação do Plano em sessão da Comissão de Acompanhamento, detetou-se que havia um erro material porque exatamente relativamente a este lote aquilo que se permitia era 20% de outros usos e 80% para equipamentos, o que portanto comprometia seriamente o valor deste lote, e não os 100% para todo e qualquer uso, conforme tinha sido previamente definido pela Câmara Municipal. E, portanto, foi pedido à Assembleia Municipal que devolvesse a proposta à Câmara para ser retificada, a proposta foi aprovada em Câmara, e foi de novo reenviada para apreciação da Assembleia Municipal. -----

----- A Proposta que foi enviada para a Assembleia Municipal, os chamados documentos constituintes do Plano, ou seja, aqueles que são publicados em Diário da República, esses vieram corrigidos. Os documentos que são considerados elementos de acompanhamento e que não são publicados em Diário da República, não foram corrigidos. -----

----- A Câmara Municipal foi alertada para aquela situação, neste momento esses documentos já foram corrigidos e entregues hoje de manhã à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, em papel e num CD e, portanto, julgo que estão respondidas as dúvidas colocadas relativamente a esse aspeto de que todas as peças estão coerentes, ainda que, insisto neste ponto, apenas as peças que são constituintes do Plano, que são aquelas que são publicadas em Diário da República, essas já estavam efetivamente corrigidas. -----

----- Nesta apreciação do Plano nós recebemos também recomendações da Junta de Freguesia que foram tidas em consideração e recebemos também nos pareceres recomendações que foram feitas pela Comissão de Urbanismo no sentido de virem a ser desenvolvidos, numa fase posterior, quando se vierem a realizar as obras na rede viária, de ser feito um estudo de conjunto para a rede viária, e que esse estudo fosse apresentado à Assembleia Municipal, às Comissões de Urbanismo e Mobilidade. -----

----- Essa recomendação será tida na devida conta e, portanto, quando essas obras vierem a ser feitas, serão precedidas desse estudo. Muito obrigado Senhora Presidente.”

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----
----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----
----- Senhor Vereador, eu lamento ter que lhe dizer que relativamente ao que o Senhor Vereador esteve aqui a esclarecer quanto aos erros materiais que se detetaram, não estavam exatamente todos corrigidos, mesmo os que são vinculativos e, portanto, a Mesa fez mais uma diligência ontem que levou a que o Senhor Vereador hoje enviasse novamente os documentos, havia uma planta, que é a planta dos equipamentos que mantinha um erro e uma divergência em relação ao Regulamento e, portanto, a Mesa hoje em Conferência de Representantes tomou a posição de que enquanto não entrarem os documentos devidamente corrigidos e não forem verificados e confirmados nem sequer ponho a proposta à votação porque entendo que a Mesa tem obrigação legal de verificar a conformidade e a legalidade de tudo aquilo que põe à votação. -----
----- O senhor Vereador de facto deu entrada dos documentos, hoje os senhores que estiveram na Conferência de Representantes viram que eu recebi um conjunto de documentos, mas materialmente não tive tempo de os *checar* ainda hoje ou amanhã de manhã e mandarei uma mensagem a todos a explicar o que é que se passou, mas para a sessão de hoje eu não estou em condições de garantir aos Senhores Deputados Municipais que os elementos que a Câmara enviou estão todos corretos e, portanto, vamos ter aqui uma consequência que é, podemos discutir esta matéria, os grupos municipais podem tomar as suas posições, fazer as perguntas e os esclarecimentos que entenderem mas a Mesa só poderá pô-la à votação depois de *checar* os documentos todos, o que significa que em princípio, uma vez que os documentos já deram entrada, em princípio na próxima Sessão de terça-feira poderíamos votar a proposta, mas podemos discuti-la hoje, temos a presença de Vereador, há dúvidas, o assunto tem sido discutido na opinião pública e estamos em condições de a discutir, mas há este problema que é um problema processual, eu peço desculpa destas questões, mas penso que é muito importante que os documentos que são votados sejam verificados, mesmo os documentos de acompanhamento devem ser convergentes e compatíveis e, enfim, conciliados com os documentos vinculativos dos planos, porque muitas vezes é por causa desta divergência numa planta, em três páginas do Relatório, que depois se geram grandes dúvidas e se criam especulações desnecessárias, portanto, a Mesa dá aqui conhecimento a todos os Senhores Deputados Municipais deste, que foi o nosso entendimento, em Conferência de Representantes foi discutido, mas a Mesa mantém este entendimento e vamos continuar a nossa discussão naturalmente, portanto, **não serão postas em votação estas propostas.**” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação à Mesa: -----
----- “Senhora Presidente, peço desculpa mas isto tem ainda a ver com a votação anterior, do ponto anterior, nós por lapso temos o guião errado e o nosso voto é favorável e não é abstenção. Era só para constar isso em Ata, eu peço desculpa, foi extemporâneo mas já estava o Senhor Vereador a falar.” -----
----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----
----- “Eu peço desculpa mas não podemos repetir votações!” -----
----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, no uso da palavra interpelou: -----
----- “Pronto, fica em Ata!” -----
----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----
----- “Eu pedia aos Senhores Deputados Municipais o seguinte, fica em Ata, fica registada em Ata a sua correção, mas nós não vamos alterar a votação, a Ata em minuta fica como está e depois provavelmente o seu grupo poderá fazer uma Declaração de

Voto em que fique melhor explicitado essa questão. De qualquer maneira a proposta não foi prejudicada, portanto, não há consequências de maior a não ser uma incorreção na vossa votação.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)**, no uso da palavra interpelou: -----

----- “Então vamos fazer uma Declaração de Voto, a dizer isso mesmo!”-----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra concordou:-----

----- “Muito bem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. -----

----- Independentemente de proceder a uma análise sobre este Plano de Pormenor do Eixo Luz Benfica eu queria ter uma intervenção na sequência da intervenção da Senhora Presidente aqui feita.-----

----- Aquilo que eu queria referir tem a ver com a possibilidade que esta Assembleia tem de alterar algumas propostas que venham da Câmara, nós podemos-las alterar, e aquilo que eu recomendava em relação a esses erros materiais que foram constatados e foram verificados na Terceira Comissão, foram verificados na Terceira Comissão quando analisou este Plano de Pormenor e logo aí nós entendemos que devíamos propor a alteração de forma que todas as peças sejam congruentes com aquilo que é legalmente apresentado e será publicado no Diário da República, portanto, eu acho que não é, podemos votá-la, discuti-la e votá-la, aquilo que entenderem as forças políticas votar com esta indicação “a Assembleia retifica todas as peças complementares da proposta fazendo-as coincidir”, no aspeto que foi aqui frisado relativamente ao Quartel dos Bombeiros e ao lote que vai ser posto em hasta pública, “fazendo-as coincidir rodas com aquilo que é a planta síntese” e portanto ficando corrigido e ficando garantido de toda a maneira que não há incongruências entre a planta síntese e as outras plantas. ----

----- Isto é uma posição que a Assembleia Municipal pode adotar e eu proponho que seja adotada.” -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Senhor Deputado Municipal, muito obrigada pela sua proposta mas a posição da Mesa, a menos que queiram recorrer dela, é de que quando os documentos já deram entrada com as retificações todas e a Mesa vai verificá-los, estando os documentos todos em ordem votaremos depois, não consigo fazer essa verificação ao mesmo tempo que estão os trabalhos a decorrer e, portanto, esta é a posição da Mesa, se algum grupo não estiver de acordo com isto peçam o recurso da decisão, quando chegar a altura, mas continuamos o debate, se não se importam.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Relativamente à proposta 314, através da qual se pretende alterar a proposta 205 relativamente ao projeto de versão final na Alteração ao Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica, o Partido da terra gostaria de dizer que não deposita grandes expectativas na solução encontrada, a área de intervenção tem como maior pressão o Eixo composto pelo Centro Comercial Colombo, o atual edifício dos Bombeiros Sapadores de Lisboa e o complexo de saúde conhecido pelo Hospital da Luz, este espaço é servido a sul pela Avenida Lusíada, principal eixo viário coletor e pelo terminal de transportes que engloba o Metro e o transporte rodoviário. -----

----- É nesta área que se pretende efetuar uma das principais alterações ao nível do Plano, a expansão do complexo de saúde do Hospital da Luz, eventual ocupação do lote hoje ocupado pelo Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa, um edifício relativamente recente e onde para além da capacidade operacional aloja o Museu do Regimento. -----

----- É certo que ainda teremos que discutir nesta Assembleia a proposta 348/2014 que visa a aprovação do lançamento de uma hasta pública para a alienação da parcela de terreno principal referida, mas não podemos deixar de criticar desde já o encerramento deste equipamento sem que esteja concluído o processo de reanálise do dispositivo da Corporação. -----

----- A opção do encerramento, sem que esteja assegurada uma solução que assegure o serviço às populações começa a ser uma imagem de marca do Executivo, foi assim que se procedeu com o caso do encerramento das Esquadras da PSP, onde já encerraram esquadras e não estão em funcionamento as soluções! Como não há fumo sem fogo, apesar do terreno ir a hasta pública e qualquer um possa proceder à sua aquisição já é quase certo o encerramento da mais moderna instalação do Regimento de Sapadores para dar lugar à extensão do complexo de saúde! Se este pressuposto se vier a confirmar vai provocar mais pressões sobre esta zona, ou seja, mais veículos, mais tráfego, mais problemas de estacionamento, esperamos que o reforço de estacionamento previsto no Plano seja capaz de responder à procura de uma possível expansão do equipamento de saúde e pelo menos responder às carências atualmente existentes. -----

----- Apesar de não existirem grandes pormenores ao nível do desenho também vimos com preocupação a solução da implementação de uma nova rotunda na ligação da Avenida Lusíada com a Avenida Marechal Teixeira Rebelo e uma passagem subterrânea que ligará o Hospital da Luz ao espaço da Quinta da Granja. -----

----- Reconhecemos que existem problemas de tráfego mas uma solução tão profunda, como esta proposta, para além do investimento vai consumir mais tempo de intervenção, com forte impacto para todos os que circulam nesse espaço e consecutivamente num equipamento tão sensível como é um hospital, seja ele de carácter privado ou público. -----

----- O desempenho da atual rotunda é afetado pelas filas de acesso ao estacionamento coberto do hospital e ao congestionamento dos sinais de acesso à Avenida Marechal Teixeira Rebelo, certamente os engenheiros de tráfego da Câmara Municipal encontram medidas leves e simples para melhorar a circulação neste local. -----

----- Por outro lado a utilização de uma passagem desnivelada para efetuar a ligação entre o Hospital da Luz e a Quinta da Granja, para além do investimento envolvido na obra e julgando pelo atual estado de manutenção desse tipo de espaços na cidade de Lisboa, também não nos parece ser uma boa solução! São vários os exemplos de passagens desniveladas votadas ao abandono e à insegurança, com falta de limpeza, deterioração geral e falta de iluminação. -----

----- Receamos que uma solução semelhante se torne a médio e a longo prazo em mais um exemplo pela negativa igual às existentes! A ligação entre os dois espaços poderia ser enquadrada numa intervenção mais global, melhorando a qualidade de circulação dos peões, principalmente na zona que liga o Centro Comercial Colombo ao terminal de passageiros. -----

----- Presentemente o espaço é caracterizado por passeios elevados face à estrada, estacionamento selvagem onde o carro domina e onde os peões que se deslocam para o terminal de transportes têm apenas um ligeiro corredor, sendo o restante espaço entregue a um parque de estacionamento sombrio. -----

----- Na nossa opinião a solução mais viável teria passado por uma realocização do parque de estacionamento, intervindo no local, permitindo o acesso seguro e agradável ao peão que ligasse o Colombo ao terminal de passageiros e à Quinta da Granja por debaixo do viaduto. -----

----- Minhas Senhoras e meus Senhores, vimos também com alguma reticência a forte possibilidade de vir a haver uma permuta entre a Câmara Municipal de uma parcela da Quinta da Granja e a contrapartida da edificabilidade para os atuais proprietários desta Quinta, o que significará acréscimo de construção naquela zona, tornando-se por essa mesma razão mais determinante ainda a existência de estudos de tráfego. -----

----- Ora o aumento de construção por si só contribuirá para o agravamento das condições atualmente existentes naquela zona da cidade, pois haverá também um exponencial aumento de habitantes residentes e com eles o crescimento de serviços e de comércio com o inevitável e conseqüente aumento da procura pelos cidadãos, acarretando assim ainda mais problemas a uma zona já de si densamente habitada! -----

----- Não podemos só criticar, pelo que também saudamos a opção tomada pela manutenção em superfície do parque de estacionamento junto ao Centro Comercial Fonte Nova, permitindo assim a manutenção das árvores adultas aí existentes. Disse.” -

----- **O Senhor Deputado Municipal António Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhora Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais. -----

----- Pegamos neste Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica e anotamos desde logo que faltam soluções quanto aos eixos viários fundamentais, que se confrontam com a 2ª. Circular, a Avenida dos Condes de Carnide, a Avenida Marechal Teixeira Rebelo e a Avenida Lusíada, por exemplo, nas confusões imensas de circulação que envolvem o Estádio do Benfica, o Hospital da Luz, o Colombo e outras zonas tão ou mais essenciais e populares das Freguesias de Benfica e Carnide. -----

----- Esta deveria ser a realidade de acessibilidade e mobilidade que um Plano de Pormenor a sério deveria ter enfrentado à nascença, mas tudo ficaria para as calendas ou poderá ficar se não fosse a Terceira Comissão, a Junta de Freguesia de Benfica, o PCP e o Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva a fazerem propostas que resultaram numa recomendação que a Comissão de Urbanismo apresenta à Câmara no seu parecer, para a Câmara Municipal mais importante é deitar abaixo o quartel e o museu dos Bombeiros para vender em leilão esse território que foi apontado para compra pelo Grupo BES para alargamento do Hospital da Luz, tudo isto apesar da empresa gestora do Grupo Salgado ter declarado falência controlada no Luxemburgo e da necessidade de continuação do funcionamento do quartel configura, para além do mais, uma Central de Comando da Proteção Civil da capital. -----

----- Já tudo estará em vias de ser esclarecido, como já ouvimos aqui na Assembleia, tanto no Plano de Pormenor como na documentação respetiva, no mínimo defendemos que seja assegurada uma hasta pública para esse território do quartel e museu dos Bombeiros, em igualdade de circunstâncias para todos os concorrentes. -----

----- Apesar de tudo o Plano de Pormenor foi melhorado em aspetos de respostas locais e de excesso de ocupação de construções, ficando ainda o que resta da Quinta da Graça já sem agricultura para incursões ao Campo da Granja, para incursões ao Campo em dias de folga e de fado nas hortas. -----

----- Perante este documento estaremos atentos a um plano viário que resolva os distúrbios e as urgências da zona abrangida, desejando que a Câmara a ele proceda e o apresente à Assembleia Municipal com a brevidade que é unânime na Comissão de Urbanismo e no parecer que elaborou para apresentar à Assembleia Municipal. -----

----- Quanto à votação desta proposta estamos de acordo que ela seja feita na próxima terça-feira. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas Deputados Municipais e Público presente.-----

----- Estamos a apreciar hoje, não iremos votar mas estamos a apreciar hoje a proposta 314 da Alteração ao Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica, que vem introduzir um conjunto de acertos para esta zona da Cidade, que eram obviamente necessários e já ouvimos aqui a apresentação do Vereador Manuel Salgado em que explicou precisamente uma das dúvidas que tínhamos sobre a reorganização do dispositivo de segurança, até porque tínhamos ficado preocupados com as notícias de que o Presidente da Associação Nacional de Bombeiros Profissionais não saberia deste encerramento, mas já vimos que esta operação da desativação do quartel de Bombeiros estava de facto contemplada e também tomámos nota do conjunto, da evolução da proposta e do conjunto de erros materiais que também estão a ser corrigidos, o último tendo chegado aqui, portanto, dizer também que tal como foi agora declarado pelo PCP concordamos com esta metodologia de na próxima terça-feira ser, depois de verificados os elementos, procedermos à votação desta alteração ao Plano de Pormenor e que estejam resolvidos estes erros materiais, mas acima de tudo vínhamos aqui colocar a nossa ênfase num conjunto de matérias que foram apreciadas e foram propostas pela Própria Comissão e que de facto vimos também da parte do Vereador Manuel Salgado uma abertura para aceitar estas recomendações, no fundo para além das considerações da Junta de Freguesia de Benfica que foram acolhidas na generalidade e que resultaram inclusive de um trabalho de participação pública e que saudamos.-----

----- Existem duas recomendações que para nós seria muito importantes que fossem cumpridas e que seria a elaboração de um anteprojecto viário no que se refere à ligação da Radial da Pontinha à 2ª. Circular e às ligações da Estrada do Poço do Chão e à zona das Pedralvas, como vem indicado no parecer, até pelo facto do aumento desta edificabilidade e de todo o sistema de circulação e estacionamento causar uma sobrecarga nesta zona e, portanto, pedíamos que esta recomendação da Assembleia Municipal fosse cumprida assim como que fosse apresentado este anteprojecto à Assembleia Municipal e a sua apreciação pelas respetivas Comissões Permanentes de Urbanismo e Mobilidade, pelo que vínhamos perguntar se o Senhor Vereador Manuel Salgado estivesse disposto a cumprir estas recomendações feitas pela Comissão estaremos dispostos a votar a favor, queríamos só obviamente esta confirmação. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais e Público, Imprensa. -----

----- O Plano de Pormenor que aqui vemos, a Alteração do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfica que aqui vimos discutir de uma forma geral parece-nos ser um Plano que com algumas questões pontuais, nomeadamente na parte viária e na parte dos equipamentos, é um Plano que poderia ser aprovado, no entanto temos questões que para nós são sérias relativamente nomeadamente aos lotes 30 e 40, relativamente ao lote 40 as contradições que poderão já ter sido corrigidas neste momento, mas para nós ainda se mantêm estão na afirmação de que existe no lote 40 quase que uma reserva de espaço para o Hospital da Luz e por outro lado a questão de que o Regimento de Sapadores Bombeiros na realidade não sabemos por onde é que ele é movimentado. ---

----- Fala-se no Plano no lote 30, também se falou em tempos na passagem para Monsanto para o Panorâmico, no entanto esta opção foi desativada, tanto quanto sei e, portanto, nós neste momento estamos um pouco perplexos porque aquilo que temos no Plano é relativamente à passagem para o lote 30, ora no lote 30 nós já temos muita coisa a ser passada para lá, fala-se portanto no lote 30 como um local de cuidados continuados, fala-se na passagem de um equipamento para a terceira idade, fala-se num conjunto de serviços que nós não conseguimos ver funcionando todos em coordenação! Ou seja, o lote 30 que tinha 6 mil 780 metros quadrados de área de lote na versão anterior do Plano passa a ter 2 mil 520 metros quadrados e ainda vai ter estas novas funções, ou seja, tinha 6 mil 780 e passa para 2 mil 520 e poderia ter o RSB com 9 mil metros quadrados ou coisa assim!... -----

----- Estes números não jogam, a situação do lote 40 para nós continua a ser confusa e isto é apenas aquilo que chamam as questões materiais, há uma questão política que até agora não foi referida que é a preocupação latente, embora todos os privados, como qualquer entidade, tenham direito a construir o que bem entenderem o que é facto é que estão a ser feitas projeções de milhares ou dezenas de milhares de metros quadrados de aumento de construção para hospitais quando na realidade e ao mesmo tempo e em simultâneo nos estão a dizer que vão fechar milhares ou dezenas de milhares de metros quadrados de hospitais públicos, nomeadamente a Colina de Santana, portanto, há aqui um conjunto de questões, umas que poderão ser corrigidas, outras que pelo menos deixam um profundo mau estar!... Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Frederico Lira (PEV)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Boa-tarde, muito obrigado. -----

----- Começo então por responder à Mesa, à solicitação da Mesa, em relação à votação passar para terça-feira, o Partido Ecologista Os Verdes não vê nenhuma objecção, contudo claro, concordando com a Senhora Presidente, achamos que deve ser verificada toda a documentação e que esteja de acordo com o que foi acordado na Conferência de Líderes, assim como na Comissão Permanente. -----

----- “Intervenção sobre a Proposta nº 314/2014 e a anterior também - Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica, na Assembleia Municipal de Lisboa de 24 de Junho de 2014. -----

-----O Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz-Benfica foi aprovado por deliberação da Assembleia Municipal em Maio de 1996 e foi alvo de duas alterações em regime de âmbito simplificado para as subunidades 2.1. e 4.6. A alteração proposta no presente Plano de Pormenor foi efetuada com base no estabelecido na legislação em vigor. -----

----- Ao longo dos treze anos que decorreram desde a entrada em vigor deste instrumento de planeamento, detetaram-se diversas alterações das circunstâncias ao nível da gestão de algumas das subunidades territoriais em que o plano se subdivide, pelo que se pretende agora proceder à sua alteração. -----

----- O Partido Ecologista “Os Verdes” considera que este Plano de Pormenor devia conter um Estudo de Circulação e Mobilidade onde fossem abordadas as questões relacionadas com o tráfego automóvel, a circulação de peões e ciclistas, as interseções nos diferentes entroncamentos e cruzamentos ao nível dos vários eixos viários, tal como previsto no Artigo 41º (Conteúdo material), nº1, do DL nº 380/99, reformulado pelo DL nº 316/2007 de 19 de Setembro, o qual estipula que os Planos de Pormenor devem estabelecer o desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, de circulação viária e pedonal e de estacionamento. -----

----- Um importante instrumento de gestão e controle da procura de transporte individual é a maior ou menor oferta de estacionamento e a cobertura da rede de transporte público. -----

----- Deste modo, estão previstas algumas intervenções relacionadas com o aumento da oferta de estacionamento, quer à superfície, quer ao nível da oferta em estruturas, sendo que o Relatório do Plano, ao longo das páginas 96 e 97, remete para consulta da Planta 13.1. Contudo, na Planta 13.1, referente às Infraestruturas Viárias, não estão assinaladas os locais onde irão ocorrer o aumento da oferta de estacionamento na área objeto de intervenção do plano. -----

----- Existem ainda um conjunto de apreensões relacionadas com as novas construções tanto a nascente como a poente das atuais instalações do Hospital da Luz e as suas possíveis implicações naquela zona da cidade. -----

----- O plano permite a possibilidade de ampliação de 1 piso no atual edifício do Hospital da Luz, bem como equaciona a possibilidade de expansão deste equipamento hospitalar para onde se localizam atualmente as instalações do Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros (RSB) e da Estação da 3ª Companhia de Intervenção do RSB. ---

----- O Museu está instalado desde 2004 num edifício de construção e arquitetura moderna. Implantado numa área de aproximadamente 7 200 m², divide-se por quatro pisos, congregando uma nave principal de exposições, sala de exposições temporárias, auditório, espaço de animação infanto-juvenil e centro de documentação e reservas. ----

----- O Museu integra, e passo a citar, “uma brilhante e valiosíssima coleção de carros de combate a incêndios, de diferentes períodos temporais [séculos XVIII a XX], tipificados por veículos de tração braçal, hipomóvel, motorizada, rebocáveis e transportáveis, o acervo do Museu é também composto por diversos tipos de maquetas, miniaturas, aparelhos, bombinhas e extintores, sistemas de comunicações, fardamentos, materiais e ferramentas e muitos outros objetos que foram parte integrante dos bombeiros e da sua história”. -----

----- Questões pertinentes relacionadas com este assunto que precisam de serem clarificadas: -----

----- 1º Qual a razão para a relocalização destas modernas instalações do Museu e da Estação da 3ª Companhia de Intervenção do Regimento de Sapadores Bombeiros de Lisboa? -----

----- 2º Foi feito pela CML algum Estudo de avaliação geral da organização territorial e funcional do dispositivo do RSB? Em caso afirmativo, está previsto como uma das medidas a relocalização desta unidade territorial e do Museu da RSB? -----

----- 3º Para onde se prevê a relocalização deste conjunto de Equipamentos de Segurança e Proteção Civil? -----

----- 4º Terá a mesma área de implantação e de superfície de pavimento que as atuais instalações do RSB? -----

----- 5º E em que termos e condições se irá processar essa relocalização? -----

----- 6º Irá este edifício, com apenas dez anos, ser demolido?-----

----- Outro importante assunto prende-se com as novas construções a poente do Hospital da Luz que irão implicar, segundo o Relatório do Plano, a relocalização da Associação “O Companheiro” Associação de Fraternidade Cristã, Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) de utilidade pública, sem fins lucrativos. -----

----- A Associação “O Companheiro” tem, desde a sua constituição em 13 de Fevereiro de 1987, como âmbito da sua atividade a inserção pessoal, social, laboral e cultural de pessoas que se encontrem em situação de exclusão social, tentando contribuir para a sua inclusão e integração societal. -----

----- Em 1990, esta IPSS candidatou-se ao *Programa de Luta contra a Pobreza*, tendo, em 1991, a CML, cedido os terrenos onde estão hoje instalados os Serviços e Equipamentos, na Avenida Marechal Teixeira Rebelo em Lisboa com uma área de terreno de aproximadamente 30.000 m² e ocupando uma área construída de 2500 m². --

----- Assim, esta instituição procedeu a avultados investimentos nas atuais instalações para dar resposta a dois grandes vetores de atuação: um virado para uma missão assistencial (Residência Coletiva Masculina; Refeitório social, Higienização assistencial (Residência Coletiva Masculina; Refeitório social, Higienização e Tratamento de Roupas, apoio social, intervenção clínica e aconselhamento jurídico) e outro que procura articular a missão assistencial com fins técnicos, económicos e produtivos.-----

----- Importa saber:-----

----- 1º Se esta instituição foi auscultada e se deu o seu aval? -----

----- 2º Em que termos e condições se irá proceder a essa realoção? -----

----- 3º Qual é o novo local para onde se pretende transferir esta IPSS?-----

----- Por último, “Os Verdes” gostariam de ser esclarecidos relativamente aos direitos de edificabilidade de que poderão beneficiar os proprietários da Quinta da Granja ao abrigo do nº 8 do artigo 50º do Plano Diretor Municipal em vigor. Em que zona do plano de pormenor ou da cidade de Lisboa irão ser exercidos aqueles direitos de edificabilidade, correspondente a 17.724 m²? -----

----- Muito obrigado.” -----

-----A **Senhora Presidente** no uso da palavra questionou:-----

----- “A Senhora Deputada Municipal vem em representação da Junta de Benfca, correto?”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Carla Rothes, da Junta de Freguesia de Benfca (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Exatamente. -----

-----Boa-tarde Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Deputados Municipais, Senhores Vereadores e Público presente. -----

----- Em virtude da proposta do Plano de Pormenor do Eixo Urbano Luz Benfca, a Junta de Freguesia de Benfca, participou de facto no período de discussão pública para a formulação das propostas e sugestões para aquilo que viria a ser a versão final que nós discutimos aqui em sede de Assembleia. -----

----- A ampla participação da junta de Freguesia de Benfca na elaboração deste Plano foi devidamente ponderada neste processo e reconhecemos que as propostas da Junta de facto mereceram consideração por parte da Câmara Municipal de Lisboa no desenvolvimento da proposta do Plano, como aliás referimos em parecer que foi enviado para o Plano submetido à Terceira Comissão. -----

----- Neste parecer submetido, assim como hoje em plenário, cabe-nos destacar a importância estratégica para Benfca deste Plano de Pormenor e as suas implicações a nível do ordenamento e de mobilidade da Freguesia de Benfca. -----

----- Estas propostas submetidas pela Junta em sede de discussão pública versaram projetos que para nós sobretudo nos permitem constituir algumas respostas para aquilo que são as nossas maiores preocupações e de facto a nossa maior preocupação enquanto Junta de Freguesia é a possibilidade de existir uma maior segurança de movimentos pedonais, um menor conflito de tráfego em Benfca procurando-se novas soluções para velhas problemáticas que estão a aguardar resposta.-----

----- De facto entre as várias propostas que formulamos e agradecemos e congratulamo-nos pelo facto de ter havido a possibilidade de inclusão da criação de uma rotunda entre a Avenida Lusíada e a Avenida Marechal Teixeira Rebelo, que foi revertida para a proposta do Plano, que a parte fundamental integrante da solução que a Junta de

Freguesia apresentou de três rotundas rodoviárias como eixo principal de circulação garantindo uma melhor hierarquização do acesso principal à Freguesia e a todos os arruamentos envolventes desta área de facto agradecemos a inclusão desta rotunda nesta versão final. -----

----- Devemos no entanto destacar um conjunto de outras propostas que a Junta de Freguesia se empenhou a discutir e incluir na presente proposta de Plano, destinando-se a melhorar o escoamento do trânsito e a melhoria de acessos e ligações de arruamentos, mas que infelizmente não foram contempladas nesta redação final da proposta, nomeadamente dois aspetos que para nós são absolutamente fundamentais, um diz respeito à proposta de ligação da Rua Fernanda Botelho à Rua Professor José Sebastião e Silva ou ao Eixo de Ligação ao Campus de Benfica do IPL, tendo em conta que esta zona diz respeito a uma população estudantil com cerca de seis mil alunos de diferentes idades e de diferentes níveis de ensino, daí que seja necessário um reforço, daí os esforços necessários para o reforço rodoviário. -----

----- Queremos transmitir a esta Assembleia que está previsto um aumento do corpo estudantil do Instituto Politécnico de Lisboa que força ainda a urgência da melhoria das condições de segurança dos movimentos pedonais e rodoviários naquilo que nós designamos por este quarteirão educativo de que Benfica dispõe e no qual se incluem crianças do primeiro ciclo mas também do ensino pré-escolar, do ensino secundário e do ensino universitário. -----

----- Propusemos também a citação no Plano de revisão e melhoramento dos trajetos pedonais da Estação de Benfica ao Campus Universitário, que neste momento eles são manifestamente insuficientes e inseguros para a população estudantil atual, questão que vai ser agravada quando houver efetivamente este aumento da população estudantil que neste momento está previsto. -----

----- Assim sendo consideramos fundamental que esta proposta, quer esta proposta de integração de uma zona de Benfica, que haja esta ligação do arruamento do Jardim-de-infância nº. 1 à Estrada do Campus Universitário, que nos permite que de facto não só que haja aqui uma zona em que haja esta ligação, como também nos permite por outro lado aliviar o trânsito da Avenida Gomes Pereira e da Estrada de Benfica, como propusemos também em discussão com os próprios agrupamentos de escolas e do IPL e que hoje vimos realçar. -----

----- Não obstante nós queremos reiterar a consideração com que a Câmara Municipal de Lisboa nos recebeu e procurou incluir as propostas emergentes do processo de Discussão Pública em que a Junta de Freguesia participou, no entanto gostaríamos que não fossem esquecidas a importância e a necessidade que nós temos da inclusão das restantes propostas citadas e que não foram ainda revertidas na sua redação final e que constituem matéria de planeamento estratégico e fundamental para a mobilidade e segurança rodoviária e pedonal da área abrangida pelo Plano de Pormenor. Muito obrigada.” -----

----- A **Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal. -----

----- A Mesa quer informar que esgotou esta ronda, vamos passar a uma segunda ronda. O Senhor Vereador quer responder já desta ronda o que tem a dizer ou quer guardar tudo para o fim? Tem sempre tempo, gere o tempo como quiser. Prefere falar no fim. --

----- Temos mais dois Deputados Municipais inscritos para a segunda ronda neste momento, vamos então ouvir os Senhores Deputados Municipais que estão inscritos para a segunda ronda.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Senhoras Deputadas e Senhores deputados Municipais, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores, Excelentíssimo Público.-----

----- Em primeiro lugar eu gostaria de esclarecer que a decisão que a Senhora Presidente anunciou há bocadinho da Mesa, de proceder à votação desta proposta na segunda-feira foi tomada por unanimidade e eu gostava que isso ficasse esclarecido. -----

----- Em segundo lugar queria dizer que muitas das questões que eu vinha aqui levantar já foram ditas aqui pelos meus colegas e companheiros e, portanto, eu não as vou repetir. -----

----- Também aquilo que eu vou dizer foi agora dito pelo Senhor Vereador Manuel Salgado, mas eu não resisto a frisar uma situação, desculpem, é uma questão que de facto me diz muito e que foi das situações mais pungentes que eu tive durante a minha passagem pela gestão urbanística da Câmara e prende-se com o facto de ter que propor o indeferimento das telas finais dos lotes da Avenida do Colégio Militar e propus o indeferimento das telas finais porque a mesmíssima Câmara que tinha aprovado o projeto e o Plano aprovou o licenciamento de prédios que tinham onze metros de profundidade de empena e que passaram a ter quinze, que ocuparam em subsolo a Quinta da Granja e que não era suposto ocuparem, e que nomeadamente ocuparam também os vazados desses respetivos edifícios. -----

----- Para os Senhores que não estão dentro disto a não aprovação das telas finais implica o não poderem celebrar escrituras de venda nem de compra, nem de transações, nem contratos de água nem luz. Esta situação que se manteve até hoje implicou também o alastramento às zonas limítrofes e a conseqüente desvalorização dos fogos existentes. Há casos neste momento na zona da Avenida do Colégio Militar que tem um valor matricial inferior ao seu preço de venda porque como imaginam ninguém gosta de morar ao pé de edifícios que não têm licença de utilização!-----

----- Eu congratulo-me pelo facto de neste momento a Câmara finalmente resolver um problema de dez anos, mas quero lembrar uma coisa que me parece muito ingrata, é que ainda está por explicar que motivos levaram a Câmara a permitir alterações deste Plano e sobretudo que conseqüências é que tiveram aqueles que assim o fizeram e que assim o autorizaram, as pessoas sofreram durante dez anos, vai acabar agora o tormento delas, mas quem o causou aparentemente não foi incomodado e eu acho que esta impunidade em termos de gestão urbanística provocando danos a terceiros é um mau exemplo da democracia e é uma prática à qual se deve pôr fim.-----

----- Congratulo-me com a coragem do Senhor Vereador Manuel Salgado de assumir isto porque de facto ele está a assumir 36% de área a mais que não existia, ainda bem que acaba com isto, o Senhor Vereador não estava cá na altura, não tem culpa nenhuma, mas a verdade é que convém que fique para as Atas e para o futuro que ficaram por esclarecer as razões, quem o fez nunca foi chamado a assumir as suas conseqüências, mas as pessoas durante dez anos sofreram as conseqüências da má gestão da Câmara.-- -

----- Eu espero que isto fique de exemplo e que qualquer que venha a ser a cor da Câmara no futuro isto nunca mais se faça! Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora Secretária, Senhor Secretário, Caras e Caros Colegas, Senhor Vereador Manuel Salgado. -----

----- Uma primeira nota sobre a decisão da Mesa da Assembleia Municipal de nós debatermos hoje a proposta e de ela ser votada na próxima terça-feira, o Partido Socialista entendeu na Conferência de Representantes hoje de manhã que poderíamos eventualmente, até em linha com o que tinha sido abordado na reunião da Comissão de Urbanismo, que poderíamos eventualmente ter duas outras metodologias, ou o Plenário

assumia as devidas correções de algumas incongruências detetadas ou então a Câmara Municipal até ao início desta discussão fazia a correção de tudo aquilo que havia para corrigir. -----

----- De todo o modo a verdade é que a Câmara, fazendo fê daquilo que foi a intervenção do Vereador Manuel Salgado e daquilo que foi a entrega ainda durante a Reunião de Representantes, a Câmara assumiu essas correções e fez a entrega à Assembleia Municipal da referida documentação, mas compreendemos que a Mesa da Assembleia Municipal não tenha tido essa possibilidade de verificar toda a documentação e fazemos boa-fé no juízo da Assembleia Municipal, da sua Mesa, em termos da conformidade daquilo que são as devidas correções. -----

----- Mesmo que tivéssemos eventualmente outra opinião face para corresponder àquilo que a Senhora Presidente dizia que poderia sempre haver um recurso para Plenário, a verdade é que não tendo nós sequer a possibilidade de aceder à documentação, não temos matéria de objeto de recurso e, portanto, isto é uma não questão, achamos bem estarmos a fazer este debate e damos um voto de confiança sobre o Grupo Municipal do Partido Socialista, à Presidente da Assembleia Municipal e aos Secretários para que verifiquem a devida conformidade, penso que nem haverá necessidade da Terceira Comissão voltar a reunir sobre esta matéria, mas a Mesa melhor o dirá, mas se a Presidente da Assembleia Municipal e os Secretários vão verificar a legalidade e a conformidade de toda a documentação que vai ser votada será também com base nesse parecer que nós na próxima terça-feira deliberaremos.-----

----- Sobre as matérias de substância que têm aqui sido focadas e também sobre alguns aspetos formais. Valha a verdade, e o parecer da Terceira Comissão reflete isso, que algumas matérias que têm sido aqui mais debatidas sejam o Regimento de Sapadores Bombeiros, sejam as eventuais desconformidades, seja a articulação do referido lote onde está instalado o Regimento de Sapadores Bombeiros com a matéria da hasta pública e o pacote de património que também está nesta Assembleia Municipal, que terá parecer da Primeira Comissão na próxima segunda-feira e será também votado na próxima terça-feira, não foram matérias referidas nos debates da Terceira Comissão, a não ser uma ou outra pergunta específica que foi feita sobre o Regimento de Sapadores Bombeiros e por isso o parecer nem sequer refletiu essa matéria, mas a matéria, e o seu a seu dono, foi colocada pelo Deputado Municipal Miguel Santos, pelo partido pelos Animais e pela Natureza que fez essa pergunta em sede de Primeira Comissão quando nós debatíamos o problema da hasta pública e todas as propostas do património e foi a partir dessa pergunta feita pelo Senhor Deputado Municipal Miguel Santos, que de facto através da Presidente da Primeira Comissão, eu enquanto Deputado Relator fiz algum conjunto de perguntas sobre outras matérias que tinam sido colocadas pelos Grupos, mas também sobre esta à Câmara Municipal através das diligências da Presidente Helena Roseta, que foram dadas explicações e também a partir daí a Comissão de Urbanismo ontem debruçou-se sobre esta matéria e detetou mais algumas incongruências que ficam, pensamos nós, ficarão sanadas, ficam sanadas com a documentação que o Vereador Manuel Salgado aqui trouxe. -----

----- É isto positivo? Naturalmente que não, teria sido muito melhor que toda a documentação tivesse vindo corretamente, mas queria saudar o papel dos diferentes Grupos Municipais das diferentes Comissões que estão naturalmente, e pendo que o vão continuar a fazer, a cumprir o seu papel de ajudar a enriquecer os debates, de verificar a documentação, de dar sugestões, propostas, recomendações, para que tudo decorra de uma melhor forma e para que todos estes projetos sejam aprovados a bem da cidade.---

----- E a propósito desta matéria nós teremos oportunidade de a discutir na Primeira Comissão e em Plenário na próxima semana, temos centrado muito algo que tem a ver com o Plano, mas que se reconduz mais ao problema da hasta pública. -----

----- Nós Grupo Municipal do Partido Socialista, queria deixar isso muito claro, nós valorizamos positivamente aquilo que é a intenção da Câmara de dar cumprimento ao Orçamento, o Orçamento prevê naturalmente uma importante verba, mais de 100 milhões de euros de alienação de património em termos de receitas e nós valorizamos esse cumprimento e valorizamos o trabalho que a Câmara tem feito e que tem sido apresentado pelo Vereador Manuel Salgado, pelo Diretor Municipal António Furtado, de trabalhar antes para resolver vários problemas administrativos e burocráticos, questões de domínio e um trabalho também de valorização desse património municipal para que o Município possa ter mais receitas. -----

----- Todos nós nos lembramos e debatemos muito isso na Comissão de Urbanismo, que independentemente das cores políticas que geriram a Câmara nós temos tido sempre muitos orçamentos com importantes verbas previstas para a alienação do património e depois o grau de cumprimento andou muitas das vezes entre os 5 e os 10% e todos nós achámos positivo as apresentações feitas quer à Terceira Comissão quer à Conferência de Representantes daquilo que está a ser feito, mas também que fique claro que se nós valorizamos este trabalho de valorização do património e se também valorizamos o trabalho que a Câmara Municipal faz na procura de divulgar o seu produto, de promover o seu produto e de procurar ter interessados para que possam adquirir os diferentes bens imóveis que vão ser alienados nós também deixamos muito claro para o Grupo Municipal do Partido Socialista, nós não mudamos de opinião quando falamos na Assembleia da República a propósito de algumas matérias e nos dirigimos ao Governo do PSD e CDS e não mudamos de discurso na Assembleia Municipal de Lisboa sobre estas matérias, isto muitas das vezes não é connosco e, portanto, nós não valorizamos e não acompanhamos negócios particulares, não acompanhamos ajustes diretos e não acompanhamos nenhum tipo de negócio com cartas marcadas! -----

----- Por isso nos deixaremos bem claro e teremos oportunidade de discutir o parecer da Comissão de Finanças sobre esta matéria, nós deixamos bem claro que queremos que seja prosseguido aquilo que o Diretor Municipal nos explicou e estamos convictos que a Câmara o vai fazer, hastas públicas, máxima transparência, procura de um maior número de interessados, acompanhamento da Assembleia Municipal, sim, acompanhamento da Assembleia Municipal, a Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua poderá vir aqui certamente, é porque eu tenho todo o gosto e é sempre com prazer que eu ouço quer as suas intervenções quer os seus apartes, mas confesso que como a distância aqui é maior, eu percebo que está a fazer apartes mas infelizmente não os estou a ouvir e infelizmente, mas naturalmente virá aqui e poderemos ouvir aquilo que está a dizer e depois se for caso disso terei todo o gosto também e todo o prazer em lhe responder. -----

----- E por isso nós proporemos que a Comissão de Finanças, a Primeira Comissão desta Assembleia Municipal possa realizar um acompanhamento permanente daquilo que será todo o processo de alienação de património. -----

----- Nós não abdicamos das funções da Assembleia Municipal em termos de fiscalizadoras e queremos que isso fique claro, mediante deliberação na próxima terça-feira, que a Assembleia Municipal continuará a acompanhar todos estes processos para que não fiquem nenhuma dúvida sobre este lote que aqui estamos a falar, mas todos os outros que não temos estado a falar e também tudo aquilo que ainda virá de alienação de património, porque nós estamos em crer que a Câmara continuará a procurar cumprir o orçamento que foi aprovado. -----

----- Depois sobre a substância do Plano, nós entendemos que o Plano na globalidade é positivo, resolve vários problemas como foi bem referido e nós acompanhamos pela Deputada Municipal Margarida Saavedra, que me antecedeu, mas também entendemos e por isso fizemos recomendações, o Partido Socialista fez recomendações sobre essa matéria e acompanhou recomendações dos Partidos, que tem algumas fragilidades ao nível da mobilidade, que foram identificadas pela Freguesia de Benfica no seu parecer, foram identificadas pelo Partido Comunista Português pela voz do Deputado Municipal Modesto Navarro, foram identificadas por Deputados Municipais do Partido Comunista, por Deputados Municipais do Partido Social Democrata, pelo Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva, o parecer da Comissão expressa-o bem e nós estamos em crer que as recomendações que são aqui propostas e que o Vereador Manuel Salgado já disse que iria acolher permitirão no futuro na implementação deste Plano minorar alguns dos problemas.-----

----- Uma última nota para o Quartel e o Regimento de Sapadores Bombeiros, naturalmente que é uma matéria que não é pacífica que pode ser discutível, mas também é verdade que essa matéria já foi aprovada pela Câmara Municipal de Lisboa em termos de reorganização do dispositivo do Regimento de Sapadores Bombeiros e é uma matéria que quando a Oitava Comissão, salvo erro, teve oportunidade de ouvir o Vereador Carlos Manuel Castro, foi de algum modo aflorada, portanto, nós do meu ponto de vista temos que debater os vários temas no momento próprio e nas propostas próprias e não fazer de cada Plano o recomeçar de muitas das discussões que já foram deliberadas sobre esta matéria, e por isso concluo, Senhora Presidente, com aquilo que manifestei na minha nota inicial, toda a confiança do Grupo Municipal do Partido Socialista na Mesa da Assembleia Municipal para verificar a exata legalidade e conformidade de todas as peças que irão ser votadas, e naturalmente que o Partido Socialista votará favoravelmente este Plano se ele estiver em condições de ser votado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra questionou:-----

----- “O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves pede a palavra, para?”-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra referiu:-----

----- “Para uma interpelação à Mesa.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra declarou:-----

----- “Para uma interpelação à Mesa. Faça o favor.”-----

-----**O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)**, no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “É que nós subscrevemos inteiramente a proposta, o voto de confiança na Mesa para verificar a conformidade das plantas.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra agradeceu:-----

----- “Muito obrigada. Muito obrigada pela confiança e pelo trabalho que isso significa para todos nós que estamos aqui deste lado!”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Mariana Mortágua (BE)**, no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, eu nem estava a pensar vir falar, mas em resposta ao repto feito pelo Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo, queria deixar algumas notas sobre este Plano de Pormenor, não sem antes cumprimentar as Senhoras e Senhores Deputados Municipais, o Senhor Vereador e Membros da Mesa. -

----- Começar por dizer acompanhamos, sem qualquer dúvida, as recomendações do parecer que foi apresentado pela Comissão e tomamos boa nota das intenções do Senhor Vereador de por um lado considerar as recomendações da Junta de Freguesia de Benfica

e por outro proceder à elaboração de um anteprojecto viário, quando essa necessidade for verificada e de o apresentar à Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Estas considerações no entanto não omitem um outro problema, que é a venda em hasta pública de terrenos que neste momento albergam o Quartel de Bombeiros mais moderno e sofisticado da cidade, onde está além disso instalado a SALOC, o Centro de Protecção Civil de Lisboa, e está lá por algum motivo, porque esse investimento foi feito, porque a localização é uma localização adequada a que o Centro lá esteja, porque está protegido de uma série de catástrofes naturais, não está lá porque aterrou lá! Está lá por um motivo!...-----

----- E o Senhor Vereador vem aqui dizer que a venda em hasta pública e, portanto, a venda para qualquer uso, independentemente de quem for o seu comprador vai aumentar o preço, é um bom negócio, é um negócio mais transparente, mas nós sabemos que a revisão do Plano sempre contemplou que esse terreno fosse para o Hospital da Luz, agora sabemos que qualquer pessoa pode comprar, qualquer entidade pode comprar, mas quando o Plano foi revisto já era para o Hospital da Luz.-----

----- Sabemos também que o Hospital da Luz e o Grupo Espírito Santo já anunciaram a expansão e já disseram que essa era uma possibilidade para a expansão do Hospital, o que o Senhor Vereador apelida de transparência a nós parece-nos um bom negócio! O Grupo Espírito Santo ganha os terrenos que quer e que entende para fazer a expansão do seu Hospital, a Câmara ganha mais 2 milhões porque leva isto a hasta pública e ainda apelida o processo de transparente e concorrencial, é isto que nos parece um bom negócio e a pergunta não é como é que o terreno é vendido, é porque é que o terreno é vendido! Porque uma coisa é a Câmara dizer “O Quartel não tem condições para estar ali, tem que ir para outro sítio.” e então o terreno é vendido porque o quartel tem que se mudar, outra coisa é o Quartel tem que se mudar porque o terreno tem que ser vendido e esta é a questão de fundo que nós não conseguimos perceber!-----

----- O quartel tem que se mudar, então aquele terreno é vendido, mas tem que se mudar para onde? Em que é que o novo terreno é tão bom que é melhor que o terreno atual e que as instalações atuais? É porque nós não sabemos qual é que é o novo terreno e quais são as novas instalações, portanto, não podemos saber que as novas são melhores que as atuais, não há justificação para a venda deste lote! -----

----- Não sabemos também porque é que se investiu e não sabemos, é verdade, os dados do investimento, há quem fale em mais de uma dezena de milhões de euros nestas instalações, neste Centro, para agora se desmantelar aquilo em que se investiu para entregar os terrenos ao Grupo Espírito Santo! -----

----- Não sabemos quanto é que vai custar realojar o Quartel, realojar estas instalações e estes serviços noutra sítio, porque também não sabemos qual é o sítio nem qual é o investimento necessário! E esta é a pergunta de fundo, nós não queremos, queremos saber se o processo é transparente, mas não queremos saber como é que é vendido, queremos saber porque é que é vendido, essa é a resposta que nós ainda não temos! ----

----- Até ver o que nos parece que está aqui a planear e aquilo que conseguimos vislumbrar neste momento é um grande negócio, o BES com os terrenos que quer, a Câmara com mais 2 milhões e ainda apelidam, ainda têm a justificação política para o processo que querem fazer. -----

----- Queremos esta resposta do Senhor Vereador, porque é que o Quartel vai sair destas instalações, quais são os estudos que o justificam, para onde é que o Quartel vai? Que investimentos é que vão ser necessários fazer? Esses investimentos compensam ou não compensam o preço de venda? Que estudos é que justificam o novo local? São estas as respostas que aguardamos para que possamos avaliar este Plano de Pormenor e aquilo que parece se avizinhar num futuro muito próximo, muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. -----

----- Eu agradeço esta última intervenção porque dá-me de facto a oportunidade para esclarecer aqui uma matéria que tem andado um pouco no ar e que ainda não foi suficientemente aprofundada. -----

----- Tem a ver com a questão do porquê de retirar o Quartel dos Bombeiros, do Regimento de Sapadores Bombeiros do local onde está.-----

----- Primeiro uma precisão, quando se iniciou o Plano nos termos de referência, se os ler com atenção, não é feita nenhuma referência a este Quartel de Bombeiros nem à necessidade de o relocalizar. A necessidade de o relocalizar surgiu de um estudo iniciado em 2010 pelo então Vereador Manuel Brito de reorganização do dispositivo de segurança e partiu do seguinte: neste momento o Quartel Central do Regimento de Sapadores Bombeiros em Lisboa, que é o Quartel da avenida D. Carlos está em muito precárias condições de segurança, dada a antiguidade que tem, problemas estruturais complexos e que levam a que seja necessário tomar medidas a curto prazo. -----

----- Ainda em 2010 houve uma intenção de transferir o Comando que está na Avenida de D. Carlos e todos os dispositivos de retaguarda, em caso de grande catástrofe, nomeadamente de maquinaria pesada e um destacamento de cerca de 200 homens, transferi-los para Monsanto. Isso levantou um grande debate e foi abandonada essa solução porque se considerou, e bem, que aquele tipo de ocupação não era compatível com uma instalação em Monsanto e a partir daí estiveram-se a estudar outras alternativas e a alternativa que se estudou e desenvolveu-se o projeto que está pronto para poder lançar uma empreitada foi o de ampliar o Quartel de Marvila, onde está Escola dos Bombeiros para instalar aí o Comando, todo o equipamento de retaguarda, a Escola de Mergulhadores, que já lá está a funcionar, e ser essa a base principal da unidade dos Bombeiros na cidade de Lisboa.-----

----- Depois previu-se que seriam distribuídos pela cidade os chamados postos avançados, os postos avançados são unidades de intervenção rápida, como o nome indica, que têm um número reduzido de viaturas e que têm uma área em que varia entre 700 e 800 metros quadrados. -----

----- Neste momento o primeiro posto avançado que tem o projeto de execução a ser finalizado é para ser construído no Arco do Cego, incluído na intervenção onde da antiga Estação da CARRIS. Há um segundo cujo projeto está a ser elaborado para o Martim Moniz, encostado aos edifícios da EPUL e com estes dois postos avançados vai-se substituir do Regimento de Sapadores Bombeiros que existe na Defensores de Chaves e que também está em muito precárias condições, e vai substituir o Quartel que está nas traseiras do Teatro Dona Maria, que também está em muito precárias condições. -----

----- O que é que será instalado hoje no Quartel atrás do Colombo? Está instalada a SALOC, que é a sala de Comando que congrega o Regimento de Sapadores Bombeiros e a Proteção Civil, está instalado um posto avançado, ou melhor, aquilo que corresponderia a um posto avançado, só com uma área muito maior e está instalado um Museu e além disso o edifício tem uma percentagem de área muito elevada que não é utilizada neste momento, o edifício tem um total de 4 mil e 500 metros quadrados e quando se fez todo este estudo de reorganização o que é que se pensou? Encontrar uma nova localização para o Museu e há aqui três alternativas que estão em cima da mesa, uma delas é localizá-lo na Graça, portanto, porque é um Quartel que tem muito espaço disponível, outra é instalá-la em Alvalade, que é um Quartel que tem muitas áreas disponíveis e uma outra sobre a qual se está a trabalhar que é integrar, como aliás

acontece em muitas outras cidades do mundo, integrar o Museu no Museu da Cidade, portanto, no Museu de Lisboa que é a hipótese que neste momento talvez tenha mais probabilidades de ser feita. -----

----- Portanto, saindo o Museu, a questão da SALOC, a questão da SALOC ao contrário daquilo que foi afirmado não está ali porque de facto é a condição mais segura na cidade de Lisboa, antes pelo contrário, aquela zona é uma zona de aluvião e com graves problemas de segurança e por isso o que se estudou para a SALOC foi a sua localização em Monsanto, que é a área mais resiliente da cidade de Lisboa, e portanto, aquilo que está neste momento em cima da mesa é localizar no complexo do Panorâmico de Monsanto a SALOC de Lisboa, com os dispositivos da proteção civil regional e nacional e constituir ali uma área de proteção e controle e comando relativamente a toda a cidade. -----

----- Quando se chegou a esta conclusão isto já ia a meio do Plano de Pormenor e, portanto, colocou-se a questão de como avançar agora relativamente aos Bombeiros e, portanto, é necessário ter um posto avançado para o Regimento de Sapadores Bombeiros na zona de Benfica/Carnide e, portanto, está a ser estudada qual é a melhor localização. -----

----- Há uma hipótese que é o lote 30, como já aqui foi referido e, portanto, foi posta a pergunta pelo Senhor Deputado Municipal do PEV. O lote 30 tem uma área total de mil e 500 metros quadrados e tem uma área destinada a equipamentos de 6 mil 292 metros quadrados, portanto, obviamente tem espaço mais do que suficiente para colocar um posto avançado de 700 ou 800 metros quadrados, isto no lote 30 -----

----- Mas há outras hipóteses que estão a ser estudadas e que eu não queria estar a comprometer neste momento porque efetivamente nós iremos para a solução que for mais eficiente e mais barata, isto é, precisamente o Comandante do Regimento de Sapadores Bombeiros que tem esta tarefa neste momento e que está a desenvolver este assunto. -----

----- Quando ao Museu, o Museu tem 250 frequentadores por mês e que são praticamente só estudantes das escolas e, portanto, não é aquela localização em Benfica que torna o Museu particularmente atrativo, portanto, em relação ao equipamento dos Bombeiros era este o esclarecimento que eu gostava de dar para não haver dúvidas sobre isto. -----

----- Quanto à questão da solução viária eu queria esclarecer o seguinte: nos loteamentos de grande dimensão é obrigatório fazer estudos de tráfego e está a ser feito neste momento para o loteamento municipal da Marechal Teixeira Rebelo, está a ser feito pela Direção Municipal de Mobilidade e de Tráfego, sobretudo de tráfego desta zona e o estudo de tráfego desta zona obviamente que logo que estiver feito será facultado. -----

----- Agora sobre a questão da mobilidade nesta zona há um ponto crítico que aliás levantou um debate aceso na Câmara Municipal, aceso no bom sentido, entre o então Vereador Fernando Nunes da Silva e o Senhor Presidente, que é como é que se liga a CRIL à 2ª. Circular, se se liga através da Radial da Buraca ou se pelo contrário se evita e se arranja uma solução que evite mais entrada de veículos em Lisboa, e que pelo contrário se aposte no transporte público. -----

----- Este é um tema da maior relevância, que obviamente é abordado neste estudo de tráfego que está a ser feito e que em devido tempo será trazido à Assembleia Municipal.

----- A outra questão era sobre a edificabilidade da Quinta da Granja e eu queria dizer o seguinte: o Plano Diretor anterior previa, o publicado em 94, previa que nas zonas verdes se pudesse usufruir de um entre zero/dois, dois metros quadrados por cada 0 2 metros quadrados, portanto, para 100 metros quadrados, ou 2 metros quadrados por cada 100 metros quadrados. Neste momento prevê-se que esse índice suba a 3 desde que o terreno passe a público e que a Câmara tenha que realocar aquela área de

construção, essa decisão depende da Assembleia Municipal, não depende da Câmara, portanto, a Câmara pode propor mas é a Assembleia Municipal que tem que decidir e de facto se assim o decidir há dois lotes previstos no Plano, que é o lote 36-A e o lote 37 que são destinados a esta função. -----

----- Perguntam depois hasta pública do lote 40 e eu aí estou totalmente de acordo com o Senhor Deputado Municipal do PCP, aquilo que pretendemos é uma hasta pública totalmente aberta, que qualquer um possa concorrer, e é fácil de ver os preços de mercado neste momento para habitação são mais altos que os de mercado para equipamentos e por isso é que o Plano não podia ter lá escrito que era para equipamento e por isso é que foi um erro material ter incluído naquela versão que aquele terreno se destinava 80% a equipamento e 20% a outros usos e foi por isso que ele foi mudado para que 100% possa ter qualquer outro uso e, portanto, se quiseram fazer habitação poderem fazer habitação, se quiserem fazer comércio ou escritórios ou equipamentos e isto obviamente vai valorizar o património municipal. -----

----- Quería só terminar dizendo, Senhora Presidente, que se quiser contar com o apoio dos Serviços Técnicos do Urbanismo para a revisão das peças nós estamos totalmente à sua disposição. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interpelou: -----

----- “Senhor Vereador, não saia daí que eu ainda lhe queria perguntar uma coisa, desculpe. -----

----- Relativamente às recomendações que vêm no parecer da Terceira Comissão, o Senhor Vereador pôde expressar aqui o entendimento da Câmara é no sentido de acolher estas recomendações do parecer da Comissão?” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa**, no uso da palavra respondeu: -----

----- “Senhora Presidente, eu acabei de dizer que estamos a fazer o estudo de tráfego e portanto que o estudo de tráfego será enviado para a Assembleia logo que estiver concluído.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Era só para ficar este ponto claro. Muito obrigada e certamente contarei com o apoio do vosso Departamento. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves quer pedir um esclarecimento ao Senhor Vereador Manuel Salgado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Vereador Manuel Salgado, o Senhor Vereador referiu no início da sua comunicação relativamente ao Quartel dos Bombeiros que é um facto que ele vai ser demolido, vai ser desmantelado e vai ser realocado, acontece que Senhor Vereador o Senhor Vereador já está, já tem garantido que ele vai ser demolido, já tem garantido que o lote vai ser posto em hasta pública no processo mais rentável para a Câmara, e nós estamos de acordo, a Câmara deve sempre providenciar no sentido de que a Câmara receba a maior quantia possível pelos ativos que põe no mercado, aí já estamos de acordo, agora o Senhor Vereador não tem, pela sua intervenção, e eu não estava com intenções minimamente de intervir nesta matéria, mas pela sua intervenção dá ideia que o senhor Vereador não tem ideia nenhuma clara onde é que vai realocar os vários serviços do Batalhão de Sapadores Bombeiros! Supostamente um fica ali, supostamente o outro fica acolá, mas já está decidido que ele vai ser posto em hasta pública o terreno onde ele atualmente se localiza e não se sabe ainda, pelo menos esta Assembleia, nem o Senhor Vereador sabe onde é que vai, pode ser aqui, pode ser acolá, vamos ampliar este, vamos pôr em Monsanto o outro!... Senhor Vereador, eu acho que devia ser mais claro e

indicar-nos exatamente aquilo que a Câmara irá fazer, porque um “suponhamos” é uma coisa muito vaga, Senhor Vereador!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra continuou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. O PEV também pede a palavra para um pedido de esclarecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Frederico Lira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigado. Era só no fundo uma pergunta, com uma breve sugestão também, uma vez que temos falado tanto do estudo de tráfego se calhar seria por bom sinal e boa prática nos próximos planos que venham, e nas próximas propostas, esse estudo de tráfego que venha já incluído ou integrado nela, ou já está realizado e ser também no fundo apresentado aos Deputados Municipais.-----

----- A outra questão que se prende em relação àquele estudo também famoso, este dos Bombeiros, pode ser uma falha minha, eu realmente nunca vi este estudo da realocação e da avaliação, portanto, se não existindo e pode ser como eu digo uma falha minha, eu solicitava se calhar que esse estudo fosse solicitado à Câmara para o podermos ver no seu cabal efeito. -----

----- Em relação ao que diz de existir muita área utilizada no Quartel do Regimento de Sapadores Bombeiros, que temos estado em referência no Plano, ao pé do Colombo, quer dizer, se calhar essa área será menor ou maior do que a que está em Marvila ou não, e portanto, será que poderão aí haver outros jogos em relação a para onde é que irão os bombeiros.-----

----- Contudo, claro, como já disse, eu precisaria de ver o estudo, será uma falha minha volto a referi-lo, mas gostava então que pudesse ser disponibilizado e eventualmente até ser apresentado cabalmente para uma discussão. Muito obrigado.”---

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Muito obrigado. Senhor Vereador, enquanto o Senhor Vereador toma aí as suas notas a Mesa quer apenas recordar que a deliberação da Câmara que aprovou a alteração do dispositivo de segurança da cidade de Lisboa é a Deliberação 569/2013, que a Mesa já obteve e que irá fazer distribuir por todos os Senhores Deputados Municipais, é a deliberação que faz o resumo das conclusões do estudo, não temos o estudo mas temos o resultado em Câmara.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. A Deliberação é exatamente a 569/2013 e é anexo à deliberação que está o estudo, ou melhor a síntese do estudo que foi feita pelos serviços, que é o anexo primeiro, que é a síntese do estudo feita pelo então Vereador Manuel Brito e pela sua equipa. -----

----- Relativamente ao estudo de tráfego dos planos queria-lhe dizer que não é obrigatório o estudo de tráfego dos planos, é obrigatório em relação a loteamentos de determinada direção e, portanto, sempre que tivermos estudos de tráfego obviamente que eles serão enviados, mas há casos em que não há justificação para os fazer. -----

----- Quanto à pergunta do Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves, ouça, seria de total indelicadeza da minha parte estar-me a antecipar àquilo que é uma competência do meu colega de Vereação Carlos Castro, que é a quem cabe de facto organizar toda esta proposta e comunicá-la à Câmara e à Assembleia Municipal. -----

----- Devo-lhe dizer que neste momento está a ser estudado, estão a ser estudadas várias alternativas que obviamente não vou criar expectativas aqui quanto às alternativas que existem, algumas de facto particularmente interessantes, mas que não as vou antecipar, agora uma condição é certa, não haverá desocupação do atual Quartel sem que estejam

previamente encontradas as soluções para a localização dos serviços do Regimento dos Sapadores Bombeiros. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra questionou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. -----

----- Senhores Deputados Municipais, a Mesa não regista mais pedidos de palavra sobre estas propostas, a 314 e a 205... Há um pedido de palavra do Senhor Deputado Miguel Santos, faça o favor. Mas pede a palavra para?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra respondeu: -----

----- “Era só para precisar uma coisa que o Senhor Vereador referiu.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Então é um pedido de esclarecimento ao Senhor Vereador.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra questionou: -----

----- “O Senhor Vereador referiu que, portanto, a área do lote 30 tinha uma determinada dimensão e nós aqui na tabela que temos disponível temos a área em vigor para o lote 30 de 6 mil 780 e com a alteração fica em 2 mil 520, portanto, há qualquer coisa que não joga!” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “A planta que está distribuída tem o anexo o quadro e tem as áreas que acabei de referir e, portanto...” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, é o desenho número 1 que se chama “Planta de implantação”, tem um quadro sinótico e temos três versões dessa planta, mas a mais recente chegou hoje e eu vou verificá-la para depois vos dar cópias a todos e pô-la-ei naturalmente no *site*.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Eu pedia ao Arquitecto Eduardo Campelo que a mostrasse.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhor Deputado Municipal Miguel Santos tem conhecimento que foi precisamente por ter havido um erro material nessa planta que a proposta 314 veio corrigir a 205, na verdade essa é a questão, por isso é que a Mesa pedia para não votar hoje para verificar os documentos todos e para verificar se os números estão todos certos, se os quadros batem certo, se os números das plantas batem certo. -----

----- Podemos passar adiante? Lembrar que então a votação destas duas propostas, a **Proposta 314/CM/2014 e a 205/CM/2014 ficam adiadas**, serão colocadas na Ordem de Trabalhos da próxima terça-feira, 29 de julho. -----

----- Não será preciso naturalmente acrescentar a Ordem de Trabalhos porque é uma continuação de um assunto que já está em discussão.” -----

----- “Senhor Deputado Municipal Miguel Santos, eu vou-lhe pedir o favor de se mesmo assim não ficar esclarecido que faça chegar à Mesa as suas dúvidas. Como a Mesa tem esta incumbência de verificar os documentos todos naturalmente teremos em conta e consideração a dúvida que suscitou. -----

----- Senhores Deputados Municipais, posta a discussão deste ponto, vamos passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, trata-se da proposta 241/CM/2014.” -----

----- **Proposta 241/CM/2014 – Apreciar o Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, nos termos da proposta, e ao abrigo da alínea**

h) do nº. 1 do artigo 25º. Do RJAL, publicado em anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- (A Proposta nº. 241/CM/2014, é anexada à presente ata como anexo VIII e dela faz parte integrante); -----

----- (O parecer da Terceira Comissão à proposta 241/CM/2014 é anexado a esta ata como anexo IX e dela faz parte integrante); -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra solicitou: -----

----- “Eu pedia ao Senhor Vereador do Pelouro para fazer uma apresentação por favor.”

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte apresentação: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- O Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide foi um processo que se iniciou a 16 de julho, com a proposta 562/2008 que aprova ou que propõe a aprovação dos termos de referência do Plano de Pormenor. -----

----- Este Plano de Pormenor foi elaborado em estreita colaboração entre os Serviços da Câmara e a Universidade Nova de Lisboa, tecnicamente foi elaborado por um arquiteto exterior à Câmara, o Arquiteto Sousa Oliveira, mas com uma permanente intervenção da Câmara Municipal na avaliação das opções que existem para aquele território. -----

----- A maior, talvez, complexidade deste plano é compatibilizar por um lado as necessidades da Universidade, nomeadamente os espaços que são necessários para instalar todas as unidades da Universidade sediadas em Lisboa, com relevo para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas que neste momento está na Avenida de Berna, e por outro lado garantir que o antigo edifício da Penitenciária, a Estrela da Penitenciária, seria cedida no âmbito desta operação para o Património Municipal para aí se instalarem equipamentos de apoio à própria Universidade. -----

----- Tendo em conta que os terrenos tinham sido alienados pelo Estado não era fácil encontrar aqui um ponto de equilíbrio entre o valor que o Estado tinha atribuído aos seus terrenos e as necessidades de espaço para em boas condições, e nós queríamos que fosse em excelentes condições, ficasse instalada a Reitoria e todas as Faculdades que lhe estão anexas, ficasse a Reitoria da Universidade Nova neste local. -----

----- Foi um trabalho complicado até porque foi escrutinado permanentemente pela Direção-Geral do Património, que aliás durante a execução do próprio trabalho definiu que o próprio hospital, contemporâneo da Estrela, também deveria ser mantido e, portanto, isto era uma questão de bom senso onde é que se localizavam as áreas. -----

----- Perguntam, bom, era mais bonito se a Penitenciária tivesse ficado plantada num jardim, prolongamento do Parque Eduardo VII e se não houvessem nenhuma construções ali à volta? Provavelmente seria. Seria mais interessante que a Universidade Nova ficasse apenas com a Reitoria lá em baixo, com a faculdade de Economia e não tivesse mais nenhuma faculdade à volta? Acho que não, porque de facto se é um Campus Universitário tem que ter um mínimo de massa crítica e, portanto, foi exatamente este trabalho, desenvolvido sempre em colaboração com a Universidade que foi feito e foi deste trabalho que resultou a atual proposta do Plano de Pormenor. -----

----- E de facto senhores Deputados Municipais, isto parece um pouco estranho dizer da forma como eu o vou dizer, mas isto é uma questão de equilíbrio e nós estamos no limite do equilíbrio e, portanto, pode-se dizer, bom, mas nós não queremos. Quer dizer, no extremo é dizer que nós não queremos e também não queremos a Reitoria da Universidade e o Campus da Universidade Nova na cidade de Lisboa! Eu penso que as coisas põem-se às tantas numa posição como esta e, portanto, acho que é este o ponto crítico é este, é isso que está explicado no texto do Plano, na memória descritiva do

Plano e nas peças do Plano e penso que é de facto sobre isso que devemos refletir. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Há um parecer da 3ª. Comissão para ser apresentado. Quem é o Relator? É a Senhora Deputada Municipal Elisa Madureira, que tem a palavra.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Elisa Madureira, Presidente da Junta de Freguesia da Penha de França (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: ----

----- “Boa-tarde Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. -----

----- Enquanto Relatora da Terceira Comissão no que respeita ao parecer sobre a proposta número 241/2014, versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, procedeu-se à audição do Senhor Vereador Manuel Salgado, que se fez apresentar pelos Senhores Arquitetos Paulo Pais e Eduardo Campelo. -----

----- Foi também solicitado parecer à Junta de Freguesia de Campolide, que deu o seu parecer favorável. -----

----- Por último foi inserido no parecer a posição do PSD que assim o solicitou. -----

----- No parecer que já foi lido pelos Senhores Deputados Municipais parece consensual o interesse do Plano que permitirá a requalificação da área de intervenção e a regeneração do tecido urbano nele inserido. -----

----- Encontram-se bem demarcados três polos com potencialidades diversas, a Universidade Nova de Lisboa, a Penitenciária de Lisboa e o Palácio de Justiça com corredores verdes na envolvente. -----

----- Neste momento esta zona pouco habitada encontra-se murada, com exceção do Palácio da Justiça e tem pouca ida própria para além do que resulta da utilização dos equipamentos referidos. -----

----- Nas conclusões chama-se a atenção para o facto de estarem em causa três edifícios com características próprias acentuadas, todos eles qualificados. -----

----- Foi aprovado pela Terceira Comissão, por maioria e abstenção do PCP e do PEV uma recomendação para posterior discussão e votação em Plenário, com a indicação que deverá ser ponderada a reavaliação da proposta do Plano de Pormenor no que respeita aos edifícios que envolvem e fecham o EPL do lado nascente. Muito obrigada Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais... É curioso!... Já agora antes da minha intervenção acho que é importante notar que esta Assembleia Municipal, além de naturalmente merecer a consideração da Câmara, é por isso que os Senhores Vereadores têm assento na Assembleia Municipal e têm todos os nome aqui à frente, os do PSD também faltaram, merecer a consideração da Câmara, nós estamos de facto a discutir assuntos de alta importância para a cidade, estamos a discutir Planos de Pormenor e o Plano de Urbanização, vendas de património e é lamentável que nem, o Senhor Vereador nem o Senhor Presidente, esse deve estrar em campanhas, a gente perdoa-lhe, nem o Senhor Presidente e nem o Senhor Vereador com responsabilidade do Património nomeadamente, Vice-Presidente, se encontra na sala já há muito tempo!... -

----- Eu já disse que os do PSD também cá não estão! Mas os do PSD não têm responsabilidades executivas! A questão não é a Câmara estar bem representada ou não, eu recorde aqui e quem estava cá lembra-se que cada vez que o Senhor Presidente Carmona Rodrigues ou o Senhor Presidente Santana Lopes não estava aqui na sala o Deputado Municipal Miguel Coelho, não sei se ele está aqui, mas levantava-se e exigia e chegou a exigir a interrupção dos trabalhos porque não estavam cá os Vereadores

responsáveis! Portanto, deixemo-nos de conversas porque a verdade é para ser dita e de facto é um desrespeito! E se os Senhores Deputados Municipais do Partido Socialista não se sentem desconfortáveis por não ter à sua frente os responsáveis do seu partido que estão na Câmara é um problema dos Deputados Municipais do Partido Socialista, agora a Assembleia é seguramente muito mais do que os Deputados Municipais do Partido Socialista!-----

----- Portanto, Senhores Deputados Municipais, vamos lá ter um bocadinho de consideração por quem está aqui, por quem trabalha, pelas Comissões que passam horas e horas a analisar os processos, como agora aqui se viu através até da intervenção da Deputada Municipal Elisa Madureira na leitura do Relatório, que deu muito trabalho à Comissão e a ela naturalmente para ser feito e que merece a consideração, não só do Senhor Deputado Municipal aqui isolado, sozinho, o Senhor Vereador, aliás, Manuel Salgado, mas merecia a consideração de ser escutado por aqueles que têm maior responsabilidade na Câmara Municipal de Lisboa, e recordemos que o Senhor Vereador Manuel Salgado deixou de ser Vice-Presidente para ser o quarto Deputado da lista, portanto, nem é sequer a segunda pessoa representativa da Câmara Municipal. -----

----- Mas independentemente disto vamos lá à discussão do Plano de Pormenor de Campolide, um Plano de Pormenor, Senhor Vereador e o Senhor Vereador sabe isso melhor do que eu, um Plano de Pormenor regulariza o território onde ele é aplicado, na áreas da acessibilidade, na edificabilidade, no espaço público, nas áreas ambientais, de segurança, etc. e refere-se ao território onde está localizado, mas um Plano de Pormenor numa área urbana consolidada não se pode unicamente ser esta só a circunstância que tem como prioritária, um Plano de Pormenor numa área urbana consolidada tem que naturalmente considerar aquilo que está à sua volta porque não pode transformar-se num gueto ou num condomínio fechado que naturalmente não tem nada a ver com o resto e o Senhor Vereador Manuel Salgado ou quem fez este Plano considerou e preocupou-se única e exclusivamente com o território onde o Plano tem implicação esquecendo que à volta existem áreas degradadas em termos urbanísticos que necessitariam também e com dificuldades, nomeadamente em estacionamento, em acessibilidades, que naturalmente com este avolumar e excesso de movimentos, nomeadamente em transportes particulares vai causar graves problemas às áreas circundantes e isso para mim é totalmente esquecido. -----

----- E já não vou falar naquilo que alguns Senhores Deputados Municipais estão a falar, que é o excesso de volumetria em determinadas áreas cruciais do próprio Plano, isso deixarei para outros que irão naturalmente aqui debruçar-se sobre esta matéria! -----

----- Agora este aspeto da circunstância, nós não estamos contra a Universidade, que a Universidade se fixe em Lisboa, pelo contrário, temos todo o interesse que a Reitoria da Universidade Nova se fixe em Lisboa, mas também não aceitamos a chantagem que o Senhor Vereador aqui lançou de dizer “ou é assim ou então a Universidade sai de Lisboa”, meus Senhores, há sempre alternativas para tudo, até para as situações difíceis da governação há alternativas quanto mais para estas! Há sempre alternativas para tudo! E a democracia e o urbanismo também têm alternativas para tudo! Agora não podemos é por força de uma circunstância deixar que se cometam exageros e medidas profundamente abusivas daquilo, que é a gestão, que será a boa gestão territorial. -----

----- Este Plano de Pormenor, gostaríamos imenso de votar favoravelmente porque nós gostamos de colaborar com a Câmara Municipal, o PSD tem demonstrado ao longo dos tempos que tem todo o interesse e que tem manifestado sempre a sua contribuição em relação àquilo que é o desenvolvimento das atividades da Câmara, no sentido de criar as melhores soluções para a Câmara, mas em relação a esta matéria, em relação a este Plano a nossa posição, Senhor Vereador Manuel Salgado, aceitando algumas melhorias

que a Comissão propôs e que espero que venham a ser incluídas no Plano e a Comissão fez um trabalho profundo sobre essa matéria, aceitando mesmo essas melhorias, não pode ser senão um voto contra Senhor Vereador.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- A Mesa quer informar a Assembleia que é do conhecimento dos líderes de todos os Grupos Municipais e dos Deputados Municipais Independentes que o Senhor Vice-Presidente não poderia estar hoje presente, nem o Senhor Presidente, disso foi dado conhecimento em Conferência de Representantes. Esta Sessão foi agendada para uma quinta-feira, que não é o dia habitual da Reunião da Assembleia Municipal, com o acordo dos representantes para podermos ter uma discussão demorada e como deve de ser de uma matéria que era da competência do Senhor Vereador Manuel Salgado e recorde também que a Câmara esteve em reunião ontem mais de 12 horas seguidas e, portanto, não é possível, as pessoas não têm 48 horas por dia e esta informação provavelmente foi dada aos líderes e os líderes não terão passado, pelo menos na sua bancada, não terá passado aos restantes colegas de bancada que aliás muitas das vezes também não estão cá e, portanto, eu própria não lhes consigo passar a informação que preciso.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Arruda (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Caros Colegas.-----

----- Relativamente à proposta 241/2014, através da qual se pretende aprovar a versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide o Partido da Terra gostaria de dizer o seguinte: o documento em análise vem permitir, e bem, em nossa opinião, a consolidação do Campus Universitário da Universidade Nova de Lisboa, nomeadamente a instalação em Campolide da faculdade de Ciências Sociais e Humanas, atual sita na Avenida de Berna, bem como a construção de outros equipamentos de suporte da atividade regular da Universidade.-----

----- Trata-se de uma opção estratégica já há muito equacionada e ambicionada pela Universidade Nova de Lisboa e que vem reforçar a competitividade desta instituição afirmando a cidade de Lisboa numa capital de juventude e conhecimento.-----

----- Também apreciamos a intervenção planeada na Rua Miguel Torga, um espaço há muito necessitado de intervenção, que apesar de se ter procedido á construção de dois grandes empreendimentos não foi ainda assim salvaguardada do devido enquadramento urbanístico, resumindo-se o mesmo a um simples parque de estacionamento selvagem em terra batida.-----

----- Apesar de existir uma escola na proximidade não existe nenhum passeio do lado esquerdo da subida, obrigando os peões a mudarem de passeio para mais numa passadeira que se inicia em terra batida, felizmente o local é semaforizado devido à interceção da Rua de Campolide com a Travessa Estevão Pinto prevenindo assim males maiores.-----

----- A solução para a Igreja de Santo António apesar de não ser a ideal permitirá salvaguardar o património religioso e responder em parte às preocupações da população local.-----

----- Vimos com maior preocupação a solução avançada para o Estabelecimento Prisional de Lisboa em caso de desativação do mesmo, apesar de se avançar com a salvaguarda dos edificios centrais do estabelecimento com a instalação de novos equipamentos de suporte à população está previsto a densificação do uso para habitação

e novas construções num ato que consideramos um sério atentado urbanístico àquela zona.-----

----- Hoje em dia os eixos viários que delimitam a área de intervenção, em especial a Avenida Miguel Torga, que faz a ligação à Radial de Benfica e Eixo Norte/Sul já registam níveis muito elevados de tráfego com congestionamentos diários.-----

----- O reforço do Polo Universitário e incremento habitacional, bem como dos serviços, provocará problemas acrescidos de congestionamento sendo que a pressão sobre esta área será ainda maior e mais preocupante.-----

----- Nos termos e considerando as nossas principais e legítimas preocupações o Grupo Municipal do Partido da Terra irá votar contra a presente proposta.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Senhor Deputado Municipal, temos aqui neste momento um problema, o Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva inscreveu-se para falar e pediu para utilizar, para fazer uma apresentação em PowerPoint. Sucede que o Regimento no seu Artigo 46 n.º 3 diz que podem ser utilizados meios de suporte audiovisual, sendo comunicada essa intenção à Mesa até três dias úteis anteriores à reunião, para que seja garantida a equidade de todos os meios a todas as forças políticas.-----

----- Eu só tive conhecimento deste pedido há poucos momentos, ainda estão os serviços a ver se conseguem instalar o dispositivo, em todo o caso e uma vez que o Regimento pede uma antecedência de três dias a Mesa vai devolver a questão ao Plenário e perguntar se o Plenário considera que podemos consentir nesta apresentação, embora não tenha sido pedido por três dias ou se nos atemos ao Regimento e não aceitamos, portanto, eu peço que se quiserem conversar entre bancadas o que é que devem fazer, a Mesa não tomará esta decisão, vai perguntar ao Plenário.-----

----- Vou perguntar bancada por bancada se não se importam. O Partido Socialista entende que pode ser utilizado o PowerPoint ou entende que devemos manter o que está no Regimento? Não me estão a ouvir!-----

----- Senhores Deputados Municipais, se calhar é mais simples colocar mesmo a questão em votação, a questão é muito simples, é uma questão logística, não sei se do nosso lado estamos em condições, estamos em condições? Do nosso lado do ponto de vista logístico estamos em condições, agora do ponto de vista político há o Regimento, este pedido efetivamente não foi feito com três dias de antecedência, portanto, a Mesa tem que perguntar ao Plenário se autoriza que seja apresentado ou se não autoriza que seja apresentado e, portanto, isto acho que é uma questão simples. A mesa vai pôr a questão ao Plenário, estamos em condições de pôr a questão?-----

----- Microfone ao Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo se faz favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, peço imensa desculpa, estava-me a interpelar e eu estava aqui ao telefone. Ainda hoje tivemos oportunidade de debater bastante sobre algumas matérias do funcionamento da Assembleia e os meus colegas líderes dos Grupos Municipais e a Senhora Presidente e os Senhores Secretários da Mesa sabem que eu tenho defendido sempre o cumprimento estrito do Regimento e também naturalmente aquilo que são as práticas aceites pela Conferência de Representantes e defendidas pela Mesa e que não haja grandes variações.-----

----- Contrariamente àquilo que tenho defendido vou abrir aqui uma exceção. Teria sido melhor se o Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva tivesse cumprido o Regimento, até porque isso teria possibilitado que outros Grupos Municipais e que a Câmara, no caso do Vereador Manuel Salgado também tivessem vindo preparados para mostrar outros desenhos de outros planos, mas para que não fique nenhuma dúvida que

nós queremos contribuir para o esclarecimento para o debate e que não será o Grupo Municipal do Partido Socialista a contribuir para quartar a livre expressão de qualquer Deputado Municipal nesta Assembleia, nós damos o nosso assentimento para que sejam utilizados os meios audiovisuais, ainda que não cumpra naturalmente o Regimento e de futuro, esta é a exceção, nós apelamos a que passe a ser cumprido o Regimento nesta matéria, mas damos assentimento para que seja mostrado o que tiver que ser mostrado.”

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra inquiriu:-----

----- “Senhores Deputados Municipais, pergunto se algum Grupo Municipal se quer manifestar em sentido contrário? Se não há manifestação de vontade em sentido contrário naturalmente a Mesa dispensa qualquer votação e tem a palavra o Senhor Deputado Fernando Nunes da Silva para fazer a sua apresentação.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte apresentação: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Vereadores, caros Colegas Deputados Municipais, Público em geral e permitam-me que destaque dentro do público o Senhor Reitor da Universidade Nova de Lisboa e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.-----

----- Não queria deixar de agradecer aos colegas dos restantes Grupos Parlamentares, de facto toda a gente sabe que eu sou um pouco avesso às normas, embora ache que elas têm que ser cumpridas, o problema é meu, não é desta Assembleia.-----

----- Aquilo que eu vou mostrar foi aquilo que distribuí na Reunião da Comissão a todos os colegas Deputados Municipais que estiveram nesta Comissão, portanto, não é outro tipo de elemento, não é outro tipo de novidade e portanto são elementos que quaisquer deles deveriam acompanhar normalmente planos com esta complexidade.-----

----- Eu queria dizer que uma das coisas que mais me tem desgostado na vida política é o crescente clima de intriga, de meias verdades, de propagação de coisas que não são corretas, ainda há pouco assistimos a uma acerca da Radial da Pontinha, mas teremos oportunidade de discutir isso muito mais tarde, e para que não restem dúvidas sobre o que penso sobre esta matéria e o que é que se propõe, resolvi ao contrário do que é habitual, escrever a minha intervenção, para que assim se possa sempre consultar.-----

----- Primeiro ponto – Não estão em acusa os principais objetivos deste Plano de Pormenor, a saber, criar as condições para a expansão e consolidação do Campus de Campolide da Universidade Nova de Lisboa, faculdade de Ciências Sociais e Humanas, com a conseqüente libertação das suas instalações localizadas na Avenida de Berna. ---

----- Segundo objetivo, com o qual também não pode também alguém estar em desacordo, permitir a transferência, para a Câmara Municipal de Lisboa, dos edifícios atualmente afetos ao Estabelecimento Prisional de Lisboa, que é um dos raros complexos existentes no mundo, deste tipo de edifícios e que está classificado como Património Arquitectónico. -----

----- Ponto dois – Também não está de modo algum em causa a proposta dos novos edifícios para o perímetro a afetar ao Campus da Universidade Nova de Lisboa, se alguma coisa há a referir em relação a esta questão é a lamentar que não tenha sido possível resolver há mais tempo esta necessidade da Universidade Nova de Lisboa cujo plano de expansão já tem mais de dez anos, foi aliás na vigência da Reitoria do Professor Luís Sousa Lobo e teve como Arquitecto Nuno Portas, como elemento do júri que permitiu a seleção do plano de expansão, que aguardou até agora a possibilidade de ser concretizado. E ainda para mais porque se trata de um projeto de indiscutível interesse para a cidade e para o país.-----

----- Então o que é que está em causa e nos merece reparo? O problema é a solução encontrada para compensar a Estamo pela cedência dos edifícios classificados

atualmente utilizados pelo Estabelecimento Prisional de Lisboa, solução que partiu do pressuposto, e acho que é este o problema político de fundo, partiu do pressuposto de que o valor a pagar pelo terreno e pelos edifícios teria que ser obtido através de uma operação imobiliária a desenvolver na propriedade da Estamo. Ora este pressuposto, que acabou por inquinar o desenho urbano com que nos confrontamos hoje, o próprio Senhor Vereador reconheceu que provavelmente não seria esse a sua opção ou o seu gosto, e eu tenho a certeza absoluta que nunca poderia ser ou então o Arquiteto Manuel Salgado não é a mesma pessoa que o Vereador Salgado! -----

----- Por outro lado é importante ter em atenção que este pressuposto não é de facto possível de cumprir, como iremos ver nas imagens que tive oportunidade de apresentar aos Colegas na Comissão, no terreno com as características e as condicionantes que ele tem, isso tem a ver com imóveis classificados, são três imóveis classificados que estão naquela zona, confinção com um importante depósito de água de regularização da EPAL e localizado numa plataforma que depois desce abruptamente quer pela Avenida Miguel Torga quer em direção ao Vale de Campolide, sendo indiscutível o interesse público e a valorização que corresponde para a cidade a concretização dos dois principais objetivos do Plano, consolidar e expandir a Universidade Nova de Lisboa e passar para a posse da Câmara os edifícios do Estabelecimento Prisional de Lisboa, atualmente ocupado pelo Estabelecimento Prisional de Lisboa, será que não existia outra solução urbanística para os realizar? E é aqui que queria começar a mostrar os slides. -----

----- Isto é o Plano, a planta de síntese que aqui estamos a votar, iremos ver que não há qualquer problema em relação ao perímetro do Campus da Universidade Nova de Lisboa e por isso considero extremamente desagradável que se tente juntar um problema, que é um problema de financiamento para pagar à Estamo o preço que ela pediu com o problema da expansão do Campus da Universidade Nova de Lisboa, não é sério nem é ético! -----

----- Não há qualquer problema com os novos edifícios propostos, aliás eles já constavam do Plano anterior, não há qualquer problema com terrenos, a Universidade Nova de Lisboa vai aliás beneficiar porque cede parte da sua propriedade para que se possa desenvolver a operação urbanística a seguir, o problema está aqui, o problema está aqui em relação...” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Senhor Deputado Municipal, terminou o seu tempo, pedia-lhe apara concluir.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra concluiu: -----

----- “Imediatamente! É isto, sem comentários!... O que está lá hoje e o que passa a ficar!... -----

----- Como se pode ver pelo cadastro não há qualquer interferência neste projeto em torno dos terrenos da Estamo com a Universidade Nova de Lisboa e com o Campus da Universidade Nova de Lisboa, é possível ganhar espaço, é possível transferir edificabilidade, e recorde que o Plano Diretor Municipal prevê a possibilidade de transferência de edificabilidade! A Câmara Municipal tem terrenos vazios que era muito útil que pudessem ser neste momento edificados porque estão ao abandono e estão-se a degradar e porque não há capacidade no mercado imobiliário para o fazer, era preferível transferir essa capacidade para lá, reordenar aquele espaço, aumentar espaço de respiração, reordenar o perfil da Rua Marquês da Fronteira para lhe alargar os passeios e para ter a continuidade da pista ciclável e isso é algo que exigia mais trabalho, mas sem dúvida que era uma melhor solução para a cidade! -----

----- Muito obrigado pela sua tolerância Senhora Presidente.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- As participações de eleitos municipais e de munícipes na análise deste Plano levaram a uma menor densidade de construção na envolvente da Igreja de Campolide, classificada como edifício de interesse público, colhidas as participações e consignadas no Plano de Pormenor. -----

----- A transformação do lote do antigo Hospital do Estabelecimento Prisional de Lisboa previsto para equipamento, comércio, serviços e estabelecimento hoteleiro configura uma alteração de uso que oxalá não comprometa as características arquitetónicas do Hospital, classificado como monumento de interesse público.-----

----- Quanto à Penitenciária, que está nos desígnios de venda a todo o custo pela Estamo parece não haver previsão quanto à sua desocupação, para já avança a Universidade Nova para o território, o que consideramos positivo, mas o território da Avenida de Berna juntar-se-á a projetos mais rentáveis para a resolução da dívida, a famosa dívida, juntamente com a pretendida destruição do Hospital Curry Cabral, isto é que convém não ignorar! -----

----- Estamos perante um Plano de Pormenor que levanta questões graves de edificação elevada, que não tem a ver com a Universidade, tem a ver com a especulação imobiliária e com a construção, como vimos desastrosa para aquela zona, portanto, com forte prejuízo para o património identitário em causa, por isso estamos de acordo com as chamadas de atenção do Relatório da Terceira Comissão e para a necessidade da Câmara ter em conta a alteração deste Plano de Pormenor. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

----- Uma nota prévia sobre a votação que tivemos, sobre a exceção para que possa ter existido esta apresentação em PowerPoint, eu penso que os três dias previstos, o espírito dos três dias do Regulamento é para criar condições para que se possa fazer, não uma questão política para que possa haver a possibilidade de resposta por parte do Executivo ou dos outros Grupos Municipais e, portanto, sendo assim naturalmente que encaramos esta exceção não como única e irrepetível, mas como uma exceção que deve ser sempre avaliada dessa forma e decidida no momento, porque se assim não for informo já que o bloco de Esquerda de hoje em diante vai precisar sempre de apoio de PowerPoint e, portanto, fica já salvaguardada essa questão. -----

----- Depois queria dizer e dar os parabéns à intervenção do deputado Municipal Nunes da Silva porque vai exatamente ao encontro do que o Bloco de Esquerda aqui vai expor e começamos exatamente por aí, o Plano de Pormenor que discutimos chama-se Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide e o caráter pernicioso deste nome evidencia o sofisma que ele encerra porque ele apelida-se de “Campus de Campolide” mas não trata só do Campus de Campolide, sobretudo trata do negócio que é a área de terreno do Estabelecimento Prisional de Lisboa. -----

----- E sobre o Campus de Campolide naturalmente, e subscrevemos também essa intervenção, não temos nada a opor, pelo contrário, era urgente, não podia esperar mais tempo uma solução que permita a expansão daquele polo universitário, que permita resolver os problemas da Universidade Nova e, portanto, permita criar condições não só na zona académica propriamente dita como de equipamentos de apoio como o refeitório, a cantina, previstos naquela zona e, portanto, sobre a zona do Campus de Campolide encerramos a questão e achamos que ela deve avançar tal como prevista o mais rapidamente possível, mas o problema deste Plano de Pormenor prende-se com a

outra metade que não entra no nome mas que é com certeza a mais importante e prende-se com o loteamento, a operação de loteamento, o *take over*, que é uma expressão num dos relatórios que falava nisto, dos terrenos do estabelecimento Prisional de Lisboa. ---

----- De facto o que está a ser previsto e planeado com este Plano de Pormenor para aquela metade do território, que engloba o Estabelecimento Prisional de Lisboa acaba por ser um mimetismo do que se passou na Colina de Santana e, portanto, é voltar a cometer os mesmos erros, é oportunidade perdida!-----

----- Temos ali um património riquíssimo, já foi referido, é um edifício do final do século XIX, com uma arquitetura única a nível mundial, um panóptico radial com características muito específicas e, portanto, não é repetível e o que estamos ou o que devíamos estar a pensar e a propor e a decidir é a preservação e de alguma forma como é que vamos valorizar aquele património e aquela memória.-----

----- Errámos com as operações de loteamento da Colina de Santana e voltamos a propor uma proposta que no nosso entender é errada, aquele território precisa de ter uma requalificação da malha urbana, ela precisa de ser cerzida, já foram cometidos ali vários erros, o Edifício da Nova Campolide é um bom exemplo disso e o que se propõe com este Plano de Pormenor para aquela zona especificamente, aliás como foi visto aqui na apresentação anterior e como pode ser visto sobretudo nos cortes que acompanham este Plano de Pormenor, edifícios de oito pisos a envolver aquele monumento que é neste momento o edifício central do Estabelecimento Prisional de Lisboa é no mínimo eu diria que pouco lógico ou até do ponto de vista da memória e do património subestimar e desvalorizar um património tão importante.-----

----- Portanto, neste momento podíamos estar a ter a oportunidade de criar uma cidade mais inclusiva, mais sustentável e, portanto, resolver o problema daquela malha urbana e o que estamos a fazer é novamente priorizar a especulação urbana e o negócio imobiliário.-----

----- A volumetria, como já disse, proposta para aquela zona é excessiva, portanto, edifícios com oito pisos e com seis pisos que afundam e afogam aquela zona qualificada como monumento nacional, portanto, voltamos a repetir o mesmo caminho que tivemos noutras zonas da cidade de Lisboa e que infelizmente têm marcado de uma forma tão profunda estes mandatos do Presidente António Costa e as Vereações do Urbanismo do Arquitecto Manuel Salgado e, portanto, voltar a marcar a reabilitação da cidade, a reconstrução da cidade, tornar a cidade uma cidade diferente sempre ao compasso dos interesses imobiliários! Quem manda são os investidores e, portanto, naquela zona onde nós precisávamos de ter soluções que englobassem soluções de habitação que permitissem ser usufruídas pelo maior número de pessoas e trouxessem pessoas para a cidade novamente, estamos a cair no mesmo erro, vamos para os hotéis, os aparthotéis e, portanto, achamos que é um Plano errado e fazemos o mesmo apelo para que ele seja retirado.-----

----- Naturalmente que votaremos contra!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal.-----

----- A Mesa quer só clarificar aqui uma questão que é importante. Quando eu citei o Artigo 46 n.º 3 do Regimento em ambos os períodos, ou seja, Ordem do Dia ou Antes da Ordem do Dia, podem ser utilizados meios de suporte audiovisual, sendo comunicada essa intenção à Mesa até três dias úteis antes da Reunião, e o Regimento diz “para que seja garantida a equidade de meios a todas as forças políticas”, foi só isto que eu lembrei! Os senhores Deputados municipais podem utilizar esses meios audiovisuais sempre que quiserem, agora avisem, nem é para a Mesa, é para que a Mesa avise as outras forças políticas porque podem também querer responder, é só esta a

questão, é por isso que não há aqui nenhuma outra, não há nenhuma esquisitice! É o Regimento! Se acharem que está mal o Regimento alterem-no!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Frederico Lira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Bom, Senhores Deputados Municipais e restante audiência, em relação a esta proposta começava por fazer um breve enquadramento histórico dos processos de planeamento que antecederam a elaboração deste Plano de Pormenor. -----

----- Em 1998/1999 foi elaborado um Plano de Pormenor para o campus da Universidade Nova de Lisboa abrangendo o núcleo já edificado e onde se propunha que esta subunidade territorial viesse a integrar a nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, atualmente sitiada na Avenida de Berna. -----

----- Verificou-se posteriormente a necessidade de ampliar o estudo urbanístico em causa integrando uma nova área referente à envolvente urbana do Estabelecimento Prisional de Lisboa, localizada a sul do atual campus de Campolide, o que se veio a traduzir num novo Plano de Pormenor visando a requalificação de todo o espaço do Alto de Campolide. -----

----- “Os Verdes” consideram que é necessário proceder a uma intervenção na zona em causa, sobretudo na envolvente da Igreja de Santo António de Campolide e no espaço urbano do Alto de Campolide. -----

----- Por outro lado, o plano permite também dar resposta às pretensões da Universidade Nova de Lisboa (UNL) que pretende com a construção da nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e de uma cantina/cafetaria proceder à concentração e ampliação do seu Campus Universitário de Campolide, tal como já preconizado no Plano de Pormenor de 1998/1999. Tal desiderato permitirá à Estamo rentabilizar os terrenos onde se situa a atual Faculdade de Ciências Sociais e Humanas na Avenida de Berna, conjuntamente com os terrenos adjacentes do Hospital Curry Cabral, e aqui já não estaremos tão de acordo com a forma como estão a ser feitas as coisas. -----

----- Em relação a esta área, com uma localização central na cidade de Lisboa, “Os Verdes” entendem que deverá ser elaborado um Plano de Pormenor que permita desenvolver e concretizar propostas de ocupação para aquela área do território municipal que beneficiem todos os munícipes e cidadãos e não apenas alguns negócios. Existe contudo um conjunto de outras apreensões relacionadas com o conteúdo do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide, nomeadamente referentes ao edifício da Penitenciária de Lisboa e à sua envolvente, e que tão bem ficaram aqui apresentados pelo Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva. -----

----- O atual Governo, também se sabe, não pretende transferir os serviços prisionais da Penitenciária de Lisboa, mas, se tal vier a ocorrer, o Plano aqui proposto, permite a demolição do anel de oficinas, construídas na década de 40, que constituem uma parte integrante da envolvente da Estrela da Penitenciária, apesar de não estarem classificadas. Esta opção, apesar de salvaguardar a Estrela da Penitenciária, por ser classificada e devido ao seu valor patrimonial, não evita que a mesma seja envolvida por novos edificios com uma elevada volumetria. Tal solução não é nem harmoniosa nem respeita o valor patrimonial deste imóvel preexistente e classificado e acrescento que não beneficia em nada a qualidade de vida dos cidadãos e munícipes de Lisboa. ---

----- Por último, o antigo edifício hospitalar da Penitenciária de Lisboa, também ele classificado e propriedade da Estamo, teve um parecer favorável da CML à pretensão desta empresa para que este edifício tivesse uma vocação turística e hoteleira em detrimento do uso definido anteriormente no plano que se destinava a equipamento, o

que permitirá apenas e só, uma maior valorização dos ativos daquela empresa, contrariamente mais uma vez ao bem público e ao usufruto dos cidadãos. -----

----- Pelas razões apresentadas o Grupo Municipal do Partido Ecologista “Os Verdes” considera que o único aspeto positivo deste plano é permitir a concentração e ampliação do Campus de Campolide da UNL com a reinstalação da nova Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, discordando profundamente das intervenções preconizadas na subunidade operativa de planeamento e gestão para o espaço urbano do Alto de Campolide. -----

----- Permitam-me uma última palavra para referir alguns dos documentos anexos que foram encaminhados pela Mesa da Assembleia, nomeadamente a Declaração do Fórum Cidadania, que eu acho que poderá em muito contribuir para se reformular este Plano, que venha a voltar a ser discutido já agora com mais atenção ao interesse público e ao usufruto dos munícipes. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Colegas Deputados Municipais. -----

----- Eu creio que já quase tudo foi dito pelos meus colegas relativamente a este Plano, as imagens que vimos, que foram apresentadas pelo Deputado Municipal Nunes da Silva são bem exemplificativas do aspeto claustrofóbico que se reveste esta construção naquela zona da Penitenciária. -----

----- Quanto ao Campus da Universidade Nova de Lisboa, tal como os meus colegas, estamos profundamente de acordo que o Campus vá para ali, que seja feita a reorganização, no entanto gostávamos que fosse cumprido o desidrato que é referido de não ser apresentado como um condomínio fechado! -----

----- Ora aquilo que se vê é que por razões de segurança, que mais à frente são referidas, continuamos a ver muros, cancelas e, portanto, a pergunta que nós fazemos é se à semelhança do Campus da Universidade de Lisboa este espaço também vai ser um espaço pedonal acessível 24 horas por dia aos cidadãos. -----

----- Relativamente ao excesso de construção a nossa opinião é concordante com a maioria dos nossos colegas e achamos que está claramente excessivo com uma cêrcea que vai impactar relativamente ao Parque Eduardo VII e a toda a vista daquela zona.

----- Achamos que não parece ser boa política construir os edifícios mais altos nas zonas mais altas, como princípio e, portanto, não entendemos bem a não ser por otimização/especulação imobiliária que tal esteja a ser feito. -----

----- Com isto creio que é tudo uma vez que tudo o resto creio que já foi referido. Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa-tarde. Os meus cumprimentos à Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, aos Membros da Mesa, às Colegas e Colegas Deputados Municipais, aos Senhores Vereadores presentes, ao público que também nos acompanha. -----

----- Esta discussão foi precedida, já foi referido, de um Parecer da Terceira Comissão que enuncia, a meu ver, um facto que merece ser destacado e esse facto é que em 1998/1999 começou por ser elaborado um Plano de Pormenor para regular o uso do solo relativo ao Campus de Campolide, posteriormente e não por sugestão da Câmara, não por sugestão da Universidade, mas de uma entidade com competências na área, a Direção-Geral do Património Cultural, foi sugerido e aceite pelos intervenientes e responsáveis neste projeto, ampliar esta regulação e uso do solo para o espaço do Alto de Campolide permitindo desse modo reconverter o espaço da Penitenciária, que ficaria

desatualizado face às intenções do Ministério da Justiça de descontinuar a utilização da Penitenciária naquela zona, que é uma zona relevante de Lisboa e, portanto, daí surgiu imediatamente uma necessidade que é não olhar exclusivamente para o Campus da Universidade Nova mas integrar duas zonas da cidade, o Campus e a zona da penitenciária e, portanto, a primeira perspectiva que temos não é uma perspectiva de *guetização*, não é uma perspectiva de condomínios, não!-----

----- É atirar abaixo os muros da Penitenciária, tornar esse espaço disponível e fruível pela cidade e integrá-lo com um equipamento de relevo, que é o Palácio da Justiça e dar uma continuidade a essa utilização ligando ao Campus da Universidade Nova e, portanto, destas intenções que estão consagradas no Plano eu não vejo motivo de censura. -----

----- Depois noto, quer dizer, a disponibilidade manifestada pelo Reitor da instituição em causa, da Universidade Nova, de vir aqui expor o seu ponto de vista e parece-me legítimo que enquanto Reitor de uma Universidade pública enuncie que a aprovação deste Plano valoriza a Universidade, permite que a Universidade possa competir em melhores condições com outras instituições de ensino público e privados estrangeiros e, portanto, Lisboa também precisa de instituições perenes com projeção internacional, a projeção que Lisboa já tem a nível internacional fica reforçada com a capacitação das suas mais relevantes instituições e também a este nível ainda não ouvi dar destaque a um dos objetivos deste Plano, que é reforçar o apoio social aos estudantes através de uma cantina que seria construída no Campus, portanto, também esse aspeto acho que a população estudantil de Lisboa merece ser destacada nesta discussão e obviamente estão em causa, portanto, outros edifícios para a Faculdade de Direito e para a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e, portanto, é tudo massa crítica, são novos projetos que se podem desenvolver, investigação que se pode promover a partir de Lisboa e das suas instituições. Tudo isso parece positivo!-----

----- O que eu acho negativo e de algum modo lamentável é a abordagem que o PSD, ainda por cima através do Presidente da Terceira Comissão, com responsabilidade na área do urbanismo aqui vem fazer sobre este tema, portanto, Caro Colega, Estimado Amigo Victor Gonçalves, este Plano vai muito além da presença dos Vereadores na sala, vai muito além da agenda política do Senhor Presidente da Câmara e dos demais Vereadores e era isso que eu gostaria de ver o Presidente da Terceira Comissão aqui discutir! Discutir as valências do Plano, recomendações à Câmara para melhorar o Plano, alterá-lo, aspetos que terão que ser acautelados ao nível do licenciamento se esta proposta for aprovada, era isto que esperaria, afinal não, tivemos aqui algumas incursões de nível político partidário, incursões essas que me merecem uma nota de destaque.-----

----- O PSD na Câmara, perante esta mesma proposta abstém-se, ou pelo menos não enuncia esses efeitos nocivos todos que o Senhor Deputado Municipal aqui tentou aflorar, não concretizou mas tentou aflorar e o PSD na Assembleia Municipal de Lisboa vota contra uma proposta que é relevante para a cidade, é relevante para a Universidade Nova de Lisboa e é um traço saliente desta discussão. -----

----- Depois também queria nos aspetos nemos positivos desta discussão é a exibição de imagens do Senhor Deputado Municipal Engenheiro Nunes da Silva, obviamente que se eu me focar naqueles blocos monolíticos que ali foram apresentados tenho que franzir o sobrolho, de facto aquilo não é estético, não é agradável! Mas o Plano vai muito além disso, para já no que diz respeito ao edifício do Palácio da Justiça há que reparar que na ala nascente se mantém a convivência saudável com o corredor verde e com o conjunto patrimonial arquitetónico do Palácio Ventura Terra, a sul mantém-se também o saudável diálogo entre esse edifício de referência e o Jardim Amália Rodrigues, assim como a

norte também se prevê uma melhor integração desse espaço com o Campus da Universidade Nova e, portanto, não dispondo de imagens mas enquanto eleito local tenho obrigação de conhecer minimamente os espaços que estamos a discutir e tentar expressá-lo com palavras, diria que desse ponto de vista o Plano nos favorece. -----

----- Há um outro aspeto que o Senhor Deputado Municipal aqui foca, portanto, a constituição de uma edificabilidade na zona poente do edifício do Palácio de Justiça, pois é, mas também aí podemos fazer comparações. O que é que será preferível? Será preferível a edificação de espaços de habitação rejuvenescendo também por esse ponto de vista a cidade de Lisboa e de serviços, requalificando o Hospital do Estabelecimento Prisional, adaptando-o a um uso que preserve a sua memória arquitetónica e permitindo acima de tudo a fruição desses espaços, que passam a ser espaços abertos para a população ou manter os muros que lá estão há décadas à espera de melhor destino? ----

----- Eu creio que isto também tem que ser ponderado antes de facilmente criticado com uma imagem que a meu ver é distorcida e parcial, tanto mais que não foca outro aspeto essencial, Senhor Deputado Municipal, não foca que o nível de edifícios, ou melhor, a volumetria não é assim tão desconfigurada face às imediações da Rua Rodrigo da Fonseca, da Rua Marquês da Fronteira e da própria Rua Castilho, portanto, não estamos ali a projetar arranha-céus, não estamos a projetar edifícios que agridam frontalmente o espaço edificado, diria que nessa ala poente estamos a dar continuidade ao que vem dessas ruas Rodrigo da Fonseca e Rua Castilho e, portanto, estes aspetos terão obviamente que ser valorizados nesta discussão.-----

----- Outro aspeto que me parece oportuno salientar é que, e é uma reflexão que fica para os órgãos do município, hoje temos aqui em discussão três Planos de Pormenor, da parte do PSD já se percebeu, com um argumento ou outro, o seu estilo de fazer oposição é obstaculizá-los a todos, mas é compreensível! Portanto, não está a ser uma força construtiva de enriquecimento da cidade, está a ser uma força de bloqueio, num termo ou numa expressão muito cara ao Partido Social Democrata e, portanto, a sua predisposição natural, independentemente dos argumentos é rejeitar, é reprovar! -----

----- Agora o que não se salienta é que a cidade, num plano, pelo menos no P.U.A., o Plano de Urbanização de Alcântara e neste Plano demora cerca de 15 a 20 anos a discutir e a aprovar planos de regularização do uso do solo, que são indispensáveis para a cidade se modernizar, para a cidade se abrir a outros usos, para estimular novos projetos, isto não me parece compatível nem é construtivo! -----

----- Assim como não é construtivo a ausência de posição, pelo menos conhecida, do PSD e do Deputado Municipal Nunes da Silva nos momentos de apreciação preventiva destes planos nas discussões públicas, inclusivamente na discussão na Terceira Comissão e quando houve oportunidade de ouvir os técnicos do Município encarregues da ultimação e apresentação desta proposta, não foram questionados, não foram questionados com estas imagens que hoje aqui apareceram, não foram questionados relativamente aos conteúdos e, portanto, aguarda-se para a discussão em Plenário, é legítimo, pra se suscitarem questões que parecem irresolúveis, mas não são, não são como se demonstrou ao nível da discussão pública onde foram acolhidas e ponderadas cerca de 97 contributos e graças também à conciliação de interesses do Ministério da Defesa, do Ministério da Justiça, do Município, da Universidade Nova, foi possível chegar a uma proposta conciliadora que contrariamente ao que defendem, portanto, as pessoas que já referi, não é agressiva para a cidade, antes a valoriza, antes permite integrar no tecido urbano de forma real a Universidade Nova de Lisboa e o espaço da Penitenciária, que está há décadas isolado da cidade e por estes motivos o voto do Partido Socialista será favorável ao Plano de Pormenor de Campolide.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves pede a palavra para um protesto, presumo que seja um protesto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez o seguinte protesto:-----

----- “Senhora Presidente, Senhores Deputados Municipais, Senhor Vereador, Senhor Deputado Municipal João Pinheiro. -----

----- Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, para si um Plano de Pormenor é apenas um interesse de ter uma Universidade em Lisboa, nós também gostaríamos muito e gostamos muito que a Universidade esteja em Lisboa, para si o Plano de Pormenor é de facto uma coisa, é estar de acordo com a Câmara!...” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interpelou: -----

----- “Senhor Deputado Municipal, peço desculpa, pediu a palavra para um protesto, faça o favor de dizer qual é o protesto, o seu protesto!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra prosseguiu: -----

----- “Se a Senhora Presidente me quer interromper eu deixo já de falar! É o costume!”

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhor Deputado Municipal, não é disso que se trata! Não é verdade isso! Bom, tudo bem, como queira! Tudo bem, o Senhor Deputado Municipal é livre, fará como entender, eu estava só a chamar a atenção para formular o protesto, mas provavelmente fiz mal, fiz mal e penitencio-me por ter chamado à atenção!-----

----- Portanto, vamos dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva. Se o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves quiser retomar a palavra ser-lhe-á dada, naturalmente! -----

----- Pergunto também se é para formular um protesto? Ah, muito bem, pede a palavra para defesa da honra, muito bem!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte declaração em defesa da honra: -----

----- “Meu Caro Deputado Municipal João Pinheiro, eu lamento imenso, pode crer que é com muita pena que utilizo esta figura, mas não posso deixar passar em claro duas afirmações que aqui fez que são profundamente negativas e que não correspondem minimamente à verdade! -----

----- Os Senhores Deputados e o público em geral e os jornalistas ficam a saber que uma pessoa falta a uma reunião da Comissão de Urbanismo e é acusado de não levantar questões num Plano de Pormenor! Estamos a falar de um Plano de Pormenor de uma das zonas mais importantes da cidade, não estamos a falar de um pequeno ajustamento! O mínimo, o mínimo que se exigiria numa situação destas era uma abertura e uma discussão ampla deste assunto! -----

----- Já percebemos que é polémico, já percebemos que há aqui questões extremamente importantes e, portanto, não reconheço a sua crítica porque numa vez que faltei, ainda por cima estando em trabalho no estrangeiro, em que a minha estadia foi prolongada por mais de uma semana do que aquilo que estava previsto, faltei à reunião e foi nessa reunião que os Senhores Arquitetos foram em representação do Senhor Vereador, os Senhores Arquitetos foram explicar o assunto. -----

----- O problema não é técnico, o problema é político! Portanto, quer o meu querido amigo Eduardo Campelo, quer o meu colega Paulo Pais obviamente que não era com eles que eu teria que discutir estes assuntos! Pronto, esta é a primeira questão que aqui vinha falar. -----

----- A segunda questão, aquilo são planos de massa, os planos de massa existem em todo o lado, ensina-se assim em todas as escolas de urbanismo quer em Portugal ou quer no estrangeiro! São as primeiras aproximações à realidade, não estamos aqui a tratar de fazer distorções da realidade! A única coisa que eu lamento nesta matéria não é eu ter utilizado isso aqui, como antes se tinha utilizado, e tive esse cuidado, aliás o Senhor Deputado Municipal pediu-me para ficar com as cópias destes slides e eu deixei-as ficar para si, não é? Provavelmente para os utilizar de outra maneira que não aquela limpa e clara como eu aqui o fiz e como o fiz na Comissão, e como o fiz na Comissão! Não é? É que a questão é muito simples, o que eu não entendo é como é que ao contrário do que ocorreu no mandato anterior quando coisas muito mais pequenas e muito menos impactantes na cidade eram sempre acompanhadas de projeções em 3D para que o Executivo pudesse avaliar, porque é que isso não foi feito neste caso concreto?-----

----- Mas eu digo-lhe qual é o problema, sabe qual é o problema senhor Deputado Municipal? E com isto termino, o problema é muito simples, é que se eu aplicar os índices e os parâmetros urbanísticos do Plano Diretor Municipal à unidade de execução do Plano de Pormenor de Campolide Norte a edificabilidade da propriedade da Estamo é muitíssimo inferior àquela que acontece quando eu alargo a aplicações dos mesmos índices e parâmetros urbanísticos a todo o perímetro, porquê? Porque o Campus de Campolide tem de facto uma edificabilidade, uma densidade muito menor de ocupação e portanto o que eu estou a fazer é a subsidiar os terrenos da Estamo à conta do pretexto da Universidade Nova de Lisboa, que não é mais do que um pretexto para valorizar esses terrenos! Isso infelizmente é que eu nunca vi aqui ser discutido e era isso que talvez o devesse ter preocupado em primeiro lugar!-----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra questionou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal.”-----

----- Eu pergunto novamente ao Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves se quer usar da palavra, só lhe peço que no início diga se é em defesa da honra ou se é protesto, se o que é, se é interpelação à Mesa, também tem esse direito.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves PSD** no uso da palavra fez a seguinte declaração em defesa da honra:-----

----- “Senhora Presidente, Senhor Vereador, Senhores Deputados Municipais.-----

----- Isto também é defesa da honra, também é defesa da honra e a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Pinheiro magoou-me imenso! Até porque não estava à espera da parte dele, porque o conheço há bastante tempo e com o qual tenho tido um trabalho profícuo no seio da Comissão, que ele viesse para aqui com este tipo de atitudes! De facto é lamentável! Sabendo ele o que se passou na Comissão, sabendo ele as referências e as críticas que foram feitas pelo PSD, por escrito, na Comissão, tendo essas citações sido inscritas no próprio Relatório, sabendo ele todas as observações que foram feitas vem para aqui dizer que nós estamos aqui e o PSD apenas está aqui para destruir!-----

----- O PSD da Assembleia Municipal é completamente diferente do PS da Assembleia da República, é o oposto! São 180 graus de diferença! Nós aqui, e ele tem testemunhos e esta Assembleia tem testemunhos e o Senhor Vereador tem testemunhos daquilo que temos vindo a cooperar no sentido de valorizar as propostas da Câmara ao longo de muitos anos e não admito que agora se venha aqui insinuar, só porque estamos em desacordo com uma coisa que a Câmara quer aprovar, que no fundo é uma espécie daquilo que a senhora Presidente dizia que é fazer papel-moeda, é isso que está em causa, que a Câmara quer aprovar, como estamos em desacordo e achamos que é um mau exemplo para a cidade se vem aqui, perdoem-me, com a aleivosia que nós estamos

aqui para obstaculizar! Nós não estamos para obstaculizar e como se vai ver também em relação ao P.U.A., que também é um desastre! Nós estamos aqui para defender o interesse da cidade e o interesse da Câmara e não admitimos, enquanto nós tivermos voz, não admitimos que estas situações sejam repetidas em Lisboa!-----

----- O voto depois determinará aquilo que será o julgamento, mas naturalmente que no futuro outros julgarão aquilo que for aqui aprovado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigada Senhor Deputado Municipal.-----

----- Há um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, para uma resposta naturalmente, e há um pedido de palavra do Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro. Ao Senhor Deputado Municipal João Pinheiro vou deixá-lo para o fim porque eu não sei se é sobre esta matéria que o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro quer intervir e o Senhor Deputado Municipal João Pinheiro responderá no fim ou é sobre outra questão? Desculpe?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves PSD** no uso da palavra declarou:-----

----- “É em defesa da Comissão.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Então será talvez uma interpelação à Mesa...”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves PSD** no uso da palavra declarou:-----

----- “Não, não é interpelação, é uma intervenção!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Então é uma intervenção no tempo, porque tem tempo ainda, o PCP ainda tem dez minutos que pode utilizar tranquilamente.-----

----- Muito bem, tem prioridade então a resposta ao protesto e depois tem a palavra para uma intervenção.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente é evidente que um protesto prevalece sobre qualquer outra matéria!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Pois é evidente Senhor Deputado Municipal, eu sei que tem muita experiência deste cargo e eu tenho menos que o Senhor, também vou fazendo aquilo que posso...”

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Também falhei mais do que a Senhora Presidente! Todos falhamos!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou:-----

----- “Pode crer! Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Pinheiro.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte interpelação:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente.-----

----- Confesso-me surpreendido com as interpelações dos meus colegas, não tive qualquer intuito de ofender a honra nem a um nem ao outro, de qualquer forma se se sentiram desse modo ofendidos peço desculpa pela consideração pessoal que tenho por um e pelo outro.-----

----- De todo o modo registei que nas intervenções que explicitam essa ofensa focam essencialmente questões políticas, e passo a explicar, portanto, o Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva refere a questão da sua ausência, repare que eu mencionei o tempo de elaboração e aprovação, incluindo discussões públicas preventivas e depois já

com os termos de referência aprovados em que poderia qualquer interessado ter feito chegar as suas convicções e opiniões sobre os malefícios desta proposta, não me foquei numa reunião onde o movimento político que integra poderia ter feito substituir a sua ausência, portanto, estamos aqui no campo de uma apreciação política e da oportunidade de fazer chegar conteúdos para o enriquecimento de uma proposta e, portanto, nada focado na sua ausência em particular, mas na oportunidade que houve ao longo de mais de uma década expressar descontentamentos ou desconformidades com o rumo que estava a ter a elaboração da proposta do Plano de Pormenor de Campolide---

----- Quanto ao aproveitamento que fez para introduzir mais dados sobre a discussão técnica, ela seguir-se-á eventualmente com esclarecimentos também por parte da Câmara, mas há uma nota, é que não existe suporte documental na proposta nem em lado nenhum para as interpretações que faz da compensação da Estamo e das edificabilidades, isso não existe, não existe e pelo menos não está referido no parecer. -

----- Relativamente ao meu estimado amigo Victor Gonçalves, se está recordado salientei um aspeto que para mim tem algum relevo, que é que o PSD na Câmara Municipal de Lisboa absteve-se e não fez nenhuma intervenção de fundo contrária a este Plano de Pormenor, o PSD na Assembleia Municipal manifesta-se como se manifestou, por coincidência manifesta-se relativamente a três propostas de instrumento de gestão territorial importante para a cidade que aqui são discutidos hoje, portanto, é possível objetivamente, é possível vislumbrar aqui uma tendência de obstaculização às propostas que são apresentadas pela Câmara e que refletem no fundo a concretização de um programa político para a cidade que obteve uma maioria absoluta, portanto, é legítimo também da minha parte identificar, é legítimo também da minha parte identificar nesse posicionamento político uma postura de obstaculização e, portanto, termino considerando que não foi minha intenção, por estes motivos, a ofensa da honra de qualquer Deputado Municipal ou Grupo representado nesta Assembleia.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro nós ainda tínhamos dois Deputados Municipais inscritos, portanto, inscrevemo-lo agora para a continuação da discussão.” -

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Antes do mais uma correção Senhor Deputado Municipal João Pinheiro, a Rua Rodrigo da Fonseca, salvo o edifício que faz esquina com a D. Francisco Manuel de Melo, os edifícios que estão em frente ao Liceu Maria Amália e um que está em frente a uma pastelaria, que são novos, têm todos rés-do-chão e mais quatro pisos e não oito, como o Senhor disse!... Se o Senhor Deputado Municipal quiser vou lá passear consigo! A cércea, a média da cércea da Rua Rodrigo da Fonseca que o Senhor citou, no troço entre a Rua Joaquim António de Aguiar e a Marquês de Fronteira são rés-do-chão mais quatro pisos, mas se o Senhor estiver atento à malha da cércea de Campolide, a Rua Conde das Antas, a Travessa das Irmãzinhas dos Pobres, que é onde se insere este Plano, está aqui escrito Campolide, não sei se reparou. O Senhor citou por acaso Avenidas Novas, mas Campolide é o que está aqui escrito, a cércea dominante de Campolide é rés-do-chão mais três pisos, e isso Senhor Deputado tenho todo o gosto em levá-lo lá para o senhor ver e contar pelos dedos, isso é fácil, mas é uma incorreção que o Senhor fez aqui!-----

----- Francoise Choay dizia, num clássico da história do urbanismo, que a interpenetração de diferentes tecidos é uma das características da cidade antiga, mas dizia

mais, que essa coexistência tem que ser fluída e simbiótica para que a cidade possa ser entendida como um todo diversificado e não como uma manta de retalhos. -----

----- Curiosamente, quando eu estive a trabalhar com o Arquitecto Fernandes de Sá, que começou a primeira fase do Plano da Avenida da Liberdade, depois de se ter revogado o Plano Vieira de Almeida, ele dizia muitas vezes “A grande arte do urbanista é saber cerzir”, cerzir significa ligar os diferentes tecidos, cerzir é uma palavra que caiu em desuso com o pronto-a-vestir e que hoje só é usada na recuperação, significa juntar dois tecidos diferentes e entrelaçar os fios de modo a que o resultado final pareça um todo, porque isso é uma lógica, é uma coerência, é uma maneira fluída de fazer. Cerzir significa juntar duas coisas diferentes sem ter costuras. -----

----- Ora bem, eu olho para este Plano e eu só vejo costuras, vejo costuras e vejo mais costuras com coloides, porque de facto as grandes linhas que estão aqui demarcadas desta zona marcam uma rotura definitiva com todo o terreno envolvente. A Rua Miguel Torga, por exemplo, é um exemplo disso, a rua Miguel Torga serve de fronteira e será uma fronteira acentuada quando este Plano for para a frente. -----

----- O que eu quero dizer é que este Plano tendo sido feito de fora para dentro não teve em atenção a malha onde se insere, este Plano tal como está feito é e será uma manta de retalhos e é verdade que foi feito para satisfazer as legítimas necessidades da Universidade, mas também é verdade que a reboque dessas legítimas necessidades foi feita uma intervenção que potencializa uma especulação urbanística que está por explicar! -----

----- Também devo esclarecer o Senhor Deputado Municipal que é verdade, são demolidos os muros da Penitenciária, mas o Senhor tem que explicar que são substituídos por blocos de oito pisos, isso é que é um facto e é o que está aqui proposto e, portanto, Senhor Deputado Municipal, se a questão é entre blocos de oito pisos ou o muro que lá está, que aliás tem qualidade histórica, eu de facto acho que a opção é diferente e é difícil de dizer!-----

----- Não posso deixar passar que a questão da Universidade posta aqui, tal como está feita, a Universidade ou nada, não há dúvida nenhuma que é um argumento que eu não posso aceitar porque efetivamente se está a fazer uma opção que esconde a verdadeira opção e de facto o grande dominante de toda esta discussão, que é exactamente o que se está fazer nos terrenos da Estamo. -----

----- Na realidade a Universidade infelizmente para nós PSD serviu de capa a uma intervenção que nós não podemos validar, sejamos muito claros em relação a isso porque a posição para nós não se põe entre a Universidade e a cidade, aliás nunca se poderia pôr Senhor Deputado Municipal, porque qualquer coisa que ponha a cidade do outro lado é sempre má! É sempre má! -----

----- A cidade está sempre em primeiro plano e nós estamos aqui para defender a cidade e estamos aqui para defender a cidade contra qualquer interesse, porque a cidade é o que permanece perante tudo, a cidade é o interesse de todos, Senhor Deputado Municipal, e qualquer intervenção que se faça na cidade tem que ter um denominador comum que é o interesse de todos! -----

----- Portanto, eu abstenho-me de fazer qualquer comentário quando dizem que vão ter que escolher entre a cidade e este Plano, porque realmente não é isso que está aqui em causa! Em qualquer dos casos eu não quero deixar de dizer que este Plano para mim tem uma coisa muito simples, por acaso é de Campolide, não foi por acaso que o Senhor invocou o tecido das Avenidas Novas porque tem razão, sabe porquê? Porque podia ser em Campolide, podia ser em Alvalade, podia ser em Telheiras, podia ser no Lumiar, este desenho urbano cabe em qualquer sítio porque não teve qualquer preocupação com a envolvente! O Senhor teve razão no seu equívoco e dá-me razão a mim, sabe? Porque

se esqueceu de olhar para o lado, olhou para a frente e isto de facto não tem nada a ver com nada, é verdade! O senhor foi o primeiro a dizê-lo! -----

----- Portanto, o que eu gostaria de dizer é que eu pessoalmente tenho as maiores dificuldades em ver através do betão e muito mais dificuldades em ver através de edifícios de oito pisos de betão, porque é isso que se vai ver daqui a uns anos quando este projeto for aprovado. -----

----- Os Senhores dir-me-ão “o que lá está é melhor?”, não Senhor Deputado Municipal, o que lá está é mau, mas sabe, ao ser aprovado este Plano vai-se perder uma coisa, sabe o que é? É a esperança de haver alguém que um dia saiba cerzir a cidade e dar à cidade a tal continuidade que nós desejamos e queremos, em vez de ser uma manta de retalhos que é o que vai acontecer quando isto for aprovado! Tenho pena que não tenham sabido cerzir, é uma pena Senhor Deputado Municipal e é por isso que eu voto com pena! Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Couto, Presidente da Junta de Freguesia de Campolide (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora, mais uma vez. -----

----- Estimados Colegas Deputados Municipais, confesso-vos que esta não era a altura em que eu desejaria intervir este debate, a discussão está quente e já vai longa e eu venho aqui deixar se calhar algumas considerações que eventualmente poderão gerar mais alguma polémica, mas digo desde já que não quero atentar contra a honra de ninguém e que estarei disponível para esclarecer tudo aquilo que venha aqui dizer. -----

----- A Junta de Freguesia de Campolide vem naturalmente aqui deixar o seu parecer favorável a este Plano de Pormenor, vou começar por destacar um longo e participado período de discussão pública, a discussão não começou aqui, começou em janeiro numa sessão muito participada na Universidade Nova de Lisboa, depois dessa sessão participada e eu fui testemunha disso porque também essa sessão participada foi complicada, a Junta De Freguesia de Campolide tomou a iniciativa de mediar uma série de reuniões que se foram sucedendo nos meses entre os pequenos grupos ou cidadãos que discordavam com o Plano, a Câmara Municipal de Lisboa, a Estamo, tenho aqui o Arquitecto Eduardo Campelo que esteve presente também em todas essas reuniões, a Paróquia de Santo António de Campolide e ao longo deste período eu reparei que a Câmara foi fazendo cedências, naturalmente creio que as cedências que achou na altura que eram possíveis de se fazer. -----

----- A Junta de Freguesia de Campolide referiu a sua preocupação com o lugar dado à Igreja de Santo António de Campolide, que estava e continua escondida entre dois edifícios, tal como o Estabelecimento Prisional de Lisboa, a solução que se encontrou não é ideal, se me perguntarem se era assim que eu desenhava, não, não era, no entanto isto tem que ser um conjunto de cedências, tem que ser feita uma análise e entre não fazer nada ou esta solução eu acho que esta solução é melhor do que ficar tudo na mesma! -----

----- Portanto, registámos o esforço da Câmara Municipal de Lisboa em diminuir a dimensão dos edifícios circundantes e isto é um facto que para nós tem que ser registado! -----

----- Não posso deixar de concordar que as imagens que o Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva mostrou são chocantes, tenho até pena que não tenha centrado mais a sua intervenção nas imagens que acabou por passar em dez segundos e não tanto nas palavras que referiu antes, de facto aquela realidade não é a ideal mas é preciso fazer aqui uma série de equilíbrios e parece-me também, embora eu possa estar a dizer uma grande asneira, que desta forma nós também conseguimos salvaguardar que a Penitenciária, portanto, continue a pertencer a ser algo, um bem público e não

privatizado, como existe o risco de suceder, que a meu ver seria muito mau como património classificado que é e, portanto todas estas situações que nós temos aqui em jogo exigem cedências e, pronto, se calhar essas cedências eu admito que possam não ser as ideais mas, volto a referir, o balanço é altamente positivo. -----

----- Foram mostradas que as alterações possíveis, e aí também vos confesso que eu enquanto Presidente de Junta de Freguesia, enquanto cidadão, Deputado Municipal, não tenho conhecimentos técnicos suficientes para me certificar que essas contas são verdadeiras e são corretas, agora mal estaria se não acreditasse na boa-fé da Câmara Municipal, do Senhor Vereador, da equipa de Arquitetos, de todas as pessoas que geriram este processo, são pessoas qualificadas para isso e eleitas para isso, que são remuneradas para isso, que é essa a sua função! Se eu não creditasse na sua boa-fé então não estaria aqui a fazer rigorosamente nada!-----

----- Relativamente a alguns pontos que foram aqui falados há muitos espaços verdes à volta dos edifícios que nascerão na Penitenciária, como também do outro lado do Plano, temos o Jardim da Amnistia Internacional, Amália Rodrigues e Parque Eduardo VII que garantem a respiração dessa área, mas isto foi referido e bem pelo Deputado Municipal João Pinheiro, não vou perder mais tempo com isto. -----

----- Dizer relativamente aos edifícios que surgem nos muros da Penitenciária que de facto é chocante que tenham blocos de oito pisos, eu também vos confesso que acho que oito pisos é muito, bem, mas eu nasci naquela zona e, raios, desde que eu nasci que no outro lado da rua há prédios de oito pisos, a Rua Marquês de Fronteira não tem só um passeio, tem dois, portanto, antes tinha edifícios de oito pisos e agora passa a ter edifícios de oito pisos dos dois lados! Certamente que seria melhor que fossem edifícios mais pequenos, mas também não me parece que seja por aqui que a questão seja grave ao ponto de levarmos este debate a tanto calor! -----

----- Dizer ao Deputado Municipal António Arruda que o parque de estacionamento privado em terra batida, palavras suas, da Avenida Miguel Torga já não existe há dois anos, a Junta de Freguesia de Campolide e a Câmara Municipal arranjaram aquele terreno que é hoje um verdejante jardim no meio daqueles dois condomínios, pelo que espero que para a próxima vez, antes de fazer essa crítica possa ir ao terreno ver, e que não seja esse o fundamento para o seu voto contra! -----

----- Por fim, louvar o trabalho desta equipa e deixar nota que concordamos que ficam aqui definidas excelentes e precisas bases de desenvolvimento para este território, que vai garantir gente, que vai garantir serviços, que vai garantir vida à Freguesia de Campolide e ao centro de Lisboa e esta reabilitação e este rejuvenescimento da nossa Freguesia e da nossa cidade, contrariando o envelhecimento e o abandono é o caminho que nós devemos seguir e é a meu ver o caminho que é seguido neste Plano de Pormenor. Obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “ A Mesa não regista mais pedidos de palavra, estou só a fazer uma verificação. --

----- O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva quer usar a palavra mas já não tem tempo! É um pedido de esclarecimento a quem? Ao Senhor Deputado Municipal João Pinheiro tinha que ter pedido logo. Agora tem a palavra o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro, vamos gerir isso porque agora não vou fazer o Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro pela segunda vez aguardar a sua vez, portanto, agora é a sua vez Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro. Nós cá depois encontraremos uma solução.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Eu queria salientar e queria fazer justiça ao trabalho da Comissão de Urbanismo, com a presidência do Victor Gonçalves e em relação a esta proposta eu quero dizer que prendi efetivamente muito com a discussão que se estabeleceu em relação a este Plano de Pormenor e, portanto, só estranhei que não fossem referidos três parágrafos que fazem parte das conclusões do Relatório da Comissão e que eu vou passar a ler, que são: “Se por um lado o edifício da Penitenciária desaparece e perde significado ao ser envolvido por construções com uma cêrcea mais elevada do que a dela própria, por outro e dado que uma destas bandas de edifícios se situa mesmo em frente do Palácio da Justiça este deixa de ter espaço para respirar e fica desvalorizado, perdendo o impacto na paisagem ao ficar prejudicada a sua leitura. -----

----- Por outro lado trata-se de uma colina que tem uma cumeada visível de vários pontos da cidade pelo que qualquer intervenção arquitetónica tem que tomar esse aspeto em consideração. A envolvente da Penitenciária não deveria ultrapassar a cêrcea deste edifício mantendo-se assim o equilíbrio existente e abrindo aquele espaço a novos usos e funções. Por esse motivo recomenda-se uma reavaliação da proposta que pondere melhor a volumetria e a conflitualidade com o preexistente, como aliás já foi feito no que diz respeito à envolvente da Igreja de Campolide, antiga Capela do Colégio de Campolide. -----

----- Isto foi aprovado só com a abstenção do PCP na medida em que se absteve em relação à proposta na Câmara Municipal, mas convém referir ainda que valorizo muito aquilo que é a posição nesta situação concreta dos eleitos do PSD porque está aqui em causa até os interesses do Governo através da Estamo e o Governo é PSD/CDS-PP e, portanto, quanto a isso oxalá que tivessem tomado essa posição quando foi da questão da reforma administrativa, que não teriam sido liquidadas 29 freguesias em Lisboa, nem mil e tantas em todo o país!... E outras questões. como a Colina de Santana, etc., etc., mas faço justiça à coerência como Eleitos Municipais nesta situação concreta e, portanto, queria dizer que na opinião do PCP se a parte referente à Universidade pudesse, não pode obviamente, trata-se de um Plano de Pormenor, mas em relação a esta matéria tem o acordo total e absoluto de todas as forças políticas. -----

----- O que está em causa é toda esta agressão terrível que tem a ver com o interesse de preenchimento de negócios de grandes satisfações imobiliárias, etc., etc., e aí só podem contar com o nosso desacordo. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra informou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal. A Bancada do PSD informa que cede tempo ao Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva, portanto, tem a palavra o Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado mas eu de facto não quero abusar da vossa paciência, já foram extremamente condescendentes comigo, mas não queria deixar de intervir por dois motivos, por um lado para agradecer a resposta que o Senhor Deputado Municipal João Pinheiro deu, e que fico contente, e por outro lado também para que isto acalme um bocadinho. -----

----- Eu penso que há aqui um equívoco e eu penso que isso é que é a parte criticável na condução deste processo político por parte da Câmara, porque já toda a gente percebeu, e aliás a votação do Parecer da Comissão foi disso uma expressão, toda a gente percebeu que todos queríamos resolver este problema, que ninguém tem nada a apontar em relação ao Campus da Universidade Nove de Lisboa e que mesmo em relação à questão do Estabelecimento Prisional de Lisboa era importante que aquilo voltasse para a posse da Câmara, que viesse para a posse da Câmara e que fosse possível resolver, não

é nada disto que está sequer em causa. Como eu comecei por dizer os dois objetivos não são contestáveis, fosse outra a condução política deste processo e obviamente que teríamos chegado a uma solução consensual ou pelo menos a um compromisso aceitável.-----

----- O que está aqui em causa é que o compromisso que nos é proposta não é um compromisso, é uma chantagem e eu acho que é isso que esta Câmara, esta Assembleia Municipal não pode aceitar, e portanto as perguntas que eram do esclarecimento, se a pergunta para o meu colega João Pinheiro, não estou a fazer isto com segundas intenções ou com segundas coisas, em que parte do Regulamento do Plano de Pormenor do Campus de Campolide estão referidos o tratamento a dar às fachadas e a qualidade arquitetónica desses edifícios? Portanto, em que artigo é que isso se refere?-----

---- Em segundo lugar, por outra questão que tem a ver com a sua afirmação de há pouco que não se podia deduzir do que era a edificabilidade ou de que eram os benefícios que a Estamo iria retirar daí, eu ia-lhe perguntar se não verificou no documento do Plano de Pormenor que tem a ver com a repartição de benefícios e encargos os lotes que são atribuídos à Estamo em função exatamente da valorização que foi feita do seu terreno e do panóptico. -----

----- Em relação ao Senhor Deputado Municipal André Couto, agradeço não só a maneira como interveio e a forma serena com que conseguiu repor esta discussão, mas eu queria-lhe fazer uma pergunta que é o seguinte: alguma vez, em todo este processo, desde janeiro até agora, foi colocada a possibilidade prevista no Regulamento do Plano Diretor Municipal de haver transferência de edificabilidade, nomeadamente quando se trata de salvaguardar património arquitetónico?” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra questionou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal., fez perguntas, eu não sei se os Senhores Deputados Municipais querem responder ou se pura e simplesmente são afirmações que os Senhores Deputados Municipais poderão querer responder ou não. Pergunto se algum dos Senhores Deputados que foram interpelados querem responder, se querem usar da palavra o Senhor Deputado Municipal João Pinheiro ou o Senhor Deputado Municipal André Couto? Não vejo sentido de manifestação de palavra, portanto, vamos prosseguir. -----

----- Nós esgotámos as inscrições, vamos dar a palavra ao Senhor Vereador Manuel Salgado para intervir, é o que lhe compete agora, é o tempo da Câmara para intervir.” -

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado, da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu queria começar por afirmar publicamente que de facto ao longo destes sete anos que estou na Câmara, em que convivi com o Senhor hoje Deputado Victor Gonçalves, primeiro como Presidente da Comissão de Urbanismo, depois como Vereador e agora outra vez como Presidente da Comissão de Urbanismo, que sempre tivemos as melhores relações e que muitas coisas já fizemos e que melhoraram propostas inicialmente feitas pela Câmara e destacava o Plano Diretor Municipal, e destacava por exemplo o Regulamento de Incentivos. Este era um primeiro ponto que eu acho que era importante ficar claro porque não tenho a opinião que efetivamente isto seja sempre um confronto político, antes pelo contrário, quer dizer, todos os contributos são importantes para melhorar as propostas e é essa que tem sido a minha postura de sempre, tanto na Câmara como aqui. -----

----- Agora há momentos em que efetivamente é preciso dizer o que se pensa. Por exemplo a Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra faz uma leitura deste Plano com a qual eu discordo, mas é perfeitamente legítimo! A Senhora Deputada

Municipal diz que isto não tem em atenção a envolvente porque o Plano é de Campolide e a média da cêrcea em Campolide são dois pisos e meio, mas em dizia-lhe que a fronteira deste Plano, por exemplo, com a Marquês da Fronteira são edifícios de seis pisos! Senhora Deputada Municipal, basta olhar para as fotografias, estivemos a confirmar agora, e aquilo que está a ser proposto do lado deste Plano, na frente Marquês da Fronteira, são edifícios de seis pisos e só aparecem edifícios de oito pisos quando o terreno começa a descer atrás, portanto, a norte da Penitenciária ou alinhado com o Edifício do Tribunal, que aliás tem exatamente a mesma altura, portanto o resto são seis pisos cá à frente.-----

----- Mas isto só para dizer que efetivamente há leituras diferentes, eu não tenho a leitura da Senhora Deputada Municipal, acho que efetivamente o Plano rematou bem com a envolvente, rematou bem com a Miguel Torga e, portanto, nesse aspeto acho que é um bom Plano e, portanto, não é por aí que se deve melhorar. -----

----- Por outro lado queria referir que dizem que o índice de construção é excessivo, mas Senhores Deputados Municipais, nós temos um Plano Diretor e o Plano Diretor, bem sei que a imagem está um bocado longe, definiu determinados índices. O índice medido em relação ao terreno onde está a Penitenciária e onde há construções que não são totalmente destinadas à Universidade, porque este edifício que está nesta ponta será, se o Plano for aprovado, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, é 1.19, é um dos índices mais baixos que temos em áreas desta natureza em Lisboa, mas se retirar a área de equipamentos o índice é 0,79 e, portanto de facto eu sei que os índices são uma coisa abstrata mas é preciso também, quando estamos a tratar de matérias técnicas de ter uma noção do que é que os índices significam e, portanto, aqui não me parece que efetivamente haja um exagero de ocupação. -----

----- Por outro lado está tudo muito preocupado, e eu também, com a relação dos edifícios com a Penitenciária, e a Penitenciária está classificada, mas atenção, já houve aqui um escrutínio da Direção-Geral do Património Cultural que por duas vezes deu pareceres negativos, por duas vezes o Plano foi alterado, foi classificada mais um imóvel que foi o antigo Hospital e isto foi integrado no Plano e, portanto, não é propriamente um desenho arbitrário feito por um arquiteto que não prestou contas a ninguém, mas houve efetivamente aqui uma situação de controle e aliás nesse sentido, como também já aqui foi dito houve um trabalho por exemplo na envolvente da Igreja de Santo António de redução da edificabilidade para tornar mais visível e isso já foi decorrente da consulta pública. -----

----- Agora a verdade é esta, o Parecer da Comissão fala que os edifícios na envolvente da Penitenciária não deviam ter altura superior à da própria Penitenciária, bem, isso significa pura e simplesmente retirar 40 mil metros quadrados aqui à volta, ou seja, retirar 50% da área de construção e depois diz-se “Ah, mas aqui isto é tudo uma manobra para enriquecer uma entidade eu é a Estamo.”, mas Senhores Deputados Municipais sejamos claros, a Estamo é uma empresa 100% pública e é uma empresa que depende do Senhor Ministro das Finanças, seja ele deste Partido, daquele ou daqueloutro, e uma das funções que a Estamo tem é adquirir património ao Estado para depois o colocar no mercado e esse património é adquirido de acordo com valores que são estabelecidos pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças e, portanto, é evidente que tem que haver um equilíbrio, mas atenção, porque se nós estivéssemos a falar de índices de 2 ou de índices 2.25 como era dantes da cidade de Lisboa, então aí sim poder-se-ia dizer que se estava a especular, mas não é esse o caso! Estamos muito longe desses valores, não e esse o caso! -----

----- A segunda questão que queria dizer é que é evidentemente que as imagens que foram mostradas são profundamente enganadoras, se eu soubesse que havia imagens

também tinha trazido outras e aliás Senhores Deputados Municipais, podiam ter dito que nós tínhamos trazido a maquete, nós tínhamos trazido as imagens que foram apresentadas na Câmara e que precederam à aprovação do projeto em Câmara, era muito fácil trazê-las cá! Agora é evidente que colocar imagens completamente abstratas de uns paralelepípedos daquela maneira ali à frente isso arrepiava qualquer um! Só se fosse completamente insensível é que não se ficaria arrepiado! -----

----- Depois há aqui uma proposta que eu concordo com ela e que tem a ver com a Avenida de Berna, eu acho que tem que ser feito um Plano de Pormenor para a Avenida de Berna, acho que se justifica perfeitamente fazer um Plano de Pormenor para a Avenida de Berna e para inclusivamente, eu não sei se o Hospital Curry Cabral se vai ser desativado ou não vai, mas é evidente que isso faz parte de uma outra análise e avaliação que se vai ter que fazer, agora que deve ser feito um Plano de Pormenor para a zona da Avenida de Berna. -----

----- A segunda questão que preocupa alguns dos Senhores Deputados Municipais, nomeadamente o Senhor Deputado Municipal do PAN é se o Campus é um campo aberto, bom, uma das condições que se colocou e que era contra a opinião da própria Universidade foi a construção de uma alameda que sai cá de baixo da Miguel Torga e vai dar até ao Tribunal exatamente para permitir que o Campus seja um Campus atravessável por um lado e aberto 24 horas por dia, portanto, isso ficou obviamente acautelado. -----

----- Não podia deixar de terminar sem, e isso peço desculpa mas é uma questão de coerência, eu acho que todas as pessoas têm direito a mudar de opinião, só não mudam de opinião os burros, mas é evidente que também é preciso o mínimo de coerência! Esta proposta deste Plano foi três vezes à Câmara, foi à Câmara antes de ser enviada para a CCDR, foi à Câmara antes de ir para consulta pública, foi à Câmara depois da consulta pública para ser enviada aqui à Assembleia Municipal. -----

----- Nessas reuniões de Câmara foram mostradas imagens, foi mostrada a maquete e houve votações e em 25 de janeiro de 2012 o modelo urbano, que é exatamente aquilo que preocupa os Senhores Deputados Municipais, que é o volume de construção, teve 14 votos a favor, 7 do PS, 2 dos Independentes, 5 do PSD e 2 abstenções, uma do CDS e uma do PCP e, portanto, neste momento a mim confunde-me, ainda por cima porque há uma Direção Municipal que é a Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego, que acompanhou este processo desde o princípio porque tem voz ativa no dimensionamento das ruas e na organização do trânsito, e que deu parecer favorável a este Plano. -----

----- E, portanto, toda a gente pode mudar de opinião, é verdade! Há pouco eu comentava com o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves e ele dizia-me e também aceito, que na Câmara tinham tantas propostas que quem está na oposição tem dificuldade a apreciar os projetos, mas quem é parte ativa na elaboração dos Planos já me faz mais confusão que decorrido este tempo todo mude de opinião e ponha em causa uma solução como esta. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vereador. A Mesa regista um pedido de esclarecimento da Senhora Deputada Margarida Saavedra. Senhora Deputada, confirme só se é um pedido de esclarecimento por causa da gestão dos tempos.-----

---- Senhora Deputada para der um esclarecimento tem um minuto, se fosse para pedir tinha três minutos.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PS)** no uso da palavra deu o seguinte esclarecimento:-----

----- “ Senhora Presidente, a Estamo depende do Ministério das Finanças, defende os interesses superiores do Estado, estamos todos de acordo! Nós fomos eleitos por Lisboa,

somos lisboetas defendemos os interesses de Lisboa, a ideia é compatibilizar os dois, é evidente que neste caso a Estamo funciona como qualquer promotor, é o Estado, é verdade, mas porque é que havemos de sacrificar Lisboa e não tentarmos juntas as duas coisas? A verdade é que neste caso os interesses de Lisboa não estão de facto a ser defendidos e é essa a nossa obrigação como Deputados Municipais, fomos eleitos pelos lisboetas, somos lisboetas, defendemos os interesses de Lisboa! -----

----- Não há nada de estranho nisso, Senhora Presidente, não há nada de estranho nisso! Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra questionou: -----

----- “O Senhor Deputado Nunes da Silva pediu a palavra para? Só para ver que tempo tem, certo, é um pedido de esclarecimento.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez o seguinte pedido de esclarecimento: -----

----- “É um pedido de esclarecimento, eu só queria pedir ao Sr. Vereador Salgado se me puder enviar o Parecer da Direção Municipal de Mobilidade e Tráfego e Transportes, desculpe, de 2012, porque já em relação ao Plano de Pormenor do Eixo das Luz/Benfica foi referido na sua resposta por escrito duas afirmações que não correspondem minimamente à verdade e, portanto, neste caso gostaria que esse parecer fosse enviado, com a brevidade possível para a Assembleia Municipal. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Obrigada Senhor Deputado. Está registado o pedido. -----

----- A Mesa não tem mais pedidos de palavra. Estamos em condições de pôr à votação a proposta n.º **241/CM/2014**, versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide: A Mesa vai pôr à votação. Votos contra do PSD, PAN, MPT; PCP, PEV;BE e do Senhor Deputado Independente Nunes da Silva. Votos de abstenção de 4 Deputados Independentes e CDS/PP. Votos favoráveis do PS, PNP e 1 Deputado Municipal Independente, meu. Portanto, a proposta foi **aprovada por maioria**. -----

----- Eu informo que irei fazer uma Declaração de Voto, uma Declaração de Voto do Bloco de Esquerda e do Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- *“PROPOSTA N.º 241/CM/2014 - PP DO CAMPUS DE CAMPOLIDE -----*

----- *1. A intervenção realizada na sessão da AML de 24/Julho/2014 que justificou o meu voto negativo à proposta acima referida foi realizada a título individual, não comprometendo por isso a posição do grupo de deputados dos “Cidadãos por Lisboa”, eleitos como independentes na lista do Partido Socialista. Aliás, logo no início da minha intervenção referi que, ao contrário do que me é habitual, tinha passado a escrito a mesma para que não houvesse dúvidas sobre o que era a **minha posição** acerca desta proposta. -----*

----- *2. Se dúvidas existissem, a votação dos deputados deste movimento esclareceu-as cabalmente: 1 voto a favor, 1 contra e 4 abstenções. -----*

----- *3. Importa no entanto deixar claro através desta forma os motivos que justificaram o meu voto contra a proposta do Plano de Pormenor do Campus de Campolide. -----*

----- *4. Como comecei por afirmar na intervenção realizada, não estão em causa os dois grandes objetivos que justificaram e orientaram a elaboração deste PP. A necessidade de consolidação e expansão das instalações da Universidade Nova de Lisboa em Campolide (melhorando assim as suas condições de trabalho e desenvolvimento, ao mesmo tempo que permite a libertação das instalações que hoje ocupa na Av. de Berna) e a transferência para a posse da CML das atuais instalações -----*

do Estabelecimento Prisional de Lisboa, que ocupam um imóvel classificado pelo IGESPAR e de inegável valor patrimonial, dado tratar-se de um dos poucos edifícios em estrutura de panóptico existentes do mundo, evitando assim a possibilidade do seu posterior desvirtuamento, como chegou a ser proposto aquando da sua possível transformação em hotel. -----

----- 5.-O que se criticou e não aceita é a compensação financeira a atribuir à ESTAMO (proprietária do imóvel em causa) por essa transferência tenha de ser resolvida através de uma operação urbanística a realizar **integralmente** nos seus atuais terrenos, sobretudo tendo em conta as implicações que daí decorreram em termos de densificação da ocupação edificatória em torno do referido edifício que, como é referido na Parecer da 3ª Comissão (aprovado por todas as forças políticas com a única abstenção do PCP), acaba por o abafar completamente e interferir com a própria perceção e valor urbanístico do edifício. -----

----- 6. -A não exploração de outras alternativas (que aliás deveriam partir de uma avaliação independente do valor imobiliário do edifício face às condicionantes de uso que encerra), nomeadamente a transferência de edificabilidade para outro(s) terreno(s) na posse da CML (tal como o próprio PDM prevê quando se trata de preservar edifícios de elevado valor arquitetónico e patrimonial) e a apresentação desta solução como a única que permitiria a consolidação e expansão do campus da UNL (o que é contrariado pela própria planta cadastral e pela repartição de encargos e benefícios que acompanham o PP), justificam o nosso voto contra, até pelo precedente que se abre com esta proposta. -----

----- 7.-Como tem sido referido por diversas vezes, o urbanismo e o planeamento urbano não podem funcionar na prática como verdadeiras Casas da Moeda, criando valor monetário artificial através do licenciamento da urbanização e da edificação. Ora foi precisamente isso que ocorreu neste caso. A necessidade de obter o valor financeiro pretendido pela ESTAMO para a cedência à CML do edifício do atual EPL, conduziu a uma densificação da parcela muito para além do que as condicionantes urbanísticas e patrimoniais existentes aconselhariam, sem que se pusesse em causa esse valor ou se explorassem outras alternativas. Note-se a este respeito que o dossier que continua a ser negociado entre a CML e o Governo (acionista único da ESTAMO) em relação a um vasto conjunto de parcelas e edifícios pertencentes a estes dois órgãos de administração do Estado, poderia também servir para acomodar esta situação, para além da anteriormente referida possibilidade de transferência de edificabilidade. -----

----- 8.-Ao optar pela “solução” mais simples e menos exigente, a CML perdeu uma boa oportunidade de mostrar como é possível conciliar interesses que, podendo ser divergentes à partida (maior valorização imobiliária, por um lado, e preservação do património arquitetónico, por outro), são suscetíveis de solução com base em compromissos claros e pelo respeito pelas condições e condicionantes urbanísticas que cada local encerra. -----

----- Fernando Nunes da Silva, 25/07/14.”-----

-----**O Grupo Municipal do PSD** apresentou a posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**: -----

----- “O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao Voto Contra na Proposta n.º 241/2014 submetida pela Câmara Municipal de Lisboa à Assembleia na sessão de 24 de Julho de 2014, para a Versão final do Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide-----

----- 1. Na elaboração deste Plano de Pormenor e de Reabilitação Urbana, a Câmara Municipal de Lisboa, confundiu deliberadamente a urgente necessidade de definir os

termos urbanísticos da ampliação do campus da Universidade Nova de Lisboa, concedendo ao seu corpo docente e discente a disponibilidade de instalações adequadas à estabilização das condições de estudo e ensino, com um projeto de loteamento do Estabelecimento Prisional de Lisboa a favor dos interesses da ESTAMO, posicionando-se como sua principal promotora imobiliária. -----

----- 2. Perante a relevante área integrada no perímetro do Plano, embora em elevada percentagem cativa do referido campus, foi possível regulamentarmente e graças a esse expediente administrativo, conceder à zona da Penitenciária uma capacidade construtiva excecional. -----

3. Não hesitou a Câmara nessas circunstâncias em opor-se ao projeto desclassificação da iniciativa da Direção Geral do Património Cultural, obrigando a redução significativa da área protegida, permitindo a demolição de parte significativa deste conjunto patrimonial, cujo carácter coerente e único foi plenamente reconhecido pela Assembleia. -----

----- 4. A escala da intervenção é imensa e excessiva, como se expressa no Parecer da Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo e Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local que apresentou judiciosas críticas, inclusive concluindo pela necessidade de ser ponderada a reavaliação desta Proposta no que respeita aos edifícios que envolvem a Penitenciária, assim como aos que fecham o Estabelecimento a Nascente, paralelamente ao Palácio da Justiça. -----

----- 5. Notável ainda a omissão neste instrumento urbanístico de provisões quanto à reabilitação da Igreja de St.º António de Campolide e seus acessos, assim como ao Palácio Mendonça e seus Jardins. -----

----- 6. Finalmente de referir a intolerável pressão que representou a intervenção do Sr. Reitor da Universidade Nova durante o Período Aberto ao Público em sede de Plenário da AML, apelando à aprovação desta Proposta, na ciência que estava porém, como o estava a Câmara, que a causa não era o campus mas sim a instrumentalização a que se prestou o campus para aumentar desmedidamente a capacidade construtiva em redor e sobre do Estabelecimento Prisional de Lisboa. -----

7. Tudo aparentemente inútil, por não se prever a substituição do EPL durante o prazo legal de validade deste instrumento urbanístico. -----

----- Pelo Agrupamento Municipal de PPS/PSD.” -----

----- **A Senhora Presidente** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:

----- “Declaração de voto sobre a proposta n.º 241/CM/2014 (Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do campus de Campolide) -----

----- Votei favoravelmente a Proposta 241/CM/2014 pelo interesse público que a mesma salvaguarda, quer no que respeita à sustentabilidade do campus da Universidade Nova de Lisboa, quer na possibilidade, finalmente conseguida, de reversão para a CML do património da Penitenciária de Lisboa, actualmente pertencente à ESTAMO. Com efeito, este importantíssimo património, raro exemplar de panóptico em Portugal, esteve várias vezes em risco de ser convertido em mais um condomínio de luxo, sem qualquer vantagem para a cidade. -----

----- Por estas razões, não considero excessiva a construção ao longo da Rua Marquês da Fronteira e em frente ao actual Palácio da Justiça de alguma edificação, prevista no Plano. Aliás, mesmo em termos puramente urbanísticos, em função da malha existente na zona, a solução encontrada pelo Plano é equilibrada e dará uma solução de continuidade aos vazios do lado norte da Rua Marquês da Fronteira.” -----

----- **O Bloco de Esquerda** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto sobre a proposta n.º 241/CM/2014**: -----

----- “O Bloco de Esquerda opõe-se ao Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana do Campus de Campolide consubstanciado pela Proposta nº 241/CM/2014 por se tratar de mais uma operação de especulação imobiliária de grande envergadura nos terrenos do estabelecimento prisional de Lisboa. -----

----- Este plano de pormenor trata de duas zonas absolutamente diversas: campus universitário e estabelecimento prisional de Lisboa. -----

----- O Bloco de Esquerda é totalmente favorável a definição territorial da zona do campus universitário de forma a permitir a expansão necessária para o adequado funcionamento do espaço universitário. -----

----- A autorização de construção de edifícios com oito pisos na envolvente do edifício central do EPL é uma clara opção do executivo municipal de dar continuidade a estratégia do presidente António Costa e do vereador Manuel Salgado de mudar a cidade ao ritmo dos interesses imobiliários. -----

----- Trata-se de mais uma oportunidade perdida de defender o património e a memória, de requalificação e cerzir a malha urbana, de criar cidade sustentável e inclusiva e sobretudo de parar a especulação imobiliária. Mais uma vez os negócios sobrepuseram-se ao interesse público. -----

----- Por todas estas razões, os Deputados Municipais eleitos pelo Bloco de Esquerda na Assembleia Municipal de Lisboa declaram votar contra a Proposta nº 241/CM/2014.”

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra prosseguiu: -----

-----“Vamos prosseguir a Ordem de Trabalhos de hoje e é também um ponto importante, trata-se da proposta **112/CM/2014- Appreciar o Plano de Urbanização de Alcântara, nos termos da proposta e ao abrigo da alínea h) do nº. 1 do artigo 25º. do RJAL, publicado em anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- (A Proposta nº. 112/CM/2014, é anexada à presente ata como anexo X e dela faz parte integrante); -----

----- (O parecer da Terceira Comissão relativo à proposta 212/CM/2014 é anexado a esta ata como anexo XI e dela faz parte integrante);-----

-----Tem a palavra o Senhor Vereador Manuel Salgado para fazer uma apresentação da proposta.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Senhores Deputados Municipais, este Plano já tem também um longo historial, este Plano foi decidido realizar, portanto, foram aprovados os termos de referência em 19 de março de 2008. -----

----- Foi realizado este Plano para ultrapassar um conjunto de bloqueamentos que existiam na zona de Alcântara e que se arrastavam há mais de uma década já na altura e na altura também numa negociação no bom sentido da palavra, espero que não me interpretem mal, com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, o Senhor José Godinho e com o Partido Comunista Português, com os Vereadores do Partido Comunista Português foi acertado um limite de área de intervenção que tinha como principal objetivo a renaturalização do Vale de Alcântara e principalmente a integração dentro da área do Plano do Alvito Velho para melhorar as condições de habitabilidade e acesso ao Alvito Velho. -----

----- Na altura esta proposta teve a oposição do PSD na Câmara que defendia que se devia fazer só um Plano de Pormenor e não um Plano de Urbanização que incidisse exclusivamente sobre a área da chamada Alcântara XXI e, portanto, para resolver um

problema que vinha do passado, a nossa opinião maioritária na Câmara não foi essa portanto foi feito um Plano de Urbanização.-----

----- Esse Plano de Urbanização na altura procurava resolver um conjunto de problemas estruturais da cidade de Lisboa, nomeadamente o escoamento de mercadorias do Porto de Lisboa, de escoamento ferroviário, e com isso a possibilidade também de fazer um projeto de ligação da linha de Cascais à linha de cintura da cidade de Lisboa e com isto permitir que através do transporte ferroviário se pudesse ver desde Cascais até Vila Franca passando pela Estação do Oriente e portanto, criar outras condições de mobilidade na cidade de Lisboa.-----

----- Bom, posteriormente o Estudo de Impacto Ambiental do projeto de ampliação do Porto de Lisboa, do terminal de contentores de Alcântara foi chumbado, portanto, o projeto de ampliação foi abandonado e com o agudizar da crise foi adiado também o projeto de execução que a REFER tem feito para enterrar o comboio que fazia a ligação de linha de Cascais com a Linha de Cintura.-----

----- Nessa altura também e decorrente muito das reuniões que tivemos com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e várias sessões de debate que houve em torno deste Plano, trabalhou-se numa solução intermédia, portanto, um Plano que no fundo tem dois tempos, tem um longo tempo, um prazo longo em que eventualmente serão realizadas as obras pesadas que continuam a estar no programa de investimento público do atual Governo, ainda que estejam na parte, portanto, adiadas para o longo prazo e intervenções de curto prazo que permitiam resolver um conjunto de situações que existem naquela área.-----

----- Neste momento o Plano foi entregue na Câmara, foi submetido à apreciação das Comissões, mas entretanto fui alertado que a Junta de Freguesia de Alcântara não tinha emitido parecer sobre esta Plano e obviamente que era importante. Há um parecer da Junta de Freguesia da Estrela, não há parecer da Junta de Freguesia de Alcântara e, portanto, aquilo que eu vinha propor a esta Assembleia era suspender a apreciação do Plano, não sei se é este tecnicamente o termo, e retomar a sua apreciação em setembro, esperando que nessa altura seja possível recolher os pareceres da Junta de Freguesia e eventualmente se houver sugestões que as outras forças políticas representadas nesta Assembleia queiram fazer no sentido de melhorar o Plano, nós obviamente que como sempre estaremos abertos e recetivos a ponderar essas propostas.-----

----- Era isto que queria dizer e muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Primeiro Secretário José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão** no uso da palavra fez a seguinte declaração:-----

----- “Senhor Vereador, a Senhora Presidente não está de momento mas eu penso que é possível efetivamente fazer, presumo que todo o debate será feito posteriormente, portanto, em setembro. Terá que haver um novo agendamento desta matéria, se houve um pedido de suspensão desta apreciação será **adiado para setembro.**”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, era só para confirmar o facto, não vai haver portanto intervenções das forças políticas sobre esta Plano, portanto, a discussão é adiada para setembro, mas já agora só para confirmar o facto. Não é isso?-----

----- Então eu pedia se esclarecia este ponto, se é sim ou não haver intervenções das foças políticas sobre este ponto, mas de qualquer modo agradecer ao Senhor Vereador a possibilidade de aceitar contributos desde já para o melhoramento do Plano.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu:-----

----- “Senhores Deputados, eu não estou nas melhores condições para desempatar uma vez que não ouvi a intervenção exatamente do Senhor Vereador e nos termos em que ele

a fez, mas ele pedia para suspender a apreciação do Plano, foi isso que eu entendi, se é isso entendo que não vamos fazer hoje aqui a discussão do Plano, vamos aprofundar esta matéria e faremos a discussão mais tarde, é isso que eu entendo. Não estou a entender bem? -----

----- O senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves pede a palavra, ajude-nos lá.” ----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós não entendemos, nós não percebemos muito bem a intervenção do Senhor Vereador Manuel Salgado, em primeiro lugar porque ele aduziu a razão por que adia esta proposta é porque não tem o parecer da Junta de Freguesia de Alcântara, será só isso? Se é só isso é de menos! Porque há muitas outras informações, quer da Junta de Freguesia da Estrela, quer das forças políticas representadas na Terceira Comissão que acrescentam e propõem ou modificações ou soluções diferentes para este Plano, isso é que é preciso esclarecer!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra aclarou: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, já entendemos! O Senhor Vereador já vai esclarecer, vamos ver isto com calma. -----

----- O Senhor Vereador quer esclarecer o Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves?” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado da Câmara Municipal de Lisboa** no uso da palavra fez o seguinte esclarecimento: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Eu achava que tinha sido claro! O que estou a propor é adiar a discussão e a votação desta proposta, não estou a propor retirar a proposta, e dar tempo para recolher nomeadamente o parecer da Junta de Freguesia de Alcântara, porque diz que não promoveu um debate interno e, portanto, nós disponibilizámo-nos para apoiar esse debate e simultaneamente dizer aos Senhores Deputados Municipais e a todas as forças políticas aqui representadas que se tiveram sugestões para apresentarem que melhorem o Plano nós estamos abertos a recebê-las e ponderá-las. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, eu penso que esta intervenção é clara! Não é da vossa parte? Então formulem a vossa dúvida por favor.

----- Senhor Deputado Municipal Luís Newton, tem a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, eu peço desculpa mas esta intervenção gera-me ainda mais alguma perplexidade! Porque em determinado momento foram solicitados, foi solicitado pela Assembleia Municipal um conjunto de pareceres às Juntas de Freguesia, foi a Junta de Freguesia da Estrela confrontada com essa situação e teve que se reorganizar de forma a apresentar um parecer, parecer esse que tem um conjunto de contributos também ele e com vista à apreciação desta proposta. Ora aquilo com que neste momento nos vemos confrontados é porque se há oportunidade para as juntas de freguesia de uma determinada proposta lançarem um debate interno, essa questão devia ter sido colocada à priori, antes de todos os procedimentos, porque então aqui o temos é uma Junta de Freguesia do Partido Socialista que vai ter a oportunidade, não porque foi a única que pediu o debate, vai ter a oportunidade de fazer uma discussão com a sua população e a outra Junta de Freguesia não teve essa oportunidade nem lhe foi dada essa oportunidade, portanto, vê-se agora confrontada a ver que está tudo a parar.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, nós estamos a discutir exclusivamente esta proposta e não as outras todas!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Luís Newton (PSD)** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “Senhora Presidente, alterações à proposta significam inevitavelmente a retirada da mesma, portanto, acolher sugestões significa que a proposta tem que ser retirada, isso é uma coisa. Se é um mero adiamento da discussão...” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhores Deputados Municipais, eu peço imensa desculpa, nós temos muitos precedentes de situações em que a Câmara pede tempo para incorporar alterações na proposta para a voltar a trazer cá, não é propriamente uma retirada, é uma incorporação de alterações, aliás, já aconteceu com propostas em concreto aqui neste mandato. Estou-me a lembrar, por exemplo, da Reforma Administrativa, foi isso que foi feito, a Câmara pediu para retirar, alterou e voltou a apresentar... Bom, a palavra “retirar” não sei se é a palavra certa ou se não é, a questão em concreto, uma vez que o Regimento nada me diz sobre isto, a questão em concreto é: isto está agendado para hoje, a Câmara pede para não se discutir e votar hoje porque ainda quer ouvir e quer ver mais esclarecimentos, quer ouvir mais elementos, é esta a pergunta, eu vou pôr à consideração da Assembleia se a Assembleia concorda com a proposta do Senhor Vereador ou se não concorda e não vale a pena estarmos a discutir uns com os outros e vamos discutir esta questão que é muito simples! -----

----- Senhor Deputado Municipal, dou-lhe a palavra, com certeza. Faça o favor, em última instância como sabe o plenário é soberano, é isso que eu vou fazer e vou devolver ao plenário a decisão.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, nós registamos com agrado a vontade do Senhor Vereador em querer receber contributos para melhoramento da proposta e nós inclusivamente até temos alguns desses contributos para dar, e já demos mas estamos na disponibilidade de voltar a dar. -----

----- O apelo que fazemos ao Senhor Vereador para podermos adiar isto para setembro é não adiar, a Câmara retira a proposta, pede novamente os contributos, reavalia e volta a apresentar à Assembleia Municipal em setembro, é simples, mas a Câmara retira a proposta agora tal e qual como ela está e nos termos em que está, aceita novos contributos, porque é isso que o Senhor Vereador ao fim e ao cabo disse, é que está disponível para aceitar novos contributos, então se está disponível para aceitar novos contributos retira a atual tal como está, aceita os contributos ou não e discutimos em setembro novamente.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra esclareceu: -----

----- “Senhor Deputado, é a vossa proposta. Tenho duas propostas na Mesa e um pedido da Câmara. -----

----- Senhores Deputados, vou encerrar o incidente processual rapidamente, portanto, dou a palavra uma vez a cada força política e não dou mais.” -----

----- Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte declaração: -----

----- “Eu só queria apelar ao seguinte: eu tenho alguma dificuldade em perceber exatamente os termos específicos de cada Regulamento, eu acho que há aqui uma questão que é importante provar, até pelo debate que se passou anteriormente, é que esta Assembleia e em particular a Comissão de Urbanismo e a Comissão de Mobilidade

estão fortemente empenhadas em que as soluções de urbanismo que saiam desta Câmara sejam as melhores possível, ao contrário do que algumas pessoas por vezes tentam insinuar, essa é a preocupação fundamental!-----

----- Nós ouvimos da parte do Senhor Vereador Saldado que está disponível para fazer isso, eu para mim chega-me esta palavra que foi dada em público, isso é que é a questão mais importante e deixemos agora o resto! O que é importante, se calhar se tivéssemos seguido este procedimento em relação ao Plano anterior ter-se-ia chegado a uma solução que a todos agradaria muito melhor, portanto, é só isso que está, neste momento foi dada essa possibilidade, esta possibilidade está em cima da mesa, eu neste momento não me interessa saber quem é que ganha ou quem é que perde, interessa-me só saber que isto é possível e que podemos trabalhar em conjunto, mais nada. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra acrescentou: -----

----- “A Mesa vai dar a palavra ao Bloco de Esquerda que também a pediu. Não vamos generalizar a discussão porque temos duas propostas na Mesa, vamos votar uma que entrou primeiro, que se for aprovada passa e a outra prejudica, senão passamos à segunda. -----

----- A primeira proposta é um pedido da Câmara para suspender a discussão, a segunda proposta é do PSD para a Câmara retirar a proposta. Vamos votar por ordem de entrada e logo vemos qual é a posição do plenário e resolve-se o problema de vez. -----

----- O Senhor Deputado Ricardo Robles pede a palavra para?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, para intervir sobre esta segunda proposta feita pelo PSD. ----

----- Nós apoiamo-la naturalmente porque se vamos pedir ou dar espaço para que a Junta de Freguesia de Alcântara se pronuncie também é importante que os contributos que venham desse parecer da Junta de Freguesia, que vai fazer a discussão com a sua população possam ser incorporados, porque dar espaço para que se pronunciem e a sua opinião depois não conta não me parece muito aberto do ponto de vista democrático e, portanto, achamos que se vamos ouvir a Junta de Freguesia, se a justificação para não discutir hoje é que a Junta de Freguesia pode ter um contributo importante então vamos abrir espaço para que os contributos possam de facto valer.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra salientou:-----

----- “Senhor Deputado, em qualquer caso a conclusão de uma coisa ou da outra terá que abrir espaço para que os contributos possam valer, aqui está em causa a forma, foi isso que o PSD pôs em causa, que considera que não é uma suspensão da discussão, que devia ser uma retirada da proposta, é só isso que eu vou pôr à votação do plenário. -----

----- O partido Socialista, o Deputado Rui Paulo Figueiredo pede a palavra para? O PSD pede a palavra para? Os Senhores Deputados ficaram animados com estas questões processuais, estou a gostar. -----

----- O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, só para dar um contributo para a boa condução dos trabalhos, é que a retirada ou não de uma proposta por parte da Câmara do meu ponto de vista é apenas e só uma prerrogativa da Câmara, não é sujeita à votação do plenário!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra salientou:-----

----- “Ora cá está quem falou bem!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra prosseguiu a intervenção: -----

----- “Portanto, eu acho que nós o que temos que votar é se é adiado para setembro e toda a gente percebeu bem, não vale a pena criar incidentes, o Vereador Manuel Salgado disse-o duas vezes que retira para incorporar todos os contributos de todos os debates de todas as forças políticas!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhores Deputados, não vamos recomeçar! -----

----- Senhor Deputado, eu vou-lhe dar a palavra, uma última vez, sobre esta matéria, mas não vamos recomeçar!” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** no uso da palavra prosseguiu a intervenção: -----

----- “Posso concluir Senhores Deputados? Eu já percebi que sobre esta matéria os Senhores devem saber coisas que eu não sei! Tanta excitação sobre o Plano de Urbanização de Alcântara, os Senhores devem saber coisas que esta bancada desconhece! E também e por isso, Senhores Deputados, posso concluir? -----

----- Eu tenho todo o tempo do mundo, eu posso cá estar até às 9 horas da noite se quiserem!...

----- Portanto, eu vou concluir, toda a gente percebeu, e agora não grem e ouçam até ao fim, que o Senhor Vereador Manuel Salgado pediu para retirar a proposta desta Ordem de Trabalhos, adiando a sua discussão para setembro para incorporar todos os contributos e depois ponderará, porque os contributos podem ser negativos, podem ser positivos, podem ser muito inteligentes ou podem não ser considerados!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhores Deputados, está clarificada a posição do Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo, pedia a vossa concisão, ainda alguém quer falar do lado do PSD? Não há dados novos, Muito bem. -----

----- Então a Mesa revê-se neste entendimento do Senhor Deputado Municipal Rui Paulo de Figueiredo, que a retirada de uma proposta é da iniciativa da Câmara, não pode ser a Assembleia Municipal a retirar propostas da Câmara... -----

----- O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves pede a palavra.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Portanto, como bem disse o Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo a competência para retirar não é da Assembleia, mas protesto em relação à Mesa porque a Senhora Presidente estava a dar essa prerrogativa à Assembleia, que não a tem! Quem tem que retirar a proposta é de facto o Senhor Vereador Manuel Salgado e ao retirá-la ela deixa de existir aqui, tem que voltar à Câmara, incorporar eventualmente as propostas que entenderem incorporar e depois será outra proposta, ou a mesma se eventualmente não houver nenhuma incorporação, que é remetida à Assembleia, portanto, isto não tem nada que saber!” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio: -----

----- “Senhor Deputado, eu peço muita desculpa mas não ponha na boca do Vereador Manuel Salgado aquilo que ele não propôs, eu não estava cá e não ouvi, estou-me a rever naquilo que me foi transmitido, a suspensão da discussão desta proposta é na Ordem de Trabalhos de hoje, para o efeito que ele explicou que queria, é isso que eu vou pôr à vossa consideração... É isso que eu vou pôr à votação! O Senhor Deputado Municipal poderá votar contra, mas a Mesa tem o direito de pedir ao plenário que se pronuncie sobre questões da condução dos trabalhos, que é o caso! Tenho esse direito e vou fazê-lo. -----

----- O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O meu comentário é bem claro, se uma decisão lhe foi comunicada a competência para determinar quem assim destinou que este ponto será adiado para depois cabe claramente à Senhora Presidente e à Mesa, não cabe à Assembleia, a não ser que que a Senhora Presidente se considere incompetente para tal, incompetente neste sentido.... -

----- Ah, os juristas sabem o que quer dizer! Incompetente no sentido de decidir....” ---

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

----- “Senhor Deputado, não se preocupe que eu aguento bem!”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra concluiu a intervenção:-----

----- “O repto é à Mesa e a Mesa é que o deve encerrar!”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interveio:-----

----- “Senhores Deputados Municipais, desculpem lá, a Mesa no geral, mesmo existindo nesta casa uma eventual maioria absoluta muitas vezes devolve as decisões ao plenário e era o que a Mesa estava a fazer, o que já fez hoje várias vezes durante a sessão. Não é que a Mesa se considere tão incompetente quanto isso, é apenas uma questão de respeito e consideração quando há divergências no plenário, porque naturalmente poderíamos impor, havia sempre alguém que iria recorrer, mas não vale a pena!-----

----- A questão é clara e portanto a pergunta é muito simples, há uma proposta na Mesa, a pedido da Câmara de suspensão da discussão desta proposta da Ordem de Trabalhos de hoje, que será retomada em setembro de acordo com o que entretanto acontecer, seremos informados do que é que há de acontecer, é isso que a Mesa vai pôr à votação. Quem vota contra? O PSD. Quem se abstém? O Bloco de Esquerda. Votos favoráveis dos restantes Senhores Deputados, portanto, é isto que vai acontecer.-----

----- Ainda temos mais uma sessão na terça-feira, a Mesa informa que as propostas só serão distribuídas amanhã de manhã porque não houve materialmente tempo de vos fazer chegar hoje, os Senhores Deputados estavam aqui todos a trabalhar, mas ainda esta noite quem fizer turno da noite, ainda esta noite certamente poderá consultar as propostas no *site* da Assembleia, que elas serão colocadas lá esta noite e terça-feira cá nos encontramos novamente. Bom fim de semana.-----

----- Há um pedido de palavra do PSD, Senhores Deputados não abandonem a sala porque os trabalhos não estão encerrados. Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhora Presidente, em nome do PSD, vínhamos tomar nota da nossa Declaração de voto, porque entendemos que com esta votação as Juntas de Freguesia que apresentaram atempadamente o seu parecer são prejudicadas em relação à Freguesia de Alcântara que ainda vai discutir com os seus municípios.-----

----- As outras juntas que cumpriram o prazo já mandaram o parecer, à Junta de Freguesia de Alcântara é-lhe dada essa prerrogativa, o nosso voto é de franco repúdio por este claro favorecimento da Junta de Freguesia de Alcântara, que é uma Freguesia Socialista. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra finalizou:-----

----- “Muito obrigada Senhora Deputada Municipal, está registado.-----

----- Senhores Deputados Municipais, muito obrigada.”-----

----- A sessão terminou, eram dezanove horas e dez minutos.-----

----- Eu _____, técnica superior, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino,

nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----

Índice de Anexos da Reunião nº 38 de 24 julho de 2014

Anexo I – Proposta 6/AM/2014.

Anexo II – Proposta 306/CM/2014.

Anexo III – Parecer da Terceira Comissão referente à proposta nº. 306/CM/2014.

Anexo IV - Parecer da Primeira Comissão referente à proposta nº. 306/CM/2014.

Anexo V - Proposta 205/CM/2014.

Anexo VI - Proposta 314/CM/2014.

Anexo VII - Parecer da Terceira Comissão referente à proposta nº. 314/CM/2014.

Anexo VIII - Proposta 241/CM/2014.

Anexo IX - Parecer da Terceira Comissão referente à proposta nº. 241/CM/2014.

Anexo X - Proposta 212/CM/2014.

Anexo XI - Parecer da Terceira Comissão referente à proposta nº. 212/CM/2014.